UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

TERRITÓRIO DE ESPERANÇA:

tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO)

MARCELO VENÂNCIO

UBERLÂNDIA (MG)

2008

MARCELO VENÂNCIO

TERRITÓRIO DE ESPERANÇA:

tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientadora: Profª. Drª. Vera Lúcia Salazar Pessôa

Uberlândia (MG)

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V448t Venâncio, Marcelo, 1979-
Território de esperança : tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO) / Marcelo Venâncio. - 2008

178 f . : il.

Orientadora : Vera Lúcia Salazar Pessôa.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Inclui bibliografia.

1.Geografia rural - Catalão (GO) - Teses. 2. Agricultura familiar - Catalão (GO) - Teses. 3. Comunidades agrícolas - Catalão (GO) - Teses. I. Pessoa, Vera Lúcia Salazar. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 911.373(817.3)

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação
mg- 04/08

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

MARCELO VENÂNCIO

TERRITÓRIO DE ESPERANÇA:

tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO)

BANCA EXAMINADORA,

_____

Profª. Drª. Vera Lúcia Salazar Pessôa - Orientadora (IG - UFU)

_____

Profª. Drª. Estevane de Paula Pontes Mendes (UFG – CAC)

_____

Profª. Drª. Beatriz Ribeiro Soares (IG – UFU)

Uberlândia (MG), ____/____ de _____

Resultado: _____

Aos agricultores familiares da comunidade rural

São Domingos, que ainda resistem e persistem;

Ao meu pai Realino Venâncio (camponês de origem), minha fonte de inspiração.

Ele, que apesar de pouco ter freqüentado

a escola, reconhece a importância da Educação para

a formação do ser humano;

A minha mãe Aparecida Fátima Venâncio, por ter me dado a vida;

Ao meu irmão Maércio José Venâncio (*in memorian*). Não teve a

mesma oportunidade que tive para sonhar.

AGRADECIMENTOS

Quero iniciar estes agradecimentos, contando um pouco de histórias.

Inicio com três verbos, com os quais convivi mais, intimamente, nos últimos dois anos: o investigar, o refletir e o dissertar. Evidentemente, o processo do mestrado e a convivência com os três verbos levam-nos a outros, como: o festar, o sorrir, o conhecer, o descobrir, o chorar, o amar, o detestar, o (re)lembrar, o solidarizar e tantos outros verbos presentes nas nossas caminhadas. Alguns desses últimos, prefiro contá-los materializados em personagens e instituições. Nesse modo de narrar histórias, quero relembrar e agradecer grandes e pequenos personagens que, direta ou indiretamente, viveram comigo os mesmos verbos aos quais me refiro.

Quando iniciei minha pesquisa de mestrado, o objetivo e o resultado eram incertos. Porém, no processo de investigar e refletir, muitas coisas foram acontecendo ao longo dos dois anos e as mudanças se fizeram comuns. Nesse processo, fomos levados a novas descobertas e as novas abordagens teórico-metodológicas. Nesse sentido, fomo-nos tecendo com a dissertação, e, com ela, fomos escrevendo nossos caminhos, descobrindo-nos como pessoas e como intelectuais ao longo das descobertas que fizemos acerca do objeto. Sendo assim, o trabalho acadêmico pode causar muitas transformações em nossas vidas. O processo de investigação e reflexão que me trouxe a dissertar estas páginas reorientou a minha vida profissional e afetiva. Mas, não apenas a minha vida, e sim a de minha família e de meus queridos amigos e colegas.

O que quero dizer é que dissertar sobre algo jamais pode ser feito sozinho. Envolve vários personagens em um esforço coletivo, que se dispõem a nos ajudar de forma direta ou indireta. Primeiramente, quero agradecer a Deus, por ter me dado força para eu

conseguir alcançar mais um degrau para chegar ao meu sonho e por ter colocado tantas pessoas de alma nobre em meu caminho... Obrigado, Senhor, pelas bênçãos recebidas!

Quero, de forma especial, agradecer esta, que foi muito importante nesse processo de investigar, refletir e dissertar: a minha orientadora, a Profª. Drª. Vera Lúcia Salazar Pessôa que, no momento da orientação, foi se tornando professora, orientadora, amiga e mãe. Nas reuniões, quando chegava com alguma idéia, mas cheio de dúvidas e incertezas, ela dizia-me algumas palavras que nunca vou esquecer: *Vamos lá meu filho, a pesquisa é um desafio.* Essas palavras, mesmo parecendo simples, me enchiam de coragem. Assim, fui percebendo que minhas dificuldades e angústias não eram empecilhos para a realização da pesquisa. Muito obrigado, professora! A senhora me ensinou muito como pesquisador e como pessoa.

E esta dissertação, por falar em esforço coletivo, reafirmou em mim a convicção de que o esforço da família é sempre uma chave para o sucesso. Agradeço-a de forma carinhosa, pois suportaram minhas longas ausências. Quero agradecer ao meu pai Realino e minha mãe Aparecida, que sempre reclamavam de minhas ausências, mas sabiam da importância dessa caminhada para mim e sempre me davam forças. E, também, aos meus irmãos e irmãs: Maria das Graças, Marcos Augusto, Marcilene, Maércio (*in memorian*) e Marciel. Aos meus cunhados e cunhadas: Jônatas, Nazareno, Iracy e Tatiana. Aos meus sobrinhos e sobrinhas, minhas paixões: Yamara, Mayara, Cristiane, João Venâncio, Bruna e Realino Guilherme. Agradeço, também, à tia Gorete, pelo apoio. Um carinho especial à minha avó Levertina (*in memorian*), que Deus levou pouco depois de meu ingresso no programa de mestrado. Foi dela que partiu a primeira ajuda financeira para os meus primeiros dias em Uberlândia. Com certeza, no momento da defesa, ela estará comemorando comigo mais essa vitória. Suas orações valeram, vó. Obrigado, família! Essa conquista também é de vocês. Muito obrigado... Agora vou visitar vocês.

Um agradecimento carinhoso ao Tiago, meu companheiro, que acabou descobrindo comigo tantas e tantas geografias... Obrigado pelas palavras de carinho, incentivo e compreensão nos momentos mais difíceis nesse processo de dissertar.

Em Uberlândia, durante o processo de investigar, refletir e dissertar, tive a feliz sorte de conhecer pessoas companheiras, amigas... Na UFU, tive a felicidade de conviver com professores e colegas, com os quais aprendi muito. Um agradecimento aos colegas do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA): Paulo, Gilberta, Joyce, Eduardo, Lucimeire, Alisson, Carla, Rafael Medina, Edione Raquel, Renata e Cristiano Barbosa, pelas boas risadas e trocas de informações pertinentes à pesquisa. À Profª Dra. Beatriz Ribeiro Soares, pelas sugestões na defesa do projeto e no exame de qualificação e, também, pela energia positiva transmitida (sempre alegre) quando passava por ela no corredor do Instituto. Também, aos professores Dr. João Cleps Júnior e Dr. Carlos Rodrigues Brandão, pelas informações valiosas durante as disciplinas cursadas.

Aos colegas da Pós-Graduação, em especial: Paula Diniz, Roberto Castanho, José Luiz, Andréa Narciso, Rodrigo Herles, Priscila Caires, Cristiane Dias, Gleiciane, Antônio Maurilo, Nelson, Paulo Sérgio, Leomar Tiradentes, Fernanda, Ercília, Cyntia Miguel, Magda Valéria, Carla Rodrigues e Charmenie Santana.

À amiga e companheira Odelfa Rosa, que compartilhamos angústias esperanças no decorrer da caminhada...

Às secretárias da Pós-Graduação, Dilza e Cynara, pela atenção em esclarecer dúvidas e aos funcionários da biblioteca que, gentilmente, nos atendiam nas dúvidas em relação ao acervo e às questões relacionadas à dissertação.

Aos dois amigos e colegas Joelma Cristina dos Santos e Marcelo Cervo Chelotti, pela convivência na República “Organizações Salazar” (nomeada pelo Marcelo Chelotti). Dividíamos certezas e incertezas, utopias e esperanças. Foi um momento de

aprendizagem (e desaprendizagem) quando atravessávamos a noite estudando, discutindo teorias. Nos momentos de descontração, falávamos com saudades de nossas regiões de origem, de amor, de pessoas, regados a muitas risadas, chimarrão e vinho da marca Canção (foi assim que aprendi a tomar chimarrão). Esses momentos atenuavam um pouco a falta que sentíamos da nossa terra natal. Um agradecimento especial à Joelma pela acolhida e compreensão quando cheguei em Uberlândia sem dinheiro.

Ao Departamento de Geografia da UFG/CaC, onde inicei meu sonho de cursar uma universidade e, também, meu sonho como professor universitário. Um agradecimento aos *para sempre meus mestres*, em especial: Ao amigo Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, que me ensinou os primeiros passos como pesquisador e a acreditar que outro mundo é possível. Obrigado também pelo incentivo para eu entrar no mestrado, e pelas sugestões no pré-projeto. À Profª Dra Estevane de Paula Pontes Mendes que, pacientemente, acompanha essa pesquisa desde a elaboração do pré-projeto e pelas sugestões na defesa do projeto e no exame de qualificação. Prof. Dr. Manoel Rodrigues Chaves, Prof. Ms. Laurindo Pedrosa, Prof. Ms. Valdivino Lima, Prof. Ms. Gilmar Avelar, Prof. Dr. José Henrique Stacciarini. Um agradecimento a esses dois últimos pelas leituras e sugestões no trabalho. À Profª Ms. Carmem Costa, pela força. Ao amigo Prof. Ms. Ronaldo da Silva, pela acolhida nos meus momentos mais difíceis.

Aos amigos de “ouro”, pela torcida. Em especial, a Nágela Melo, Cairo Mohamad Katrib, Cláudio Maia, André Oliveira, Regma Santos, Valdeci Borges, Matheus Pontes, Samuel Pontes, Alex Camargo, Tânia Barcelos, André Nery, Beto, Cláudia Costa, Marquinho, Márcio, Luciana Borges, Juliano Nascimento, Aline Cristina, Pedro Ricardo, Robson Mendonça, Gisele Alves, Lidimar, Geisa, Silvone, Divina, Deikla Alves, Radamés, Leonardo Oliveira, Maria José (Zezé), Leandro, Gislane, Eloína, Selmo e tantos outros presentes no momento de investigar, refletir, dissertar e nos momentos de descontração.

À Patrícia Francisca de Matos, pela amizade e por dispor seu veículo para a realização de uma parte do trabalho de campo.

Aos agricultores familiares da comunidade rural São Domingos. Em especial, à família Gusson (Sr. José Carlos, Dona Fátima e Mileni), que nos ofereceu hospedagem e alimentação durante o trabalho de campo e, ainda, a Mileni, por acompanhar-nos na realização das entrevistas. Aos professores da Escola "Arminda Rosa de Mesquita", em especial, ao diretor da escola, Prof. Amarildo pelas informações sobre os alunos, e à Prof. Luciene Neiva, por acompanhar-nos na aplicação de parte das entrevistas. À agente de saúde da comunidade, a Sra. Lesliene, pelas ricas informações.

Aos técnicos da Agenciarural, a Sra. Anilda e o Sr. Vilmar, pelas informações concedidas para a pesquisa. E, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de dois anos de bolsa, sem a qual, com certeza, essa pesquisa não seria concretizada.

E, por último, agradeço os responsáveis pela parte técnica da pesquisa: A Antônio Santiago pela digitalização dos mapas; a Nadim Antônio, da Digicópias Papelaria, que, pacientemente, cuidou de parte da impressão do trabalho; a Eduardo Vieira, pelo auxílio na construção dos gráficos; à Neire pela tradução do resumo; à Prof. Ms. Gisele Alves, pela correção final do trabalho, e à Branca pela correção parcial.

A todos que, em função da correria, não foram lembrados aqui, mas fica um agradecimento de coração. Muito obrigado a todos!

È lamentável nossa situação
mesmo os poucos que aqui resta
ainda continua a produção.
sabem porque...?
porque, sou homem do campo...

As vezes fico triste
por coisa que acontece...
vivendo no esquecimento
quase ninguém nos reconhece...
mas mesmo assim
a luta é constante
sabem porque...?
porque sou homem do campo...!

Sou homem do campo
sou roceiro mesmo...
somente uma coisa
não consigo esconder
da minha felicidade
de no campo viver

Portanto eu imploro
deixe-me em paz
deixe-me aqui viver...
Porque, aqui eu nasci...
Aqui...
Eu quero morrer?

(Lamentos de um camponês: homem do campo, Pedro Milla)

RESUMO

O espaço agrário brasileiro passou por significativas transformações no Pós-Guerra com a implantação de políticas de modernização trazidas dos Estados Unidos da América para o meio rural. Essas políticas, sendo pensadas de fora para dentro, vieram carregadas de preconceitos, em que seus idealizadores tinham como objetivo salvar as populações rurais do atraso. Com isso, continham o avanço da propaganda do socialismo. Com esse caráter produtivista, essas políticas não alcançaram os resultados esperados. Foi só a partir da década de 1960, que as políticas de modernização começaram a surtir efeitos, com a incorporação aos processos produtivos de inovações tecnológicas e com a criação dos CAIs. Com incentivo do Estado brasileiro, essa modernização atingiu apenas os proprietários que dispunham de capital e grandes extensões de terras, ampliando ainda mais a concentração fundiária nas mãos de uma minoria e, consequentemente, o aumento dos conflitos sociais por terra. No município de Catalão (GO), a modernização da agricultura se concretizou a partir da chegada de paulistas e sulistas que, com altos investimentos do Estado, começaram a produzir nas áreas de chapada. O que importa, nesse processo, é como a agricultura familiar sobrevive nessa condição desfavorável à reprodução. Esse grupo de produtores encontra-se em desvantagem, tanto na produção como na comercialização de seus produtos. Nesse contexto, na comunidade rural São Domingos, no município de Catalão, os pequenos produtores para conseguirem melhorar sua renda diversificam a produção. Uma parte dos produtos é destinada, exclusivamente, ao consumo familiar e outra parte é comercializada em feiras e comércio local e regional. Esses produtores guardam algumas características culturais centenárias: festas, missas, mutirão, “treição”, relações de vizinhança e compadrio que, mesmo com tantas transformações, são transmitidas dos pais aos filhos. Com essas características territoriais, o objetivo dessa pesquisa é compreender a importância política, econômica e cultural da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO) a partir da leitura do território. Para o alcance desse objetivo, fizemos pesquisas de campo acompanhadas de leituras pertinentes ao tema e levantamento de informações em órgãos públicos, tais como: Agenciarural e IBGE.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Desenvolvimento de Comunidades. Território. comunidade rural São Domingos. Catalão (GO).

ABSTRACT

The Brazilian agrarian space suffered notable transformations during the after War with the implantation of the politics of modernization brought from the United States of America to the rural place. These politics being thought from the outside to the inside, came full of prejudices, where there mentor had as a goal saving the rural populations in relation to its decay. In this way, they stopped the advancement of the socialism publicity. With this producer character, these politics of modernization began getting effects. With the incorporation to the producers' process of technological innovations and the creation of CAIs. With the incentive of the Brazilian State, the modernization got just the proprietors who disposed the funds and big extensions of lands, increasing even more the concentration of big lands on the hands of a minority and, consequently, the enlargement of the social conflicts because of the rural proprieties. In the municipal district of Catalão(GO), the modernization of the agriculture materialized itself from the arrival of paulistas and sulistas who, with the high investments of the State, began producing on the areas of chapada . The important, in this process, is how the familiar agriculture survives under this unfavorable condition to the reproduction. This producers group finds itself in disadvantage, in the same way on the production and on the trading of this products. In this context, in the rural community of São Domingos into the municipal district of Catalão, the minor producers, in a way to get improvements into their income, diversify the production. One part of the products is designated, exclusively, to the familiar consumption and the other is traded on street markets and on the local and regional commerce. These producers keep some cultural characteristics of centuries: parties, mass, collective work, relationship into the neighborhood and relationship like godfather that, even into lots of transformations, are transmitted from parents to the children. With such territorial characteristics, the goal of this research is to comprehend the political, economical and cultural importance of the familiar agriculture into the rural community of São Domingos in Catalão (GO) from the of this territory on. To get this goal, we made researches of field accompanish by readings about this subject and information survey in public departaments as Agenciarural and IBGE.

Key words: Familiar agriculture. Development of Communities. Territory. Rural community of São Domingos. Catalão (GO).

LISTA DE ILUTRAÇÕES

Mapa 1 – Localização do Município de Catalão (GO) ---------- 25

Mapa 2 – Localização da Microrregião Geográfica de Catalão (GO) ---------- 26

Mapa 3 – Localização do Sudeste Goiano ---------- 27

Mapa 4 – Localização da comunidade rural São Domingos no município de Catalão (GO) --- 34

Foto 1 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): Centro Comunitário ---------- 36

Foto 2 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): Quadra de esportes ---------- 36

Foto 3 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): Escola Arminda Rosa de Mesquita ---------- 37

Foto 4 – Comunidade rural São Domingos em Catalão (GO): Associação dos Mini e Pequenos Produtores de São Domingos ---------- 37

Fluxograma 1 - Tripé conceitual da pesquisa ---------- 66

Gráfico 1 – Percentual do Valor Bruto (%) da Produção de produtos selecionados e produzidos nos estabelecimentos familiares, 1996 ---------- 79

Gráfico 2 - PIB por tipo de produtor no Brasil, 2006 ---------- 80

Fluxograma 2 - Arranjo territorial de uma comunidade de acordo com Claval (1999) ---------- 86

Gráfico 3 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): formas de aquisição da propriedade ---------- 114

Foto 5 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): casa construída no início do século XX na propriedade da Dona Clarinda ---------- 119

Foto 6 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): o paiol e o curral construídos na propriedade do Sr. João Zico ---------- 119

Foto 7 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): o monjolo na casa de Dona Clarinda ---------- 120

Foto 8 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): cemitério João José Rabelo ------- 122

Foto 9 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): festa em louvor a São Sebastião - 129

Foto 10 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): festa em louvor a São Sebastião 130

Foto 11 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): festa em louvor a São Sebastião 130

Foto 12 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): festa em louvor a São Sebastião 131

Foto 13 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): trabalho em regime de mutirão - 134

Gráfico 4 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): distribuição das propriedades por área (ha) ---------- 139

Gráfico 5 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): dados sobre a força de trabalho ---------- 140

Gráfico 6 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): produção por número de agricultores ---------- 141

Foto 14 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): cultivo do tomate de mesa ------- 143

Gráfico 7 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): renda não agrícola ---------- 146

Gráfico 8 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): utilização de recursos tecnológicos nos estabelecimentos familiares ---------- 148

Foto 15 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): I Pamonhada do Sudeste Goiano ---------- 151

Foto 16 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): I Pamonhada do Sudeste Goiano ---------- 151

Foto 17 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): Banco de Sementes Crioulas ---- 152

Foto 18–Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): Manifestação do Movimento dos Pequenos Agricultores ---------- 156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Catalão (GO): evolução da população urbana e rural entre 1960 a 2000 ----------32

Tabela 2 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): destino do leite, por quantidade de produtores ---------- 144

Tabela 3 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): renda aproximada dos agricultores---------- 146

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ---------- 17

1 - A COMUNIDADE RURAL SÃO DOMINGOS NA "TRILHA" DA PESQUISA ----- 23

1.1. Conhecendo o município de Catalão (GO)---------- 24

1.2. A formação socioespacial de Catalão (GO) ---------- 29

1.3. A comunidade rural São Domingos: a delimitação da área de estudo---------- 33

1.4. O início de um problema de pesquisa e a escolha do tema ---------- 39

1.5. As "trilhas" percorridas na pesquisa: a metodologia e o universo teórico de referência---------- 42

1.6. O diário de Campo: experiências vividas e percebidas na comunidade rural São Domingos ---------- 50

2 – TERRITÓRIO E AGRICULTURA FAMILIAR: desenvolvimento de comunidades rurais no Brasil e (re)organização dos territórios comunitários em Catalão (GO)---------- 55

2.1. Território e agricultura familiar: considerações teórico-metodológicas---------- 56

2.2. Agricultura familiar: definições e controvérsias ---------- 67

2.3. Agricultura familiar no Brasil: problemáticas, perspectivas e territorialidades------ 75

2.4. A comunidade como forma de vida e de reprodução da agricultura familiar----- 85

2.5. Desenvolvimento de Comunidades Rurais no Brasil: a (re)arrumação do território rural em Catalão (GO)---------- 89

3 - TRAMAS TERRITORIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE RURAL SÃO DOMINGOS: relações políticas, econômicas e culturais ---------- 105

3.1. Entre o passado e presente: a territorialização na comunidade rural São Domingos ---------- 106

3.2. As festas na comunidade rural São Domingos: o louvor a São Sebastião e Nossa Senhora da Abadia ---------- 125

3.3. A festa do arroz: resultado de mais um ano de colheita ---------- 132

3.4. Os mutirões e as "traições": práticas de solidariedade na comunidade rural São Domingos ---------- 133

3.5. Terra, trabalho e família: a produção do território na comunidade rural São Domingos ---------- 136

3.6. Dinâmica territorial na comunidade rural São Domingos: a relação campo/rural cidade/urbano ---------- 153

CONSIDERAÇÕES FINAIS ---------- 158

REFERÊNCIAS ---------- 161

ANEXOS ---------- 170

ANEXO A – Roteiro de entrevistas com os moradores mais antigos da comunidade rural São Domingos ---------- 171

ANEXO B – Roteiro de entrevistas com os pequenos produtores da comunidade rural São Domingos ---------- 173

ANEXO C – Roteiro de entrevistas com os técnicos da Agenciarural ---------- 177

ANEXO D – Roteiro de entrevistas com os foliões da festa em louvor a São Sebastião -- 178

INTRODUÇÃO

O espaço agrário brasileiro começou a passar por transformações ao término da Segunda Grande Guerra Mundial, a partir da interferência de órgãos internacionais, que tinham como objetivo modernizar as áreas rurais até então consideradas um atraso e de fácil acesso à propaganda comunista. Nesta perspectiva, foram criados vários programas, como por exemplo, o Desenvolvimento de Comunidades Rurais, que tinha como objetivo principal, a partir de um enfoque produtivista, salvar as populações isoladas da miséria e da ignorância. Desse modo, os vários programas de educação rural e técnicas agrícolas, no meio rural, tinham o intuito de colocar a população pobre no cenário econômico nacional. Com esse caráter produtivista, esses programas não alcançaram o sucesso esperado, uma vez que não foram levadas em consideração as especificidades culturais e de desenvolvimento das áreas rurais brasileiras.

Nesse sentido, de acordo com Graziano da Silva (1999), foi só a partir da década de 1960 que os programas de modernização das áreas rurais começaram a ganhar legitimidade, com a incorporação ao processo produtivo de inovações tecnológicas, incluindo insumos, agrotóxicos, maquinários, fertilizantes e a criação dos Complexos Agroindustriais (CAIs). Essa modernização foi feita a partir de um pacote tecnológico, denominado "Revolução Verde". Diante disso, o espaço agrário brasileiro teve uma significativa modernização, batendo o *record* em produção e produtividade de grãos e assegurando o abastecimento, principalmente, do mercado externo.

Mas, mesmo com todas essas transformações ocorridas, o processo de modernização do espaço agrário atingiu apenas os proprietários que dispunham de capital e de créditos fornecidos pelo Estado, ficando um segmento social fora desse processo: a agricultura familiar. Abramovay (1992), salientando sobre a importância da agricultura

familiar na dinamização da economia, afirma que, ao contrário do que aconteceu no Brasil, nos países desenvolvidos, as unidades de produção familiar

> [...] foram *a condição para que a agricultura desempenhasse um papel fundamental no próprio desenvolvimento do mundo capitalista*: o de permitir que o peso da alimentação na estrutura de consumo dos assalariados fosse cada vez menor e portanto que os orçamentos domésticos pudessem consagrar-se crescentemente à aquisição de bens duráveis , uma das bases da própria expansão que conheceu o capitalismo entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos de 1970. (ABRAMOVAY, 1992, p. 22, grifos do autor).

Dessa forma, a modernização agrícola no Brasil, apresentou-se muito diferente do cenário americano, europeu e japonês. A modernização aconteceu de forma socialmente perversa e excludente que, com o apoio do Estado, acabou ampliando a concentração de terras nas mãos de uma minoria e, consequentemente, resultou na expulsão de trabalhadores da terra. Esse processo acabou intensificando os conflitos de trabalhadores rurais sem terra ou com terra na luta para conquistar a terra ou permanecer nela, para assim, conseguirem reproduzir social e biologicamente.

Para se ter uma idéia dessa questão, Oliveira (2002) afirma que, de 1940 a 1985, o Brasil aumentou significativamente a sua concentração fundiária. De acordo com os dados do autor, em 1940, quando o país ainda não tinha se expandido sobre os territórios indígenas do Centro-Oeste da Amazônia, 1,5% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas que possuíam mais de 1000ha de terras, 27.812 unidades rurais ocupavam 48% do total de terras (95,5 milhões de hectares), enquanto 86% (1.630.000 unidades) dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas com menos de 100ha ocupavam, portanto, menos de 19% de terras (35,9 milhões de hectares).

Em 1985, de acordo com os dados de Oliveira (2002), a quantidade de terras nas mãos de poucas pessoas aumentou drasticamente. Menos de 0,9% (50. 105 unidades) de proprietários rurais com áreas superior a 1000ha ocupavam 44% de terras (164,7 milhões de hectares), enquanto um percentual com mais de 90% (5.252.265 unidades agrícolas) de

proprietários com menos de 100ha ocupavam apenas 79,7 milhões de hectares, ou seja, 21% do total de terras. Esses dados confirmam que a estrutura fundiária brasileira se concentrou ainda mais no período da modernização. Assim, corroboramos a idéia de Oliveira (2002), quando salienta:

> podemos afirmar com segurança que a estrutura fundiária brasileira herdada do regime das capitanias/sesmarias muito pouco alterada ao longo de 400 anos de história do Brasil e, particularmente na segunda metade deste século [século XX][3], o processo de incorporação de novos espaços – assaltados, tomados das nações indígenas – tem feito aumentar ainda mais a concentração das terras em mãos de poucos proprietários. (OLIVEIRA, 2002, p. 56, acrescentes nossos).

A partir disso, dentro dessa conjuntura de modernização no município de Catalão (GO), no final da década de 1970, é criada a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que tinha como objetivo prestar assistências técnicas, a fim de colocar os produtores das áreas rurais no cenário econômico. Mas, o processo de modernização só se intensificou a partir da década de 1980, com a chegada de agricultores do Sul e de São Paulo, que possuíam capital para investir na modernização, associados ao apoio do Estado. De acordo com Mendes (2005),

> as novas formas organizacionais e produtivas na agropecuária catalana surgiram como resultado da expansão da fronteira agrícola. Vivenciou-se, na década de 1980, com a expansão da soja nas áreas de chapada (relevo plano) do município, as bruscas transformações espaciais. As áreas que apresentavam predomínio de vegetação natural e pecuária extensiva foram, num pequeno intervalo de tempo, modificadas. Carvoeiros se instalaram por meses nessas áreas de fronteira agrícola. As propriedades foram 'limpadas' cedendo lugar a uma nova paisagem. A produção de soja se expandiu pelas áreas do Cerrado, ganhando proporções consideráveis. As pastagens naturais foram substituídas pelas pastagens plantadas com outras variedades de forrageiras, os solos receberam uma cobertura de calcário. A vegetação de troncos tortuosos foi, gradativamente, eliminada. (MENDES, 2005, p. 143-144).

Dessa forma, a modernização do processo produtivo não alcançou homogeneidade, atingindo apenas as áreas de chapada, ficando uma parcela de produtores

[3] O texto do autor foi publicado em 2002 (início do século XXI), mas se refere à metade do século XX.

(moradores das áreas de fundo de vales) fora desse processo. De acordo com os dados apresentados por Mendes (2005, p. 145), no período compreendido entre 1980 e 1996, “foi registrada uma expressiva diminuição do número de pequenas propriedades rurais até 100ha (21%) e entre 100ha e 1000ha (13%) e um aumento de, cerca de 12% no número de estabelecimentos com área superior a 1000ha, que já respondiam pela maior parte das áreas rurais até final da década de 1970”. Assim, acreditamos que o processo de modernização associado a novas demandas (saúde, educação, lazer) da população rural acabou por expulsar uma parcela para a cidade. Os que continuam padecem com a falta de incentivo na produção e na comercialização dos seus produtos, e consequentemente, tendo sua reprodução ameaçada.

O que importa, neste trabalho, é como a agricultura familiar sobrevive nesse processo de transformação desfavorável à sua reprodução. É consenso, entre os vários estudiosos da questão agrária, a importância que a agricultura familiar assume na economia brasileira. Essa importância se dá graças à sua capacidade de produção para suprir as necessidades do grupo familiar e produzir gêneros alimentícios para a população urbana, assegurando baixos preços. Porém, apesar dessa importância econômica, esse grupo de produtores encontra-se em desvantagem, tanto na produção como na comercialização de seus produtos, pois sempre foi colocado em segundo plano pelas políticas agrícolas e agrárias em toda a história da formação econômica brasileira, como será mais bem discutido no capítulo II e III.

Outra questão de grande importância nas unidades rurais de produção familiar, são as relações culturais que, mesmo com tantas transformações nos seus modos de vida, os agricultores ainda conservam. Essas relações se manifestam através das festas, das relações de compadrio e vizinhança, da religiosidade, de causos, relações de ajuda mútua,

como o mutirão e a "traição[4]". Essas relações culturais são ainda preservadas pelos moradores de muitas regiões rurais no Brasil.

Nesse contexto, o objetivo dessa pesquisa é compreender a importância política, econômica e cultural da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos, no município de Catalão (GO), a partir da leitura do território. Para o alcance desse objetivo, fizemos pesquisas de campo acompanhadas de leituras pertinentes ao tema e levantamento de informações em órgãos públicos, tais como: Agenciarural e IBGE, e em documentos do Grupo de Estudos, Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais - GETeM/CaC-UFG. O interesse em investigar essa temática surgiu no período da graduação em Geografia, na Universidade Federal de Goiás através de nossa participação em projetos de pesquisas nas áreas rurais em Catalão. O fato de ser filho de camponês, as dificuldades de sobrevivência na terra presenciadas desde a infância e a necessidade de migração de toda a família para a cidade constituem fatores que despertaram meu interesse particular pelo tema. Esses passos serão detalhados no capítulo 1.

O número de pesquisas que trata dessa temática tem ampliado devido ao reconhecimento da importância da agricultura familiar na produção de alimentos para o mercado interno, devido ao aumento das problemáticas sociais e territoriais que permeiam essas unidades de produção e também por causa do aumento significativo dos conflitos de trabalhadores por terra no sentido de melhorar suas condições de vida ou para permanecerem em suas propriedades e se reproduzirem. A necessidade de estudos localizados que contribuam para essa discussão geral justifica a importância dessa pesquisa.

A partir disso, a importância de analisar a agricultura familiar a partir da leitura do território reside nas relações sociais instauradas a partir daí. O território da agricultura familiar é a construção de símbolos, de identidades, de produção. Porém, quando

[4] De acordo com o Dicionário da língua portuguesa (FERREIRA, 1999), Traição é uma espécie de mutirão com a particularidade de o fazendeiro que pretende auxiliar o vizinho, chega à casa desde alta noite, de surpresa, em companhia dos trabalhadores, acordando-os em geral, ao som de cantos. O nome popular é "treição".

este encontra-se ameaçado, os agricultores familiares se organizam na luta para defendê-lo, como é o caso do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na comunidade em estudo. Merece destacar que os agricultores não ficam presos ao seu espaço (o campo). Eles mantêm uma estreita relação com o urbano através dos pequenos mercados, igreja, hospitais, escolas, dentre outros.

Na comunidade rural São Domingos, objeto de análise deste estudo, a principal atividade econômica está assentada na produção do leite, que é entregue, em sua maioria, na Cooperativa Agropecuária de Catalão Ltda (COACAL). Além da pecuária leiteira, pratica-se a agricultura, destacando o cultivo de arroz, feijão, soja, milho, verduras, frutas, entre outros, contribuindo assim, na diversidade da produção. Uma parte da produção é destinada, exclusivamente para o mercado, como a soja, tomate e melancia. Outra parte é destinada ao consumo familiar, sendo o excedente comercializado no comércio local e regional. Daí, o interesse por analisar essa comunidade.

Para a organização didática da discussão, nosso trabalho será dividido em três capítulos, além da introdução e considerações finais. No primeiro capítulo, esboçaremos os caminhos e os procedimentos metodológicos percorridos durante a pesquisa. Apresentaremos, também, uma discussão sobre a formação socioespacial do município de Catalão (GO) e também a localização e delimitação da área de estudo.

No segundo capítulo, teceremos uma discussão teórica sobre o território, a agricultura familiar e suas características territoriais, ponderando o papel que teve o Desenvolvimento de Comunidades na (re)organização do território rural, no município de Catalão.

No terceiro capítulo, faremos uma análise do processo de territorialização na comunidade em estudo, como também da produção econômica, das estratégias de sobrevivência, suas redes de relações e as principais dificuldades de sobrevivência.

1 – A COMUNIDADE RURAL SÃO DOMINGOS NA “TRILHA” DA PESQUISA

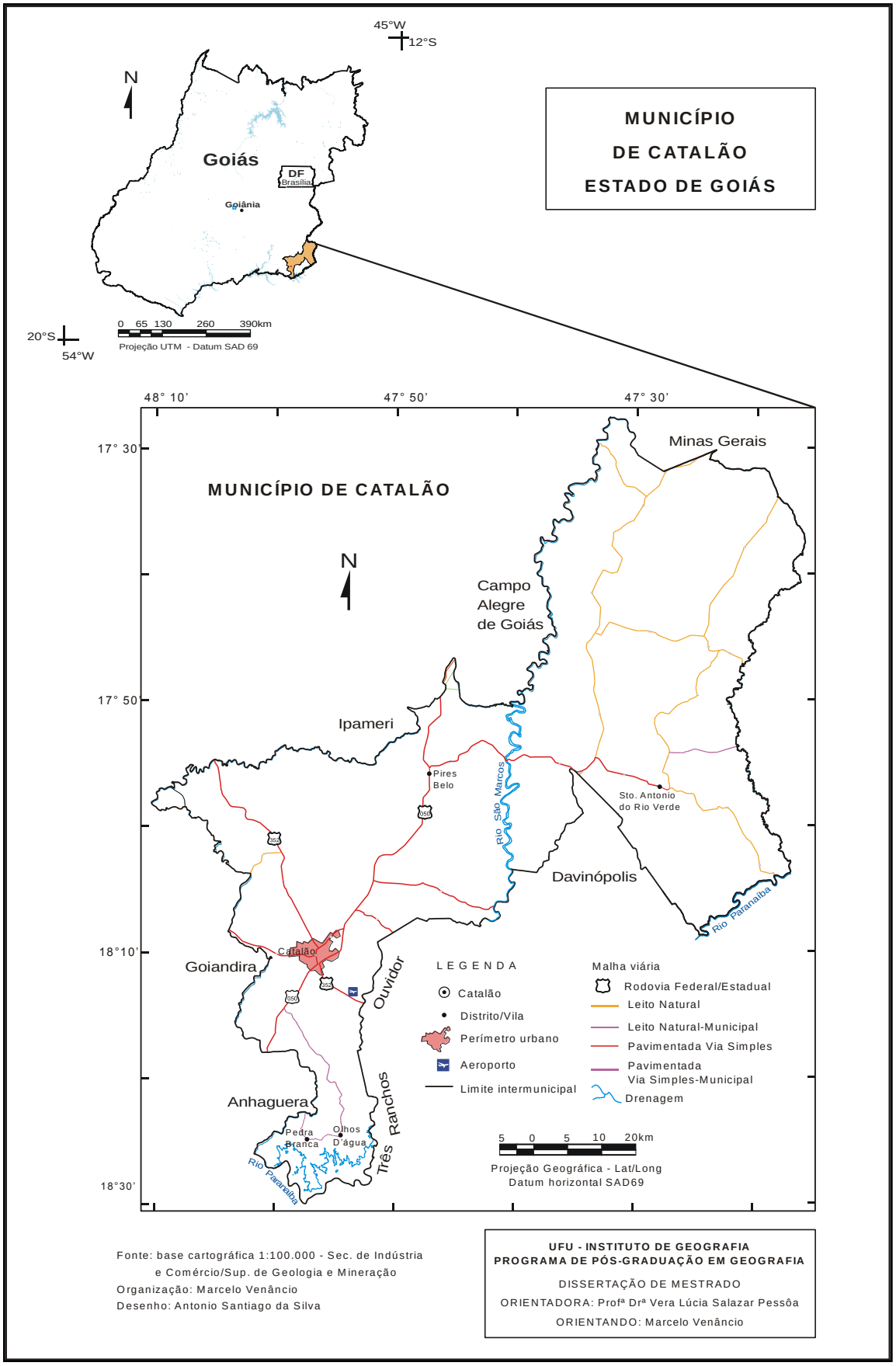
> Se as essências fossem iguais às aparências, toda ciência seria desnecessária, já dizia o velho Marx. Assim a ciência está na busca da explicação e do desvelamento de fatores que não são claros para o conhecimento do senso comum e em geral o contrariam. [...]. Além do sólido embasamento teórico, que ajuda a desvendar os processos ideológicos e torna clara a natureza do processo social, é preciso utilizar procedimentos rigorosamente controlados e experimentos que possibilitem confirmar as teorias, mas que principalmente permitam sua reformulação. Assim, a ciência avança.
>
> (Dulce Whitaker)

Uma pesquisa científica tem como papel interpretar uma dada realidade a partir de alguns questionamentos e alguns objetivos definidos. De acordo com Luna (2000), a pesquisa precisa oferecer o máximo de exatidão e ser confiável. Desta forma, torna-se necessária uma metodologia que oriente o pesquisador no processo de investigação. Nessa mesma linha de reflexão, D'Incao (1979) salienta que torna-se impossível a prática de um estudo sem a devida combinação de uma metodologia. Seguindo as orientações desses autores, traçamos alguns caminhos para dar maior confiabilidade à presente pesquisa. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é apresentar a área de estudo e, ainda, discorrer os caminhos (procedimentos metodológicos) percorridos para a realização de nosso trabalho.

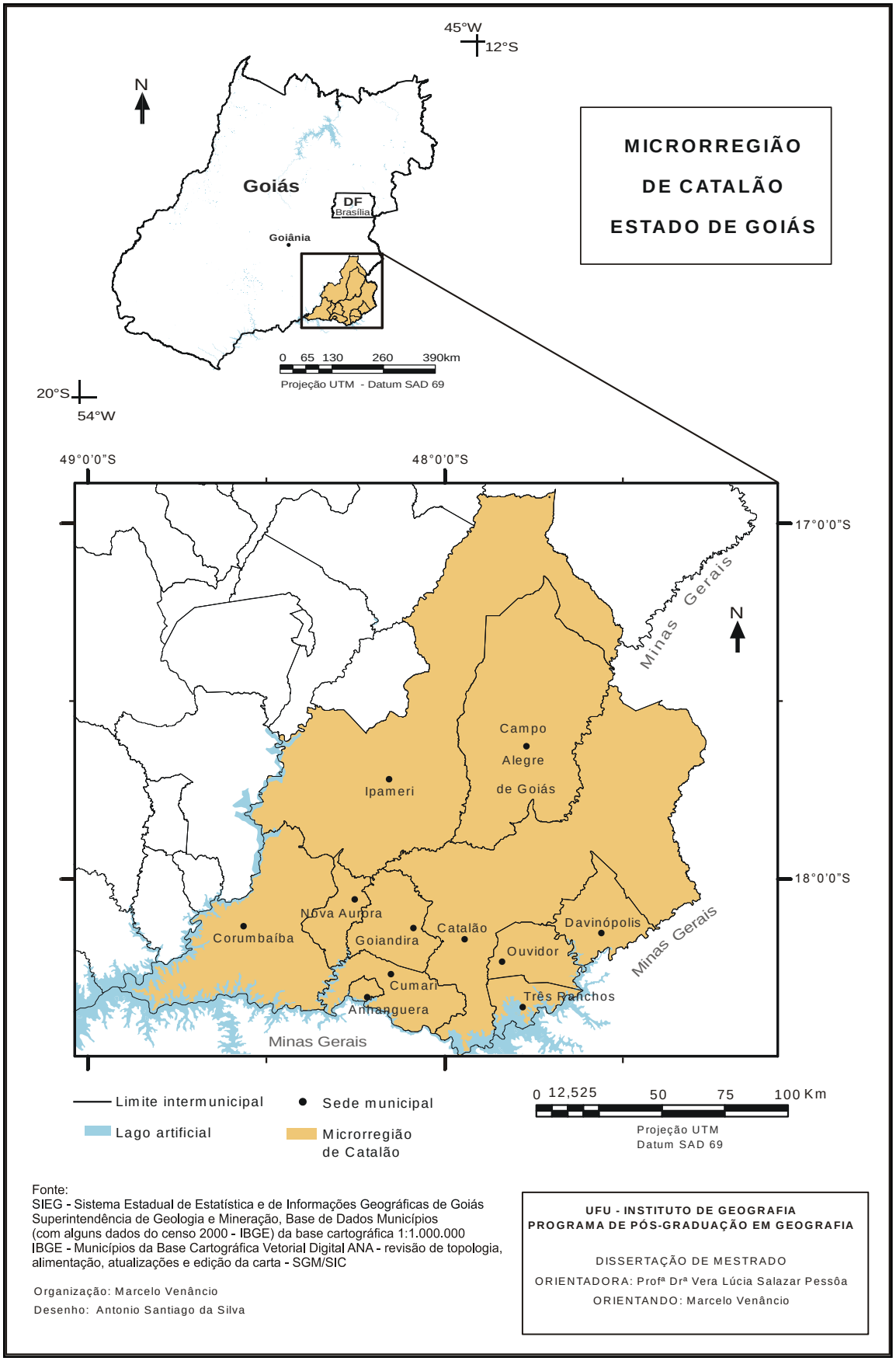
1.1. Conhecendo o município de Catalão (GO)

O município de Catalão (Mapa 1) está localizado na Microrregião Geográfica de Catalão (Mapa 2). Essa microrregião integra-se ao Sudeste Goiano (Mapa 3) e compreende os municípios de Catalão, Ouvidor, Três Ranchos, Davinópolis, Cumari, Anhanguera, Corumbaíba, Nova Aurora, Goiandira, Ipameri e Campo Alegre de Goiás. Ao Sudeste Goiano, integram-se 21 municípios, sendo eles: Gameleira, Silvânia, Vianópolis, São Miguel do Passa Quatro, Orizona, Cristianópolis, Santa Cruz de Goiás, Palmelo, Pires do Rio, Urutaí, Ipameri, Campo Alegre de Goiás, Corumbaíba, Nova Aurora, Goiandira, Anhanguera, Cumari, Ouvidor, Três Ranchos, Davinópolis e Catalão.

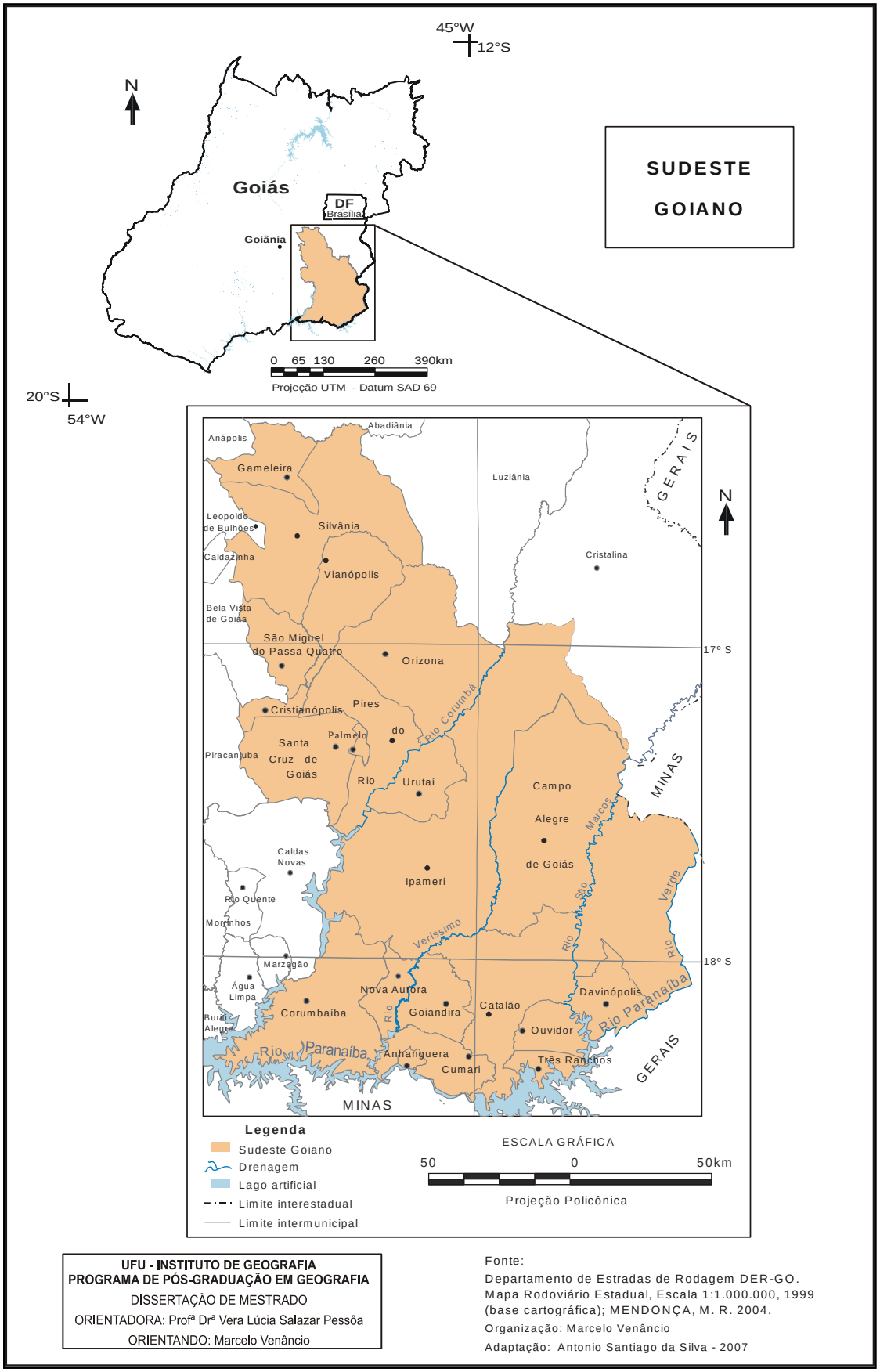
O município de Catalão limita-se com o sul/sudeste do estado de Minas Gerais, cuja via de acesso se dá pela BR-050. Tem como ponto de referência os meridianos 47º17 e 48º12' Long. W Grt. e os paralelos 17º28' e 18º30' Lat. S, abrangendo uma área de 3.777,6Km² (IBGE - Censo, 2000), que corresponde a 1,11% do território goiano.



Mapa 1 – Localização do Município de Catalão (GO), 2008.



Mapa 2 – Localização da Microrregião Geográfica de Catalão (GO), 2008.



Mapa 3 – Localização do Sudeste Goiano, 2008.

A sede do citado município está localizada no eixo dinâmico, que facilita as relações econômicas com outros lugares do Brasil. Conta com ampla estrutura de transportes, com destaque à rodovia BR-050, que viabiliza o acesso aos grandes centros comerciais brasileiros, como Brasília (DF), Uberlândia (MG) e São Paulo (SP), às rodovias estaduais e à Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), antiga Rede Ferroviária Federal, hoje utilizada, exclusivamente, para o escoamento da produção de minérios e de fertilizantes à nova fronteira agrícola (Bahia, Mato Grosso e Goiás), através de um terminal ferroviário interligando Catalão (GO), Araguari (MG) e Uberlândia (MG). Dispõe, também, de aeroporto para aviões de pequeno e médio porte.

A sede do município de Catalão distancia-se a 100km de Uberlândia (MG), interligada pela rodovia BR-050; 265Km de Goiânia, capital do estado de Goiás, interligada pela rodovia GO-330; e, a 300Km de Brasília (DF), interligada pela rodovia BR-050 e, ainda pela GO-352 às cidades de Goiandira (GO) e Corumbaíba (GO) (MENDES, 2005).

De acordo com o Censo Demográfico dos municípios do estado de Goiás (IBGE, 2000), no contexto territorial, o município de Catalão possui três povoados: Olhos D'água, Pedra Branca e Cisterna; e dois distritos: Santo Antônio do Rio Verde e Pires Belo. Conta com 64.347 habitantes, sendo 57.606 habitantes concentrados na área urbana e, apenas, 6.741 habitantes na área rural. O referido município concentra, atualmente, 55,79% da população dos dez municípios de sua microrregião, apresentando um aumento percentual de 20,26% em relação a 1970 (MENDES, 2005).

Em relação aos aspectos climáticos, o clima do município de Catalão, de acordo com Ferreira (2003), pode ser considerado como Tropical de Altitude, com Regime Sazonal de Altitude. Entendendo o clima como uma sucessão habitual dos estados atmosféricos ou tipos de tempos em determinado local, é necessário considerar, sobretudo, as

diferenciações sazonais marcadas pelas condições pluviométricas que individualizam a Região Sudeste de Goiás.

Quanto à geologia, Ferreira (2003) afirma que o município supracitado encontra-se inserido sobre rochas Pré-Cambrianas, constituídas por metassedimentos do Grupo Araxá, dobradas e metarmofizadas pelos Ciclos Uruaçuanos e Brasiliano, configurando-se dentro da Faixa Brasília. Em muitas áreas do Sul de Goiás e Oeste de Minas Gerais, na base dos metassedimentos do Grupo Araxá, observa-se um pacote de rochas gnaíssicas bandadas que, em direção do topo, passa, gradualmente, para xistos feldspáticos e micaxistos. Localmente, essa litologia é recoberta por sedimentos Terciários, configurando-se como um manto de material alterado de caráter laterítico ferro-aluminoso (Tdl), respondendo pela presença das coberturas pedológicas típicas da região. Ferreira (2003) salienta, ainda, que os aspectos climáticos aliados à disposição topográfica do município de Catalão e a cobertura pedológica contribuem para a diversificação agrícola na região.

1.2. A formação socioespacial de Catalão (GO)

A história oficial de Catalão, de acordo com os escritos de memorialistas catalanos, como Maria das Dores Campos e Cornélio Ramos, remonta ao movimento das Entradas e Bandeiras no interior de Goiás para capturar e escravizar os índios e, também, buscar riquezas minerais para atender as exigências da coroa portuguesa. Nesse contexto, tudo indica a possibilidade de Catalão ter sido fundada por volta de 1722, quando passava pela região a comitiva de Bueno Filho.

Na passagem dessa comitiva, o Frei Antônio, natural da Catalunha e apelidado de Catalão, juntamente com outros homens, resolveu se fixar nas proximidades do

Córrego do Almoço[5], com o objetivo de aproveitar a fertilidade do solo e, consequentemente, garantir alimentos para o momento do retorno da comitiva. (OLIVEIRA;VENÂNCIO, 2005).

A partir desse momento, Catalão teve um lento crescimento. Inicialmente, como ponto de pouso, sendo que os primeiros registros apontam, em 1736, a existência do sítio ou fazenda. Em 1808, existiam diversos ranchos de palha e umas dez casas de telha. Em 1810, ocorreu a doação de terrenos da Sesmaria do Ribeirão à Nossa Senhora Mãe de Deus. Em 1833, o aglomerado foi elevado à categoria de Comarca e, em 1859, foi elevado à categoria de cidade. (OLIVEIRA;VENÂNCIO, 2005).

No início do século XX, Catalão passou por um intenso crescimento econômico com a chegada da Estrada de Ferro. Esse fato diminuiu a distância entre o interior e o litoral do país. Nesse século, mais propriamente em 1917, Chaul (1994), citando trechos de um jornal de Goiás da época "A Informação Goyana", escreve sobre a prosperidade que Catalão alcançou:

> este populoso e próspero município do Sul do Estado cultiva café, cana-de-açúcar, fumo, mandioca, arroz, vinhas e fabrica vinho, aguardente, farinhas de milho e mandioca, queijos, manteigas, banha e charques. Possui charqueadas, engenhos de beneficiar arroz e uma colônia de 30 famílias de portugueses que se dedicam a cultura da vinha e do cafeeiro, cuja colheita excede 2.000 arrobas. (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1917 apud Chaul, 1994, p. 43).

Estudos de geógrafos catalanos como Mesquita (1993), Ferreira (1996 e 2003), Mendonça (1998 e 2004), Stacciarini (1999), Pedrosa (2001), Silva (2003), Katrib (2004), Bueno (2000 e 2006), Moya (2000), Mendes (2001 e 2005), Deus (2002), Lima (2003), Oliveira e Venâncio (2005) e Matos (2005) muito contribuíram para melhor entendermos a formação socioespacial do município de Catalão. Apesar de concepções

[5] O córrego do Almoço é um dos afluentes do Ribeirão Pirapitinga (ribeirão que corta a cidade de Catalão), cujas nascentes se localizam nas proximidades da BR-050 (que liga Catalão a Uberlândia). O córrego passa por um processo constante de degradação com a expansão urbana, devido à especulação imobiliária e com a drenagem dos solos heteromórficos para o cultivo de hortaliças. (OLIVEIRA; VENÂNCIO, 2005).

teórico-metodológicas e políticas diferenciadas, todos seguem na mesma direção de pensamento no tempo e no espaço sobre o processo de crescimento econômico da cidade de Catalão (GO).

Nas décadas de 1930, 1940 e 1950, o município de Catalão era considerado a referência do Sudeste Goiano. De acordo com Mendonça (2004), o município era uma das referências na produção agropecuária, na prestação de serviços e no comércio de cereais para varejistas e comerciantes da região e do Estado. Em relação ao comércio agrícola, merece destaque o grande impulso desencadeado pela chegada dos trilhos de ferro, sendo que o arroz passou a liderar a pauta de exportações, perdendo apenas para o gado de corte. Nesse sentido, os trilhos de ferro foram um dos fatores que contribuíram para o rápido crescimento de Catalão. A esse fator, aliam-se a construção de Goiânia, em 1937, a de Brasília, em 1960, e a conseqüente implantação da rodovia BR-O50, que colocou Catalão na linha de acesso aos grandes centros urbanos.

A implantação das indústrias de exploração de minérios, na década de 1970[6], e a modernização da agricultura, a partir da década de 1980[7], colocaram Catalão na balança comercial do país. Tais fatores atraíram grandes investimentos para o município. Nesse período, Catalão apresentou (e ainda apresenta) um grande êxodo rural, uma vez que os jovens migraram para a cidade em busca de trabalho e as famílias foram expulsas do meio rural em virtude da modernização do campo. A tabela 1 mostra a mobilidade socioespacial nos períodos compreendidos entre 1970 e 2000.

[6] Ver Lima (2003).
[7] Ver Mesquita (1993), Mendonça (2004), Mendes (2005) e Matos (2005).

Tabela 1 – Catalão (GO): evolução da população urbana e rural entre 1960 a 2000.

Anos	População urbana total	Evolução da dinâmica populacional urbana em % - período e evolução		População Rural total	Evolução da dinâmica populacional rural em % - período e evolução		População Total
1960	11.634	-	-	14.464	-	-	26.098
1970	13.355	60 a 70	14,79	13.983	60 a 70	-6,56	27.338
1980	30.695	70 a 80	129,83	8.473	70 a 80	-22,74	39.168
1991	47.123	80 a 91	53,52	7.363	80 a 91	-4,92	54.486
2000	57.560	91 a 00	18,67	6.730	91 a 00	-0,94	64.290

Fonte: Mendonça (2004). Org. VENÂNCIO, M. (2007).

Conforme a tabela 1, Catalão, no período de 1970 a 2000, apresentou um aumento da população urbana em detrimento da rural, à medida que as atividades comerciais e industriais cresciam na cidade, atraindo um grande número de pessoas em busca de uma vida melhor[8].

Outro fator que contribuiu para o crescimento econômico do município foi a instalação da montadora de veículos Mitsubish Motors (montadora de veículos)[9] e da Cameco do Brasil - John Deere (montadora de máquinas agrícolas para o abastecimento das propriedades patronais modernas), trazendo uma dinamização das atividades socioeconômicas e aumento do arrecadamento municipal.

Nessa direção, atualmente, Catalão possui um moderno serviço de saúde, sendo abordada como uma referência regional (BUENO, 2006). No plano da educação, o município conta com duas universidades: uma federal (Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão), que oferece 15 cursos – Geografia, Letras, Educação Física, História, Química, Física, Matemática, Ciências da Computação, Pedagogia, Administração, Psicologia, Ciências Biológicas, Engenharia Civil, Engenharia de Minas e Engenharia de Produção – uma privada (Centro de Ensino Superior de Catalão), que oferece os cursos de

[8] Ver Bueno (2006).
[9] Ver Silva (2003).

Direito, Administração, Fisioterapia, Pedagogia e Ciências Contábeis, além de várias escolas no segmento público e privado. Catalão apresenta um comércio variado, uma moderna prestação de serviços e uma agricultura comercial altamente moderna que, de acordo com Mendonça (2004), alça o município em questão a uma posição de destaque no Estado, em termos de produção de grãos. Há também uma agricultura assentada sob técnicas tradicionais de cultivo, quase esquecida pelas políticas públicas do Estado. E é nessa conformação socioespacial que está localizada a comunidade rural São Domingos, objeto de análise deste estudo.

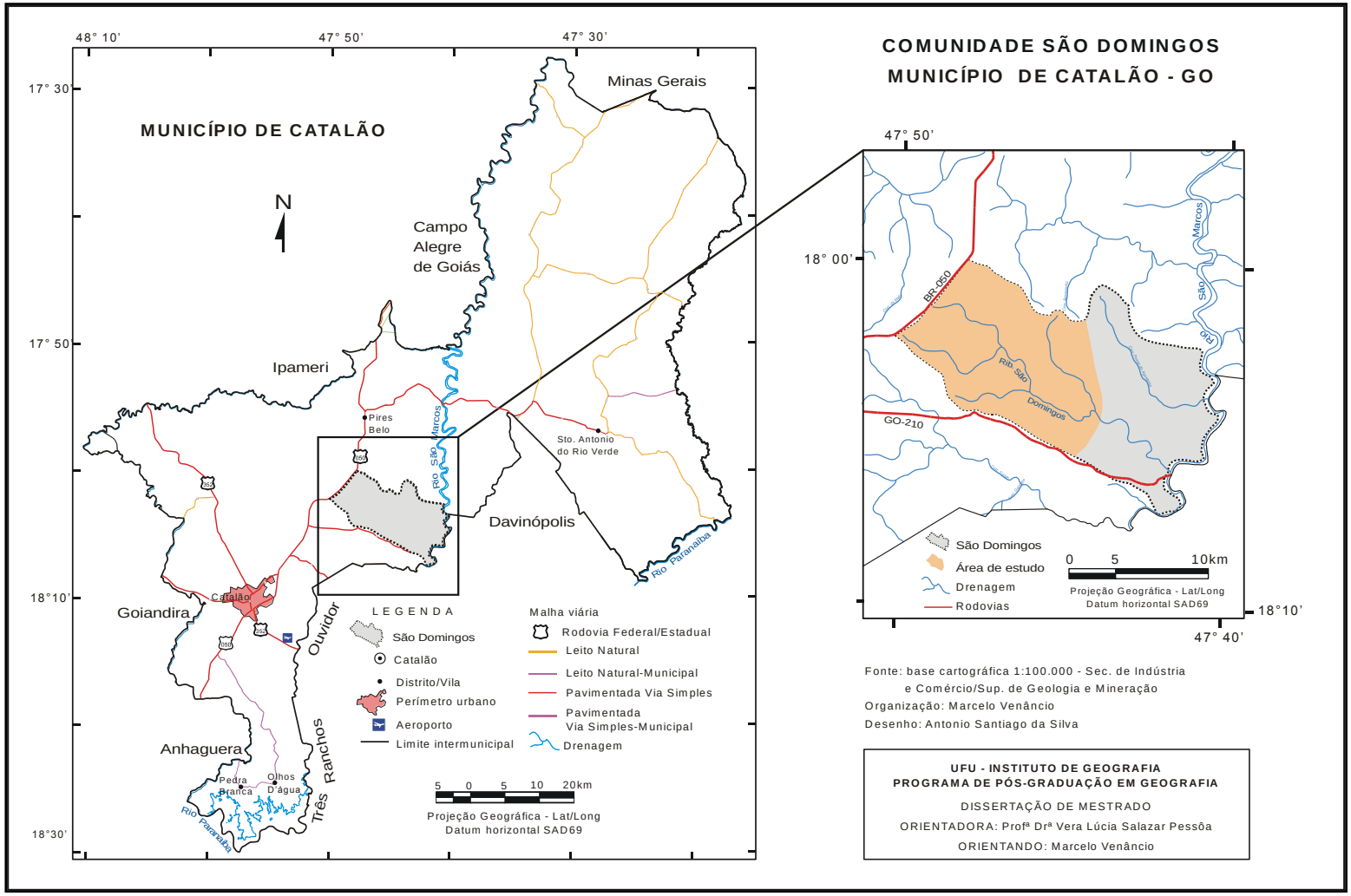
1.3. A comunidade rural São Domingos: a delimitação da área de estudo

Entre as várias comunidades rurais[10] situadas no município de Catalão, tem-se a comunidade rural São Domingos. Encontra-se bem localizada na parte Nordeste (mapa 4) da área do município, distando, aproximadamente, 30km da sede municipal. Duas vias de acesso ligam a referida comunidade à área urbana de Catalão: uma é a GO-220, que liga Catalão ao pequeno município de Davinópolis (GO) e a outra é a BR-050, meio que dá acesso a Brasília (DF), capital do Brasil.

A proximidade da comunidade rural São Domingos com a sede municipal facilita a comercialização da produção, bem como a ida e vinda dos moradores que compram vários produtos utilizados no estabelecimento familiar, como roupas, calçados, açúcar, querosene, fertilizantes e outros. Limita-se com as comunidades rurais Custódia, Cisterna, Morro Agudo, Mata Preta e o Distrito de Pires Belo, e encontra-se dentro da Bacia Hidrográfica do Ribeirão São Domingos, conforme delimitação feita por Gusson (2007).

---

[10] Essas comunidades são: Ribeirão, Coqueiros, Custódia, Cisterna, Morro Agudo, Mata Preta, Mata Velha, Macaúba, Laginha, Martírios, Lageado, Batalha, Forquilha, Pires, dentre outras



Mapa 4 – Localização da comunidade rural São Domingos no município de Catalão (GO), 2008.

A comunidade rural São Domingos é dividida pelos próprios moradores em comunidade São Domingos I e comunidade São Domingos II ou em “comunidade de cima” e “comunidade de baixo”, respectivamente. Em relação à segunda, alguns moradores nomeiam-na de “comunidade beira do São Marcos”. A comunidade rural possui, ao todo, 92 sedes/propriedades, com cerca de 300 pessoas[9]. Dessa forma, trabalhamos com anucleamento do Centro Comunitário da comunidade rural São Domingos I (Mapa 4).

A comunidade rural São Domingos II localiza-se à margem esquerda do rio São Marcos, rio eleito pela Empresa Sociedade Serra do Facão (SEFAC) para a construção da barragem Serra do Facão[10]. Em termos de área, a porcentagem a ser atingida com tal empreendimento é quase nula, pois apenas pequenos terrenos serão tomados. Na pesquisa realizada na empresa, os funcionários disseram que os dados obtidos não são contabilizados por comunidade e sim por propriedade, de modo que o lago atingirá partes muito pequenas.

A área selecionada para análise no presente estudo, o anucleamento do Centro Comunitário, dispõe de um Centro Comunitário (Foto 1) com capacidade para 100 pessoas, aproximadamente, sendo o ponto de referência para o encontro de moradores (realização de missas, reuniões comunitárias, festas religiosas etc.). Possui uma quadra de esportes (Foto 2), um campo de futebol e uma escola denominada “Escola Municipal Arminda Rosa de Mesquita” (Foto 3), que oferece o Ensino Fundamental completo (1º ciclo a 8ª série), atende a oitenta e um estudantes e funciona a doze anos na região. (informação verbal, 2007)[11].

---

[9] Informações verbais fornecidas por M. C. Gusson, moradora da comunidade (2006).

[10] A barragem Serra do Facão, já em construção no Vale do Rio São Marcos, irá desterritorializar cerca de 400 famílias[4], inundando 25.596km^2, somando cerca de 158.200ha de terras, para gerar 210 megawatts de energia. As famílias a serem desapropriadas possuem na terra, não apenas um produto material ou valor de troca, mas também a reprodução de valores socioculturais desenhados há mais de cinco gerações. O reservatório, além da sua abrangência no Município de Catalão, também estenderá aos municípios de Campo Alegre de Goiás, Ipameri e Cristalina, em Goiás, e o Município de Paracatu, em Minas Gerais

[11] Informações verbais fornecidas pelo Professor Amarildo, diretor da escola em 2007.

A comunidade possui uma sede própria para a Associação dos Mini e Pequenos Produtores Rurais de São Domingos, localizada na propriedade do Sr. João Sonoesce Neiva (Foto 4). Essa associação foi criada em 2001 por meio da iniciativa dos agricultores familiares que agregam as atividades desenvolvidas pelos produtores rurais, fortalecendo assim, a produção e a comercialização agropecuária.

Foto 1 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): Centro Comunitário (2006).
Acervo: GETeM/ UFG-CAC.

Foto 2 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): Quadra de esportes (2006).
Acervo: GETeM/ UFG-CAC.

Foto 3 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): Escola Arminda Rosa de Mesquita (2006).
Acervo: GETeM/UFG-CaC

Foto 4 – Comunidade rural São Domingos em Catalão (GO): Associação dos Mini e Pequenos Produtores de São Domingos.
Autor: VENÂNCIO, M., ago. (2006).

Apesar das transformações ocorridas no espaço rural, ainda são preservadas, por parte dos moradores, tradições culturais marcantes que se manifestam em festas, causos, compadrio e teias de relações sociais (ver capítulo III). No tocante à produção agropecuária, ressaltam-se o cultivo de milho, arroz, feijão, mandioca, hortifrutigranjeiros, soja e a pecuária leiteira, dentre outros. Há, também, a incorporação de inovações tecnológicas, como o tanque de resfriamento para o armazenamento do leite, utilizado de forma coletiva na associação. Uma parte da produção é destinada ao autoconsumo familiar e a outra parte é comercializada nas feiras e mercados locais e regionais.

No mês de maio, há mais de duas décadas, de acordo com informações dos moradores mais velhos, ocorre a Festa do Arroz e, no mês de julho ou agosto, é realizada a tradicional festa em louvor a São Sebastião. Visitantes de diversas áreas se sentem atraídos pela tradição do terço cantado, das danças e da alimentação gratuita oferecida no último dia da festa. As atividades de lazer são o truco e o futebol, sendo esse realizado às quartas-feiras e aos sábados. As missas são realizadas no primeiro domingo do mês e a reunião da associação dos moradores na última quarta-feira do mês.

Em relação às características físicas da região de São Domingos, Gusson (2007) define a vegetação como Formação Florestal (Mata Seca, Mata de Galeria, Cerradão), Cerrado *stricto sensu*, Campo Sujo, pastagens (Degradada e Cultivada), Florestamento (Eucalipto), culturas anuais e temporárias, culturas irrigadas (pivôs), água (drenagem e represa) e quantifica a área total em a 81km², conforme as operações de manipulação e análise espacial disponíveis no Sistema de Processamento de Informações Georeferenciadas (SPRING).

Quanto ao solo, esse é fértil e apresenta algumas manchas impróprias para a agricultura. De acordo com a classificação da EMBRAPA (1998), os solos são típicos do Planalto Central Brasileiro (Latossolos, Agrissolos e Cambissolos, geralmente ácidos), sendo

necessário operar alterações do pH e fertilidade para a prática da agricultura. O clima é tipicamente tropical mesotérmico, caracterizado por período seco, de maio a setembro e chuvoso, de outubro a março. Logo, é no contexto dessa comunidade que realizamos nossa pesquisa empírica.

1.4. O início de um problema de pesquisa e a escolha do tema

Inicialmente, a idéia deste trabalho surgiu a partir de alguns questionamentos quando da nossa participação em um projeto de pesquisa intitulado "Expropriados da AHE Serra do Facão: uma trajetória de incertezas", realizado no período da Graduação em Geografia, na Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Nessa época (2003-2005), dentre outros estudos, fizemos, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, uma pesquisa financiada pelo Programa de Licenciatura, da Universidade Federal de Goiás (PROLICEN, 2005). Nosso objetivo consistia em elaborar um material didático que abordasse as transformações ocorridas no espaço agrário do município de Catalão a partir da década de 1980. Em meio a essas transformações, estaria a possível construção da barragem Serra do Facão. Para a confecção desse material didático, fizemos algumas investigações na Escola Municipal "Arminda Rosa de Mesquita", onde estudavam algumas crianças atingidas pela barragem. Num momento posterior, tal material foi divulgado nas escolas da região de Catalão. A convivência com os professores e alunos da unidade escolar, bem como com os professores da Universidade, o diálogo com os movimentos sociais e com os agricultores aliados às leituras acerca dos impactos das hidrelétricas sobre as comunidades contribuíram para o surgimento de uma preocupação: Quais os impactos da Barragem Serra do Facão sobre os agricultores atingidos?

Durante a graduação, cursamos as disciplinas de Geografia Agrária, Geografia Regional e Iniciação à Pesquisa em Geografia, que nos deram alguns aportes teóricos para começarmos a trilhar os caminhos da pesquisa. Dessa forma, conhecemos as obras de José de Souza Martins (Cativeiro da terra), Ricardo Abramovay (Paradigmas do capitalismo agrário em questão), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (Modo capitalista de produção e agricultura) José Graziano da Silva (O que é questão agrária), Lênin (O desenvolvimento do capitalismo na Rússia).

Nesse mesmo período, conversávamos muito com a Profª. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes e com o Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça que estavam terminando suas teses de doutoramento sobre o espaço agrário em Goiás. Com a primeira, discutíamos as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores rurais em Catalão enquanto com o segundo, debatíamos a questão da violência sobre os camponeses no Sudeste Goiano, instaurada pela modernização agrícola e construção de barragens. Nesse sentido, afloraram outros questionamentos: O que levavam esses agricultores a resistirem contra a barragem Serra do Facão? Quais as principais dificuldades encontradas por eles?

Portanto, perante tais problematizações, o objetivo principal de nossa pesquisa consistia em compreender os impactos da barragem Serra do Facão sobre os agricultores da comunidade rural São Domingos. Com essa idéia, ao iniciarmos as investigações, fizemos uma visita de sondagem na comunidade, em agosto de 2006. Durante a visita, para além dos impactos provocados pela construção da barragem Serra do Facão, outras questões suscitaram nossa preocupação, já que uma parte muito pequena de terras seria atingida na região da citada comunidade rural. Em cada propriedade que chegávamos, os agricultores falavam das problemáticas que enfrentavam para conseguirem sobreviver na terra. Nas conversas informais, eles sempre falavam, em tom saudosista, de seus antepassados e da forma como suas famílias chegaram ali. Ainda, narravam, de forma apaixonada, as

relações culturais construídas ao longo dos tempos em comunidade. Tudo isso fazia-nos lembrar das histórias de família acerca da sobrevivência na “roça”, contadas principalmente pelo pai (migração, relações familiares, dificuldades, relações culturais, causos).

Nesse sentido, motivados por nossos questionamentos e pelo interesse de registrar a memória dos agricultores, fomos guiados a algumas questões mais internas à comunidade: Quais os elementos que influenciaram no processo de territorialização na comunidade rural São Domingos? Quais os aspectos culturais construídos ao longo das gerações nessa comunidade? Quais as problemáticas enfrentadas por esses produtores? Quais as relações extracomunitárias que esses agricultores estabelecem no cotidiano? O que fez com que eles se organizassem através do Movimento dos Pequenos Agricultores?

Outra questão que suscitou nossa preocupação foi a terminologia “comunidade”, ou seja, o porquê dessa terminologia. Através de leituras e relato dos agricultores de São Domingos, percebemos que o sentido do termo “comunidade”, empregado pelos órgãos governamentais em suas esferas federais, estaduais e municipais, muito se distanciava das relações e decisões comunais existentes naquele território. Nesse sentido, outro questionamento se formulava: Como se deu o processo de Desenvolvimento de Comunidades rurais no Brasil? Como esse processo foi implantado em Catalão, especificamente, em São Domingos?

Nessa caminhada, embasados no aporte teórico da Geografia, consideramos a pertinência do estudo a partir da leitura do território, pois de acordo com Saquet (2006), um estudo dessa natureza proporciona, de forma mais completa, a compreensão do rural, sendo que é nele que acontecem todas as relações sociais de poder, tanto políticas, quanto econômicas e culturais. Na tentativa de buscar respostas plausíveis aos questionamentos levantados, foi preciso traçar alguns caminhos metodológicos.

Antes de descrevermos os caminhos da pesquisa, uma outra questão merece ressalva, uma vez que contribuiu na formulação do problema e na relevância do tema. No início deste estudo, a proposta era analisar toda a comunidade rural São Domingos e não tínhamos a noção do tamanho e das diferenças territoriais existentes. À medida que fomos aprofundando nesse universo, percebemos que se tratava de dois ambientes distintos e separados dentro de uma mesma comunidade. Como dito anteriormente, a comunidade em questão foi dividida em comunidade I e II. No interior dela, há dois centros comunitários, duas agentes de saúde e os moradores não se reconhecem como pertencentes à mesma comunidade. Dessa forma, não há uma relação direta entre uma comunidade e outra; pelo contrário, o contato entre os moradores é mínimo e as vias que dão acesso as diferentes comunidades não são as mesmas. Assim, elegemos o anucleamento do centro comunitário da comunidade I para análise deste estudo.

1.5. As "trilhas" percorridas na pesquisa: a metodologia e o universo teórico de referência

No intuito de compreender e melhor apreender a temática proposta, e a busca de respostas às perguntas/problemas formulados durante a experiência vivenciada em pesquisa de campo, tornou-se necessário adotarmos alguns procedimentos metodológicos. A adoção de uma orientação metodológica justifica-se na tentativa de evitar o máximo de erros no decorrer da pesquisa, bem como facilitar a investigação do universo do homem do campo. Dessa forma, dada a formulação dos problemas a partir da realidade investigada, definidos o objetivo e o referencial teórico que possa orientar a investigação, foi preciso estabelecer uma metodologia. (FRANCIS; GONÇALVES; PESSÔA, 2004). Pensando assim, concordamos com Tedesco (1999) quando argumenta que

> os trilhos que nos conduzem à compreensão de algo são sempre penosos, cheio de encruzilhadas, levando-nos, em alguns momentos, ao fim da picada,

> às vezes sem signos indicativos; porém, se esses caminhos forem trilhados com paixão e envolvimento, tornam-se um exercício agradável e fascinante. O amadurecimento da opção trilhada acontece muitas vezes na caminhada em meios aos deslizes, às controvérsias, às inquietações e perplexidades que o mundo nos apresenta e que o rural dinamiza e induz. (TEDESCO, 1999, p. 15).

Nesse contexto, ao adentrar o universo da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos e compreender a territorialização dos sujeitos envolvidos nesse trabalho, é necessário que compreendamos o modo de vida, a cultura, as dificuldades, as perspectivas da comunidade, como também sua importância no cenário regional. Nessa direção, Luna (2000) formula alguns elementos básicos para uma pesquisa enfatizando a criação de um corpo de problemas e a conseqüente busca de respostas. Para chegar a essas respostas, o pesquisador deve demonstrar os procedimentos metodológicos percorridos, determinar quais são as informações mais importantes, selecionar as melhores fontes de informações e definir um conjunto de ações que possam produzir essas informações. Assim, na visão do citado autor, é necessário que se tenha um bom resultado na seleção dos procedimentos e que o pesquisador conheça as vantagens e desvantagens das informações para poder contorná-las ou escolher outras alternativas na investigação de uma realidade dada.

Nessa linha de reflexão, Pessôa (2007) sugere que em uma pesquisa científica cujo interesse consiste em investigar uma realidade, deve-se levantar todas as informações possíveis. O primeiro passo é o levantamento da documentação indireta. Para essa autora, esses dados são obtidos através de fontes primárias (ou documental) e fontes secundárias (a pesquisa bibliográfica e internet). Na mesma concepção, Tedesco (1999) argumenta que toda pesquisa de caráter científico/investigativo deve passar pela complexidade conceitual.

D’Incao (1979) ressalta a importância de referencial teórico para uma pesquisa. Para a autora, a pesquisa se inicia a partir do momento em que se delineia o campo teórico que orientará o pesquisador na investigação. Nesse sentido, a teoria só pode ser

considerada a partir da consciência humana da realidade percebida, pois esta é o "reflexo e ao mesmo tempo projeção, registra e constrói, toma nota e planeja, reflete e antecipa, é ao mesmo tempo receptiva e ativa" (D'INCAO, 1979, p. 19), Assim entendida,

> a teoria passa a ter com a pesquisa propriamente dita uma relação dialética. Ela projeta e antecipa a pesquisa, ao mesmo tempo que reflete e registra seus resultados. Ela é, em síntese, elemento de mediação na busca do conhecimento (D'INCAO, 1979, p. 18).

A autora aborda que teoria e pesquisa não se fazem de forma estanque, como se faz na concepção de ciência verificacionista em que uma hipótese é deduzida a partir da teoria, e a pesquisa serve apenas para verificar se a hipótese está correta. Dessa forma, esse conhecimento não reflete a realidade, uma vez que passa a ser explicado a partir de princípios gerais e abstratos. Evidentemente, ao realizar uma investigação científica, é necessário que o pesquisador tenha uma bagagem teórica, mas essa teoria não pode ser concebida como algo pronto e acabado.

Corroborando as sugestões de Pessôa (2007), Tedesco (1999), Luna (2000) e D'Incao (1979), a pesquisa iniciou-se em 2006 com o trabalho de campo e seleção/delimitação de um referencial teórico-metodológico que ajudou a definir o perfil dos produtores na comunidade rural São Domingos. Assim, os estudos de autores como Mendras (1978), Abramovay (1992), Lamarche (1993), Wanderley (2001), Saquet (2002), Mendes (2005), Oliveira (1992), Fernandes (2001), Mendonça (2004), Santos (2001), o relatório da FAO/INCRA (1996), e ainda, anais de eventos, revistas especializadas, jornais, textos especializados divulgados na internet, entre outros, contribuíram para destacar os principais paradigmas teórico-metodológicos do território e da questão agrária no Brasil e no mundo, com ênfase na agricultura familiar e suas implicações em nível territorial.

Para a leitura do território na comunidade rural São Domingos, tivemos o aporte teórico de autores como Rafesttin (1980), Souza (1995), Haesbaert (2002 e 2004),

Saquet (2003 e 2006), Spósito (2004), Heidrich (2004), Candiotto (2004), Santos (2005) e Fernandes (2006). A partir das reflexões desses autores, concluímos que o território é construído política, econômica e culturalmente, designando construção de símbolos e identidades, movimento e relações de propriedade e de apropriação. Esse referencial, aliado à realidade percebida, contribuiu para levantar um corpo de problemas e também para a caracterização socioeconômica, cultural e política da agricultura familiar na comunidade rural em questão. Assim, concordamos com Mendes (2005), quando afirma que

> ao elaborar um referencial teórico, procura-se também reconhecê-lo no mundo real. Esse novo universo de representações - construído através do cotidiano dos moradores das comunidades rurais com a simplicidade de pessoas comuns, de pessoas que fazem a história - é incorporado num conjunto de idéias sistematizadas, nas quais a teoria, o ponto de vista do pesquisador e o objeto se unem, tornando-se eternamente vivas. Nessa perspectiva, a teoria é o caminho para conhecer e compreender os mundos manifestos e suas representações. Aqui, cabe ainda outra ressalva, por maior que seja o envolvimento do pesquisador com seu objeto de pesquisa, por mais criteriosos que sejam seus procedimentos de análise, as verdades produzidas, ainda, assim, serão parciais. (MENDES, 2005, p. 171).

Assim, de posse desse referencial teórico, fizemos leitura em documentos de órgãos públicos (fontes primárias) no município de Catalão. Para Pessôa (2007), a pesquisa em fontes primárias pode ser feita em arquivos públicos (nacionais, estaduais e municipais), em arquivos particulares (domicílios particulares, instituições de ordem privada e instituições públicas, como delegacias, postos etc.) e em fontes estatísticas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, departamentos estaduais e municipais de estatística, Instituto Brasileiro de Opinião Pública – IBOP, Instituto Gallup, etc.). A autora indica outras fontes primárias que podem ser consultadas: iconografia (gravuras, estampas, desenhos, pinturas), fotografias, objetos, canções folclóricas, vestuário e folclore.

Desta feita, fizemos um levantamento de dados na Agenciarural – Catalão, no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) – regional Catalão, no Laboratório de Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais do Campus da Universidade Federal em Catalão – GETeM (UFG/CAC), no IBGE, nas fichas da agente de saúde da comunidade e nos documentos pessoais dos pequenos produtores. Os dados levantados nessas fontes permitiram a elaboração de um perfil dos agricultores familiares da comunidade em questão para a formulação do material de campo.

Nesse sentido, cabe ainda citar as reflexões de Whitaker (2002). Essa autora afirma a importância da teoria, sendo essa o bê-a-bá da pesquisa. Coloca que a teoria está, cada vez mais, esquecida nos projetos de pesquisa. Assim,

> são cada vez mais comuns, os projetos de pesquisa com metodologias vagas e imprecisas. A crítica ao positivismo (muito adequada no caso do empirismo abstrato) veio mais para confundir do que para esclarecer [...]. Mas rejeitar o positivismo não significa partir para a teoria teórica [...]. E nem adotar procedimentos vagos sem nenhum controle da situação de coleta de dados, como se a pesquisa sociológica [nesse caso aqui a Geografia], precisasse apenas realizar entrevistas e tomar as declarações dos entrevistados como expressão do real. (WHITAKER, 2002, p. 36-37, parêntese da autora e acrescentes nossos).

Dessa maneira, a autora salienta que os pesquisadores com carências teóricas, os perigos são maiores na zona rural, pois esses carentes de recursos colhem muito rapidamente os dados sem atentarem para a complexidade dos processos em andamento. A partir dessa compreensão e para evitar conclusões precipitadas, nossa pesquisa de campo foi realizada após a delimitação das variáveis contempladas na revisão teórica elaborada a partir da realidade aparente, permitindo-nos um maior domínio e compreensão das abordagens teórico-metodológicas da agricultura familiar no Brasil e das discussões em torno do conceito de território, principalmente na Geografia.

Diante desse levantamento, tivemos o retrato da agricultura familiar no Brasil e, em particular, na comunidade rural São Domingos, onde procuramos definir uma linha de reflexão que estabelecesse a união intrínseca entre o pesquisador e seu objeto de estudo. Essas informações contribuíram na definição do perfil dos produtores da comunidade rural em questão. Em um segundo momento, esses procedimentos auxiliaram na pesquisa de campo e na elaboração dos roteiros de entrevistas.

Nosso próximo passo foi a aplicação dos roteiros de entrevistas, que foram gravadas e manuscritas. De acordo com Cervo e Bervian (1983) e Whitaker (2002), a entrevista não é uma simples conversa. A entrevista é uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher através do interrogatório aplicado ao informante, dados para a pesquisa permitindo-nos registrar observações sobre a aparência, o comportamento e as atitudes do entrevistado. Logo, depreende-se a vantagem da entrevista em detrimento de um questionário não aplicado pessoalmente. O questionário pode gerar uma série de contratempos pois ele pode ir e não voltar. Daí a vantagem do documento oral, pois concordamos com Garcia e Scaramal (1995) quando colocam que a história oral permite confrontar passado e presente. Afirmam ainda que

> [...] as possibilidades que oferece o primado – da oral sobre a escrita – os gestos acompanhados da palavra e, sobretudo, as relações com os espaços por eles criados. A memória tem esse duplo caráter de que falava Halbwachs, exprime a auto-consciência – individual e coletiva – do grupo referindo-se às experiências, às idéias, aos sentimentos compartilhados. (GARCIA; SCARAMAL, 1995, p. 114).

Dessa forma, a recorrência à história oral, a partir da memória dos agricultores permitiu conhecermos a relação desses sujeitos com a terra e o processo de territorialização na comunidade rural São Domingos. Sendo assim, concordamos com Mesquita (1996, p. 28), quando afirma que o uso da história oral permite “criar e recriar a história dos homens e dos lugares”.

Assim, como já dito, a comunidade rural São Domingos é dividida pelos próprios moradores em São Domingos I e II, tratando-se então, de dois ambientes distintos, onde o contato entre seus moradores é mínimo. A partir disso, delimitamos a área do anucleamento do centro comunitário, na comunidade São Domingos I, com 45 produtores, conforme a abrangência da agente de saúde.

Pessôa (2007) sugere que, ao realizar uma pesquisa científica, é necessário o levantamento de dados para conferir a viabilidade da pesquisa no espaço e ao longo dos tempos. Mas, em algumas situações, torna-se impossível fazer o levantamento completo, sendo necessária a adoção da amostragem. Por conta do tamanho territorial da comunidade (45 produtores) foi preciso trabalhar com uma amostragem de 60%, totalizando 27 produtores/propriedades, escolhidos a partir de informações cedidas pela agente de saúde, em vários pontos da comunidade.

As entrevistas foram feitas nos mês de setembro de 2006 e em abril, junho, julho e agosto de 2007. Antes da realização das mesmas, fizemos uma visita de sondagem na comunidade, no mês de agosto de 2006. Nessas visitas, procuramos, através das fichas da agente de saúde e conversas formais com alguns moradores, levantar o perfil dos agricultores.

Outros momentos foram importantes nesse primeiro contato. No ano de 2006, houve um curso de formação política voltado para camponeses na Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, resultado de uma parceria entre Coordenação de Extensão e Cultura da UFG/CAC e MPA. Durante o curso, foram estabelecidos alguns contatos com produtores/lideranças da comunidade. Outro momento importante foi o contato estabelecido com o MPA, apesar de retornos pouco expressivos, e também a visita, junto com alguns professores da Universidade, à comunidade. Esses contatos foram delineando nossas ações e abrindo caminho para a realização deste trabalho.

Feito isso, foram entrevistados os moradores mais antigos da comunidade (ANEXO A) e os produtores rurais (ANEXO B). No primeiro momento, entrevistamos os moradores mais antigos da comunidade, pelo fato de terem nascidos e criados dentro daquele ambiente e por apresentar memória lúcida. Nessa categoria foram entrevistados 3 moradores. Essa etapa do trabalho foi organizada em duas partes. Primeiramente fizemos uma análise sobre o produtor e sua propriedade: idade do proprietário e da esposa; o tempo que mora na comunidade; tamanho da propriedade; forma de aquisição da mesma e os principais problemas enfrentados. Posteriormente fizemos um histórico da comunidade e do produtor: como surgiu a comunidade; construções antigas; organização e tamanho das primeiras famílias; a relação fazendeiro x agregado; relações com a cidade; mutirões e "treições"; eventos religiosos; enterros dos mortos e festas.

Uma vez reconstruída a história da comunidade a partir da memória dos moradores mais antigos, no segundo momento, realizamos entrevistas com os agricultores familiares. Com o objetivo de diversificar a amostra, esses entrevistados foram escolhidos a partir de informações cedidas pela agente de saúde e moradores da comunidade. Essa categoria representa um total de 60% de 45, representando 27 produtores, conforme já abordado.

Os roteiros de entrevistas foram organizados em 4 partes. Na primeira, fizemos uma identificação sobre o produtor e sua propriedade: idade; tamanho da propriedade; parentesco; número de filhos; escolaridade; forma de aquisição da propriedade; fonte de renda. Na segunda, fizemos um levantamento sobre a produção: produtos cultivados; renda; comercialização; força de trabalho; utilização de recursos tecnológicos; relações externas e assistência técnica. Na terceira, analisamos a organização política dos agricultores: filiação em cooperativas, associação ou sindicato e participação

nos movimentos sociais. E por último, estudamos os aspectos culturais: festas e outras atividades culturais na comunidade.

Outro grupo de entrevistados foram os técnicos da Agenciarural de Catalão (ANEXO C) com o objetivo de abordar a história dos projetos de extensão rural no município de Catalão. Na pesquisa de campo realizada na festa em louvor a São Sebastião, entrevistamos 6 foliões (ANEXO D) visando discutir o significado e a importância da festa. Assim, vale destacar que a realização das entrevistas permitiu um retrato parcial da história de vida e das condições socioeconômicas desses produtores. É fato que as entrevistas *por si só* não mostram a realidade do objeto em investigação, mesmo porque o pouco tempo formal da pesquisa não permite isso, mas com certeza, possibilita o mínimo de erros na leitura da realidade.

1.6. **O diário de campo**: experiências vividas e percebidas na comunidade rural São Domingos

É mister acrescentar, nessas páginas, as ricas vivências experenciadas no trabalho de campo na comunidade rural São Domingos. Esse momento foi árduo, dada as muitas dificuldades que foram sendo encontradas na caminhada da pesquisa. Mas, mesmo com todos os percalços encontrados, a atividade proporcionou-nos um momento de reflexão, de questionamentos e até mesmo de indignação, a partir do momento em que convivemos e aprendemos com homens e mulheres que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas em seus territórios, ainda resistem e persistem. A partir do labor com a terra, “faça chuva ou faça sol”, constroem e reconstroem histórias, sobrevivendo nas suas terras e se reproduzindo social e biologicamente.

A partir de tais vivências, ressaltamos também, as experiências de campo descritas por Garcia Júnior (1983) e Tedesco (1999). Esses autores mostraram as dificuldades enfrentadas no trabalho de campo, destacando as desconfianças dos pequenos produtores. Salientam que muitos não respondiam as entrevistas, ou quando respondiam faziam-na sem exatidão. Esse problema é enfrentado por muitos pesquisadores que se propõem a investigar o universo rural. Em São Domingos, durante nossa pesquisa, além das dificuldades por conta das desconfianças de alguns produtores rurais que por motivos óbvios e alheios, não queriam responder as entrevistas, ainda tínhamos que lidar com o problema da locomoção da cidade para a comunidade e, também no interior da mesma, muito extensa no plano territorial. Por outro lado, encontramos pessoas que, além de colaborar com a pesquisa, gentilmente ofereciam ajuda como pouso e acompanhamento no decorrer das entrevistas.

Entretanto, a nossa caminhada na comunidade, muitas vezes, se iniciava na madrugada, às 5h30min, quando tínhamos que apanhar o ônibus dos estudantes, financiado pela Prefeitura Municipal de Catalão (PMC). Esse ônibus percorria várias propriedades, inclusive algumas comunidades circunvizinhas que a escola municipal abrangia. As crianças eram apanhadas para chegar até a Escola "Arminda Rosa de Mesquita", na comunidade São Domingos, às 7h30min, horário em que iniciavam as aulas.

Como as estradas não são asfaltadas, a empresa contratada pela PMC, colocava um ônibus muito barulhento e em condições precárias de uso. A situação se agravava quando chegava nas áreas de grandes declives e buracos, o que provocava grandes "bacadas". No caminho, além do frio da manhã, uma enorme quantidade de poeira entrava no ônibus, causando grande incômodo. Aparentemente, as crianças não se importavam muito com tudo aquilo e, às vezes, manifestavam curiosidade em relação a nossa presença dentro do ônibus. Sempre que nosso olhar se dirigia à elas, "cochichavam" umas com as outras e, às vezes até riam. Vez ou outra, uma criança chegava até nós e

perguntava: *o senhor é o novo professor?* Ou quando nos via anotando alguma coisa no diário, perguntavam: *o que o senhor ta fazendo? O senhor vai visitar a nossa escola?O senhor vai na casa de quem? O senhor é de onde?O senhor vai fazer o que?* E assim, as perguntas se estendiam...

Sempre nos pontos de parada, principalmente quando ainda não tinha amanhecido, o pai ou a mãe acompanhava seus filhos até o ônibus. Elas entravam sempre um pouco intimidadas, mas depois, se juntavam com as outras crianças e iam brincar, gritar e conversar sobre o que tinham feito no dia anterior. Um fato interessante é a cultura urbana bastante presente no comportamento delas. Sobre isso, Mendes (2005) discute que:

> [...] essa população se encontra **influenciada pelo processo de urbanização da cultura**. Essas transformações podem ser observadas no modo de viver, na educação escolar (os conteúdos dos livros didáticos auxiliam nessa educação acultural), no vestuário e na alimentação (enlatados, refrigerantes, balas, bolachas e outros). O amplo consumo dos diversificados produtos ofertados na cidade é limitado pelos ganhos, principalmente, da população jovem - público alvo da cultura urbana. (MENDES, 2005, p. 184, grifos nossos, parênteses da autora).

Grande parte dessas crianças tinha um celular (às vezes, nem havia sinal para o funcionamento, mas elas estavam com o aparelho na cintura ou na mão) e/ou comentavam sobre *vídeo games* e *orkut*. As meninas, mesmo com tanta poeira, usavam calçados e roupas consideradas da "moda"[12]. Enfim, no trajeto de casa para a escola, demonstravam animação com mais um dia de aula. Conversando com esses alunos, percebemos que todos tinham uma tarefa na propriedade a ser cumprida logo que chegassem da escola, pois é uma prática comum os filhos começarem as responsabilidades com o trabalho desde muito cedo. As meninas, na sua maioria, ajudam a mãe com os afazeres domésticos e os meninos sempre ajudam o pai na lida da roça. O estranhamento

[12] Referimo-nos às modas atuais impostas pela mídia.

com a nossa presença dentro do ônibus se deu só no primeiro e segundo dias, pois a partir do terceiro, as crianças pareciam já familiarizadas conosco.

Ao passar próximo às propriedades rurais, ao amanhecer do dia, era comum vermos uma luz meio "tímida" ao fundo, no curral. Eram os produtores tirando o leite. Essa atividade começa muito cedo, antes do raiar do dia, pois o leiteiro passa sempre a partir das 9h da manhã para pegar o leite e levar até a Cooperativa Agropecuária de Catalão (COACAL). Em algumas comunidades, esse trabalho é de responsabilidade exclusiva do chefe de família, que também conta com o auxílio da esposa e/ou dos filhos. O leite é tirado todos os dias e quando o produtor se ausenta da propriedade, o vizinho cumpre essa tarefa, pois há um laço de solidariedade entre os membros da comunidade.

O ônibus dos estudantes assume outro papel de extrema importância dentro da comunidade: transportar um morador de um lugar ao outro, seja da comunidade à cidade, ou de uma propriedade a outra. Certo dia, uma senhora, ao colocar as crianças dentro do ônibus, perguntou ao motorista: *Cê me dá uma carona até a 'venda'*[13]*?* Depois do sinal positivo, entrou com alguns sacos de queijo, farinha de mandioca e cartelas de ovos, para entregar num pequeno mercado próximo à comunidade. De acordo com a senhora, esse trajeto é feito pelo menos uma vez por semana, pois é por meio da venda desses produtos que sua renda familiar é complementada.

Outro momento muito rico na pesquisa de campo foram as entrevistas com os moradores mais antigos da comunidade. Esse resultou num momento muito rico de aprendizagem. Inicialmente, dada a nossa inexperiência, as primeiras conversas não fluíram bem, uma vez que a nossa formalidade "acadêmica" causou um certo receio nos entrevistados. Outro fator que causou um pouco de timidez nos entrevistados foi o ato de

[13] Essa "venda" é um pequeno mercadinho que tinha próximo a comunidade, na beira da ponte do rio São Marcos, estrada que ligava a cidade de Catalão a cidade de Davinópolis.

gravar as falas. Nossas conversas só começaram a surtir efeito quando, nas visitas, contávamos com a companhia de uma moradora da comunidade.

Observando a forma de relacionamento dessa moradora com os entrevistados, fomos adequando nossa linguagem e nosso comportamento às experiências dos produtores. Dessa maneira, começamos estabelecer uma maior intimidade com esses agricultores e, consequentemente, as entrevistas começaram a dar certo. As falas dos entrevistados mostraram uma riqueza de detalhes que muito contribuiu para uma possível reconstituição fidedigna da história da comunidade rural São Domingos.

Em um segundo momento, as entrevistas feitas com os produtores/chefes de família transcorreram mais tranquilamente e resultaram num processo extremamente rico para a nossa pesquisa, pois era um roteiro de caráter técnico sobre a propriedade, o que facilitou o diálogo. Contávamos, também, com a ajuda da moradora da comunidade. Nesses encontros, as entrevistas sempre despertavam a atenção e a compreensão da maioria dos entrevistados, que demonstravam curiosidades acerca de nosso estudo. As conversas eram sempre regadas a café, leite e biscoitos. Algumas famílias insistiam para almoçarmos em suas propriedades e outras faziam questão de mostrar o quintal. Em cada propriedade, demorávamos cerca de 3 a 4 horas. Aproveitávamos a oportunidade para conversar com os filhos dos pequenos produtores (quando tinham) a respeito de suas perspectivas na propriedade, uma vez que representam a continuidade do patrimônio familiar. Em outro momento, as entrevistas foram feitas com os alunos na própria unidade escolar. Nesse segmento aplicamos um total de 12 entrevistas.

As idas e vindas na comunidade, os trajetos de ônibus foram repetidos por quatro vezes durante a nossa pesquisa de campo. Houve mais três tentativas, mas não se concretizaram, pois perdemos o horário do ônibus. Em outros momentos, usávamos carros de amigos e familiares para fazer a pesquisa de campo. Eram momentos mais confortáveis, pois

não precisávamos preocupar muito com horário ou distância. Outras vezes, dormíamos na propriedade do Senhor José Carlos Gusson e de Dona Fátima Gusson que, gentilmente, faziam bem o papel de anfitriões, oferecendo pouso e alimentação. No outro dia, a filha do casal, mesmo com muitos afazeres na propriedade, acompanhava-nos a pé até as propriedades, além de ajudar a aplicar os roteiros de entrevista. Em meio a esse arranjo, a pesquisa de campo se realizava...

Descritas as trilhas percorridas na pesquisa, apresentaremos, no capítulo II alguns conceitos e temas delimitados a partir da realidade percebida, bem como o processo de Desenvolvimento de Comunidades Rurais no Brasil e seu papel na (re)organização do território rural em Catalão.

2 – TERRITÓRIO E AGRICULTURA FAMILIAR: desenvolvimento de comunidades rurais no Brasil e a (re)organização dos territórios comunitários em Catalão (GO)

São diversas as razões
Várias interpretações
Que tocam a vida humana
Que indagam suas verdades,
As forças que forjam suas formações,
Divisões, obras, trabalhos, inventos,
Que traçam os seus destinos,
Lutas, intentos.

São tantas as indagações
E buscas de alternativas
Que expliquem nossas produções
E façam o novo porvir
É grande a nossa tarefa
De compreender as forças complexas
Ou mesmo as banais
Incrustadas no espaço humano
Em suas tramas territoriais

(Tramas territoriais, Luiz Carlos Flávio)

De acordo com D'Incao (1979), uma pesquisa científica é interpretada a partir da realidade percebida. Dessa forma, cabe ao pesquisador delimitar um campo teórico que irá guiá-lo na interpretação da realidade. Nesse sentido, conceitos como território, comunidade e agricultura familiar, foram importantes na realização dessa pesquisa.

Pensando assim, o objetivo desse capítulo é fazer um exercício teórico em torno dos conceitos de território, agricultura familiar e comunidade, pontuando e delimitando suas várias interpretações no Brasil e no mundo. Pretendemos, também, analisar o conceito de comunidade entendido pelos técnicos do Desenvolvimento de Comunidades Rurais no Brasil, a partir da década de 1950.

2.1. Território e agricultura familiar: considerações teórico-metodológicas.

> As unidades produtivas rurais de base familiar têm significativa importância na economia, pois é desses estabelecimentos que sai grande parte dos alimentos básicos que alimentam a população da cidade. Os agricultores familiares são proprietários dos meios de produção e a mão-de-obra vem da família do pequeno produtor, sendo o número de trabalhadores contratados, permanentes e temporários, baixo ou nulo. E, também, merece destacar que a produção é destinada, em grande parte, à subsistência da família e a outra parte excedente desses produtos é comercializada. (SAQUET, 2002; MENDES, 2005).
>
> Tendo que colocar seus produtos no mercado através do que Marx (2004) chamou de circulação simples de mercadoria, os agricultores familiares estão subordinados ao capital. É nesse processo de subordinação, principalmente através da inserção no mercado local e regional, que os pequenos produtores mantêm múltiplas relações com a

cidade. Vale acrescentar que, além da presença da agricultura familiar no mercado local, as relações com a cidade se dão sob vários aspectos: relação com os bancos; com as Igrejas; com os movimentos sociais (visto que eles são organizados na cidade); com as escolas (sendo que parte desses jovens estudam nas cidades) e com as decisões de ordem econômica e política que comprometem a sobrevivência e a reprodução dos agricultores familiares, dentre outros, caracterizando as várias redes de relacionamento e comunicação estabelecidas nessa trama socioespacial.

Entretanto, apesar dessas múltiplas relações que a agricultura familiar mantém com a cidade, é no labor com a terra que esses trabalhadores produzem e se reproduzem social e biologicamente, construindo espaços e territórios na luta por melhores condições de sobrevivência para continuarem em suas terras, e resistem duramente contra as imposições dos poderes constituídos.

A partir da heterogeneidade da agricultura familiar e da multiplicidade de relações que esses grupos estabelecem na (des)ordem socioespacial, concordamos com Saquet (2006) quando afirma que pensar o campo ou o rural, em si mesmo, é apreendê-lo de maneira bastante ilimitada, dadas as múltiplas relações que o espaço agrário mantém com o espaço urbano ou vice-versa, mesmo porque o campo rompe barreiras espaciais à medida que o agricultor familiar não fica limitado à sua propriedade. Dessa forma, é necessária uma reflexão que contemple os aspectos do movimento e das trocas entre o campo e a cidade.

Para explicar a heterogeneidade e a multiplicidade de relações da agricultura familiar no município de Catalão, utilizamos as idéias de Saquet (2006), quando é colocado que

> [...] a abordagem territorial constitui-se num *caminho* fundamental para a compreensão do movimento, de contradições e da heterogeneidade, e, pode subsidiar a elaboração de projetos de desenvolvimento com vista a uma

> sociedade mais justa. [...] isto nos remete a pensar sobre os elementos da renovação da geografia, principalmente, no que se refere ao que estamos denominando de abordagem territorial, como *um* dos *caminhos* que permite a compreensão coerente do rural e do urbano e de suas relações ou tramas territoriais. (SAQUET, 2006, p. 60-61, grifos do autor).

Dessa forma, com o aporte teórico desse autor e a opção por analisar a agricultura familiar na comunidade rural São Domingos a partir da leitura territorial, faz-se necessário abordarmos algumas interpretações acerca do território. O conceito de território assume um lugar de destaque nas pesquisas das Ciências Humanas por se tratar da ocupação humana do espaço e da forma como o homem se relaciona com a natureza, ou seja, das relações sociais no espaço. Resgatamos aqui autores que têm orientado seus estudos em torno desse conceito, tais como: Rafesttin (1980), Deleuze e Guattari (1993), Souza (1995), Haesbaert (2002 e 2004), Saquet (2003 e 2006), Spósito (2004), Heidrich (2004), Candiotto (2004), Santos (2005), Fernandes (2006) e tantos outros que têm enriquecido o debate, problematizando a (des)ordem socioespacial. Assim, o conceito de território, mesmo sendo uma categoria tradicional na Geografia, tem sido também objeto de preocupação de outras ciências, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia e Psicologia. Cada ciência se encarrega de dar-lhe definições de acordo com seu objeto de investigação.

Nessa direção, Haesbaert (2004) cita algumas áreas do conhecimento em que o tema ganha destaque. A Ciência Política entende o território a partir das relações de poder, na maioria das vezes, o poder do Estado. Na Economia, o território é entendido como um fator locacional ou como base de produção. Para a Antropologia, o território é uma dimensão simbólica e direciona o seu estudo na análise de sociedades tradicionais. E, por último, a Psicologia incorpora a noção de território no campo da subjetividade ou da identidade pessoal, trazendo-o até a escala do indivíduo. A partir dessa reflexão, Haesbaert

(2004) sintetiza as várias noções de território em três vertentes básicas: política, cultural(ista) e econômica.

> 1. Política (referente às relações de poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, na qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
> 2. Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
> 3. Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão "territorial" do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Mesmo valorizando o estudo do território através da vertente cultural e política, Haesbaert (2004) salienta que na Geografia, o território deve ser analisado a partir de sua materialidade, em suas múltiplas dimensões (política, cultural e econômica). Compreendendo o território assim, inclui-se de forma completa a interação sociedade e natureza.

Nessa direção, Spósito (2004), buscando compreender as inúmeras correntes de pensamento sobre o território, afirma que, na Geografia, há diversas concepções de território que permitem conhecê-lo a partir de várias determinantes (política, econômica e cultural) e em sua dimensão histórica. A primeira delas é a naturalista, na qual o território aparece como imperativo funcional, como elemento da natureza inerente a um povo ou a uma nação, o qual deve lutar para conquistar ou proteger. Uma segunda concepção, mostrada por Spósito (2004), diz respeito à territorialidade e à sua apreensão. Trata-se de uma abordagem voltada para o indivíduo, seu espaço de relações, seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade. Na verdade, são relações que o indivíduo estabelece dentro e fora do seu lugar

de vivência, conforme apontou Saquet (2003), Heidrich (2004) e Haesbaert (2004). A terceira concepção verificada por Spósito (2004) refere-se ao entendimento de quando o território é confundido com o espaço. Essa tese foi trabalhada e duramente criticada por Raffestin (1980), como veremos mais adiante. Uma quarta e última abordagem identificada por Spósito (2004) é definida a partir das transformações que a sociedade impõe à natureza na luta pela sobrevivência.

Diante das várias abordagens acerca do estudo do conceito de território, cabe destacar que este surge na Geografia através da *Geografia Política* com Friedrich Ratzel, na Alemanha do século XIX. Este autor foi um dos primeiros a propor e a utilizar o conceito de território. A sua obra, denominada *Antropogeografia* é considerada, ainda hoje, de grande importância para a Geografia na análise da evolução do conceito de território. Pela sua formação naturalista, desenvolve a noção de território a partir do *habitat*, delimitado como o domínio de uma determinada espécie vegetal ou animal[14]. Nessa corrente de pensamento, o conceito de território desenvolvido por esse autor relaciona-se à apropriação do espaço como forma de luta pela sobrevivência. Ratzel (1990) ainda, ao tratar mais profundamente o conceito de território, relaciona-o ao poder do Estado sobre o solo, uma vez que o nascimento do Estado decorreu da necessidade dos povos de manter a sua posse e também de defendê-lo.

> Que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras, é que vem se desenvolvendo rapidamente a *geografia política* [...] é fácil convencer-se de que do mesmo modo como não se pode considerar mesmo o Estado mais simples sem o seu território, assim também a sociedade mais simples só pode ser concebida junto com o território que lhe pertence. (RATZEL, 1990, p. 73).

[14] Essa noção é bastante utilizada pela Ciências Naturais, principalmente na Zoologia e na Botânica.

Para Haesbaert (2002), a visão naturalista do território em Friedrich Ratzel centra-se num sentido físico, material, como algo inerente ao próprio homem, como se ele fosse uma continuidade de seu ser. Para esse autor, essa visão justifica a necessidade do território e de seus recursos para a sobrevivência biológica do próprio homem. Dessa forma, o território em Ratzel (1990) pode ser entendido como sinônimo de solo e/ou de ambiente, incluindo o clima e a água, conforme o trecho a seguir:

> pode-se, portanto, aceitar como regra que uma grande parte do processo de civilização é obtida mediante um desfrute mais perspicaz das condições naturais, e que, neste sentido, esses progressos estabelecem uma relação mais estreita entre o povo e o território. Pode-se dizer ainda, em um sentido mais geral, que a civilização traz consigo o fortalecimento de uma ligação mais íntima entre a comunidade e o solo que a recebe. Um simples exame da difusão geográfica dos povos revela como a difusão dos povos primitivos apresenta lacunas que não se poderiam formar entre os povos civilizados; e é fácil perceber que isto deriva do fato de que aquelas comunidades não estão aptas a desfrutar as condições favoráveis de um território, por outro lado não são capazes de se subtrair à influência das condições desfavoráveis. [...]. (RATZEL, 1990, p. 72).

De posse dessas reflexões, Candiotto (2004) mostra que a grande contribuição de Friedrich Ratzel foi considerar o território imprescindível para alcançar objetivos políticos, para a constituição do Estado-Nação e manutenção e conquista do poder, pois, para o domínio do Estado, seria necessária a existência de um território. Assim,

> segundo Ratzel, as relações entre a sociedade e o território são determinadas pelas necessidades de habitação e alimentação. A sociedade enraiza-se no território e essa relação influencia a natureza do Estado. O território é compreendido como Estado-Nação a partir do momento em que há uma organização social para a sua defesa. (CANDIOTTO, 2004, p. 79).

Dessa forma, esse autor afirma que, no entanto, Friedrich Ratzel não supera a visão naturalista de território, compreendendo-o como uma parcela do espaço,

"delimitada, *com ou sem* a presença do homem; *com ou sem* modificações provocadas pelos povos e *com ou sem* a presença e domínio do Estado." (CANDIOTTO, 2004, p. 79).

Embora neste trabalho preocupamos em ressaltar a obra de Ratzel (1990), enquanto um dos primeiros grandes teóricos do território, vale destacar também aqui, outros geógrafos que deram grandes contribuições à evolução do conceito na Geografia. Dentre eles, estão os franceses Camille Vallaux e Elisée Reclus. (HAESBAERT, 2004).

Por muito tempo esquecido nas análises dos cientistas sociais e das Ciências Humanas, o território vem ganhando uma nova importância, principalmente para os geógrafos, na tentativa de compreender a relação sociedade e natureza. Essa revitalização se explica pela necessidade de (re)pensar a ciência geográfica e os seus conceitos-chave, tais como espaço, paisagem, lugar, região e também território.

Nesse contexto, Santos (2005) define território em si (sem uso) como formas abstratas. Já o território usado (no sentido de apropriação pelo homem) são objetos e sistemas de ações[15] que, através de suas formas híbridas (as técnicas), indicam como, por quê, por quem e para que o território é usado. O território usado é formado por lugares contíguos e por lugares em rede (relação que os membros da sociedade mantêm entre si). Em outras palavras, o autor parte da compreensão de território usado e, sendo usado, torna-se social. Assim, juntamente com o conceito de território, o autor sugere a compreensão de conceitos como periodização, empirização e rugosidades[16]. Em outra obra, Santos (1999) diz que a configuração territorial não é o espaço. Chega-se ao território a partir da

[15] Para Santos (2005), os objetos e as ações são reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada e a lógica da atualidade. Um dos resultados da ação, é pois, a modificação do objeto.

[16] Sobre a proposta atual de definição do objeto da ciência geográfica, Santos (1999) afirma que o que forma o espaço são os sistemas de objetos e os sistemas de ações. O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único onde a história dos homens se dá. Através da presença dos objetos, das técnicas, o espaço ganha um conteúdo extremamente técnico. O sistema de objetos condiciona as formas como se dão as ações e os sistemas de ações levam à criação de objetos novos ou se realizam sobre objetos preexistentes. Toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes em um dado momento histórico e sua reprodução também obedece às condições sociais (SANTOS, 1999 e 2005).

materialidade do espaço. A existência de um território se dá pelas relações sociais, sendo este cada vez mais o resultado de uma produção histórica, tendendo a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada.

Sobre espaço e território, Fernandes (2006, p. 29) entende o território como "espaço geográfico e político, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento". Salienta ainda que essa definição de espaço e território é nova e não é encontrada em manuais de Geografia Tradicional. Assim,

> é importante esclarecer que território é espaço geográfico, mas nem todo espaço geográfico é território. Lembrando que território é um tipo de espaço geográfico, há outros tipos como lugar e região. Também é importante lembrar que território não é apenas espaço geográfico, mas também pode ser espaço político. Os espaços políticos diferem dos espaços geográficos em forma e conteúdo. Os espaços políticos necessariamente, não possuem área, mas somente dimensões (FERNANDES, 2006, p. 31).

Assim, para esse autor, o espaço geográfico é produzido pelas relações sociais e entre sociedade e natureza através das dimensões culturais, políticas e econômicas. Nesse sentido, estas relações "transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares." (FERNANDES, 2006, p. 32). De acordo com essa reflexão, o território é resultado das relações sociais, sendo formado através do espaço geográfico e dos outros espaços materiais e imateriais.

E também Rafesttin (1980) analisa questões inerentes ao poder exercido sobre o espaço. Na ótica desse autor, o território é entendido como algo construído a partir do espaço (embora muitas vezes seja confundido com espaço), mas não é o espaço, pois este é anterior a qualquer ação. Nesse sentido, o território pode ser entendido a partir do

> [...] espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder. (RAFESTTIN, 1980, p. 144).

Assim, o autor define território construído *por* e a *partir* das relações de poder. O território é resultado de uma ação conduzida por um ator (ou atores) que, ao se apropriar do espaço, territorializa-o. Ora, se a territorialização se dá no espaço por um determinado grupo, logo o território é uma prática social. Sendo uma prática social, logo ele se caracteriza por uma idéia de movimento.

Em outra direção, Souza (1995) concorda com Rafesttin (1980) no tocante de que o território é definido e delimitado *por* e a *partir* das relações de poder, mas tece críticas afirmando que a análise, apenas do ponto de vista da ação do Estado, não é suficiente, pois os territórios são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas sociais, espaciais e temporais. Pensando assim, Souza (1995) afirma que para haver território é preciso haver sociedade, tendo em vista que os territórios são caracterizados pelas relações sociais projetadas no espaço. A partir dessa visão trabalha a territorialidade como um certo tipo de interação entre homem e espaço.

Outros autores também utilizados por geógrafos como Saquet (2003) e Haesbaert (2004) trabalham questões inerentes à (des)territorialização e à (re)territoralização. São eles, Deleuze e Guattari (1993) que trabalham o território no campo da subjetividade. Consideram o território como um sistema de fluxos, redes, conexões e poder. Explicitam a idéia de território a partir da desterritorialização. Para esses autores, a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, mas, em meio a esse processo, há sempre uma reterritorialização, podendo ser de alguma forma negativa ou positiva. Ninguém fica destituído de território.

Em Haesbaert (2002), o território é compreendido como um espaço concreto dominado, instrumento de controle e exploração. Esse autor também entende o espaço diferentemente apropriado, através do qual se produzem símbolos, identidades, ou

seja, uma multiplicidade de significados que operam com funções estratégicas. Essas funções estratégicas podem variar conforme o contexto em que são construídas.

Noutra obra, Haesbaert (2004) reforça a idéia de movimento do território a partir da *des-re*-territorialização. O citado teórico refuta as teses pós-modernistas que apontam questões como a mobilidade espacial e o avanço da ciência, da informação e dos meios de transportes como fim do território (desterritorialização absoluta). Apoiando-se, principalmente, na obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari, o autor sustenta que não há o fim dos territórios, mas, sim, uma multiterritorialidade, pois, a partir de uma desterritorialização, há sempre uma reterritorialização.

Assim, Haesbaert (2004) considera o discurso da desterritorialização um mito, pois toda existência humana se dá através do território. Sugere outras categorias de análise como território precário para análise de processos de segregação, de separação (reclusão territorial), que, como todo processo de des-territorialização, sempre é dialético. Sugere, também, o termo "exclusão" territorial (entre aspas), quando se refere-se a uma "exclusão às avessas", no sentido não de grupos diretamente "excluídos" do território, mas, indiretamente, através de territórios parciais ou da não ocupação ou da não circulação humana.

Outro autor que merece ser destacado é Heidrich (2004). Para este autor, o território é entendido pelo desenvolvimento de territorialidades. Nessa linha de pensamento, coloca ainda que o território é, antes de tudo, uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. A apropriação do território ocorre sobre os meios mais imediatos e diretos para a sobrevivência. Para a manifestação de características da condição territorial, parece necessária a ocorrência de:

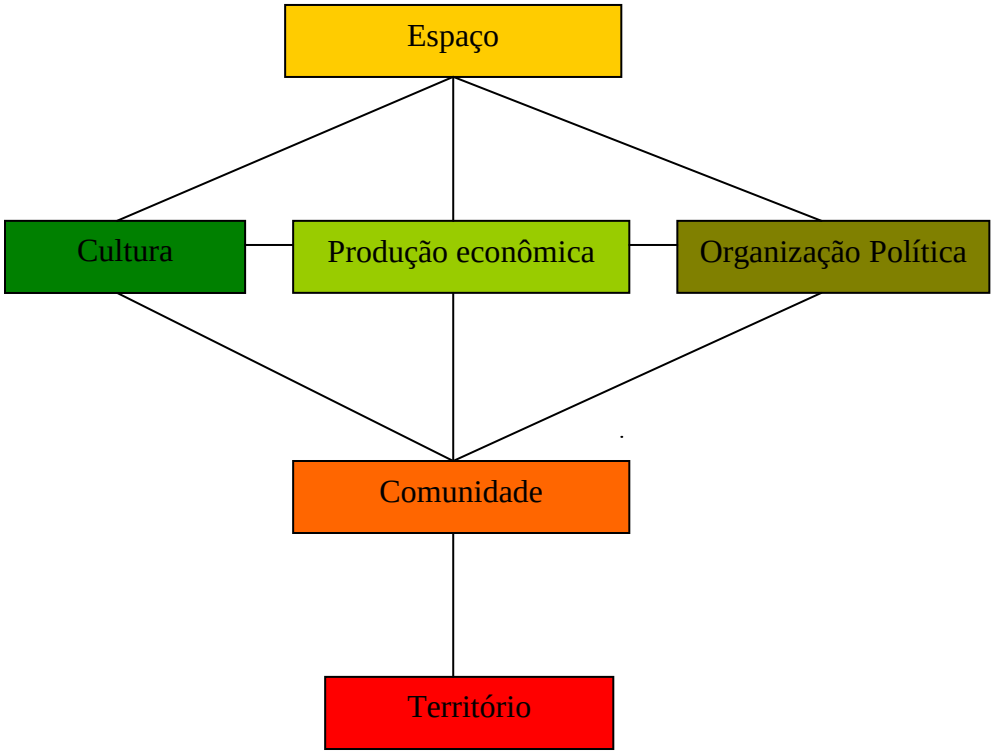
a) uma relação de apropriação (mais que domínio) das condições naturais e físicas por uma determinada coletividade;

> b) uma organização das relações , de modo a particularizar a coletividade, como uma *comunidade*, por isso mesmo diferenciada de outras e, pela mesma razão;
> c) a delimitação do acesso, do domínio e da posse ao interior da comunidade constituída. (HEIDRICH, 2004, p. 40, grifo do autor).

Mesmo com essas características, o autor salienta que a ocorrência do completo desenvolvimento da condição territorial exige uma manifestação generalizada de um poder, sendo que o território estatal-nacional reúne todos os elementos da condição territorial.

Saquet (2003), ao analisar a territorialização italiana no Rio Grande do Sul, discute que o território é resultado do processo de produção *do* e *no* espaço através das relações sociais, sendo estas relações múltiplas. A partir dessa premissa, o autor compreende que os territórios são múltiplos, revelando complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de indivíduos com uma parcela do espaço relativamente delimitado.

De acordo com as idéias de Rafesttin (1980), Souza (1995), Haesbaert (2002 e 2004), Saquet (2003 e 2006), Spósito (2004), Heidrich (2004), Candiotto (2004), Santos (2005) e Fernandes (2006), concluímos que o território é resultado do processo de territorialização no espaço geográfico, sendo que o homem, vivendo em sociedade e relacionando com a natureza, territorializa-se através de suas atividades cotidianas no campo ou na cidade. Assim, podemos compreender o território através dos aspectos culturais, econômicos e políticos. A partir dessas considerações, a análise na comunidade rural São Domingos partirá do seguinte esquema teórico-metodológico:



Fluxograma 1 - Tripé conceitual da pesquisa. Org. VENÂNCIO, M. (2007).

Assim, como afirmamos, o território é resultado do processo de territorialização. Como mostra o fluxograma 1, as relações culturais, econômicas e políticas materializadas no espaço formam o território com suas múltiplas territorialidades. Conforme tal consideração, o território analisado apenas pelo viés econômico cai no economicismo, de modo que passa a ser visto apenas como um fator locacional de produção de capital. Por outro lado, quando analisado apenas pelo viés cultural, cai no reducionismo cultural(ista) romântico, configurando-se apenas como construção de identidades e símbolos. A partir dessas premissas, buscamos a compreensão da agricultura familiar com base na leitura do território, apropriado e construído a partir das relações de poder, envolvendo identidade, domínio, pertencimento e produção de bens patrimoniais. Para Fernandes (2006),

> pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana. [...]. Contudo, as relações não se desenvolvem num vácuo, mas sim, nos territórios. As relações são construídas para transformar os territórios. (FERNANDES, 2006, p. 29).

Dessa forma, o território, para os agricultores familiares, constitui-se em um lugar de vida, onde vivendo em sociedade, constroem suas identidades, lutam pela sobrevivência e estão em conflito diário pela defesa de seu território. Consideramos, também, as territorialidades, que são as relações diárias com o mercado, com a Igreja com a escola e outros. Assim, para construir uma discussão coerente sobre a agricultura familiar e sobre o processo de territorialização na comunidade em estudo, é necessário analisar as várias discussões acerca de tal conceito para, então, orientar nossa discussão.

2.2. **Agricultura familiar:** definições e controvérsias

Vários são os estudos no campo da Sociologia, da Economia, da Antropologia e também da Geografia que têm ressaltado a importância econômica, cultural e política da agricultura familiar no Brasil e no mundo. Estudos como os de Mendras (1978), Abramovay (1992), Lamarche (1993), Wanderley (2000), Saquet (2002) e Mendes (2005) ressaltam a importância da agricultura familiar na produção de gêneros alimentícios básicos, que garantem a subsistência e a reprodução da própria família e, também, abastecem a mesa do povo brasileiro a preços acessíveis, além de contribuir na geração de emprego e renda no meio rural. Além dessa especificidade econômica, os agricultores familiares guardam aspectos culturais que lhes são próprios, repassados de pai para filho, atravessando gerações, fazendo com que essas unidades produtivas sejam territórios de vida e de reprodução da família.

As terminologias utilizadas para caracterização da produção rural familiar são inúmeras: agricultura familiar, agricultura camponesa, agricultura de baixa renda e agricultura de subsistência, dentre outras, conforme colocou Hespanhol (2000). Esses termos trazem consigo vários significados de ordem política e ideológica. Estudiosos como Oliveira (1990), Abramovay (1992), Lamarche (1993), Fernandes (2001), Mendonça (2004), Mendes (2005) e o relatório elaborado por estudiosos da FAO/INCRA (1996) dedicaram partes de seus estudos a um rico debate para conceituar as explorações rurais de base familiar no Brasil. Além dessas terminologias encontramos, na literatura pesquisada, os termos “caipira” (CANDIDO, 1982), “sitiante” e “colono” (WOORTMANN, 1995). No entanto, apesar dos esforços, não se chegou a uma denominação precisa que conseguisse explicar as heterogeneidades desse segmento de produtores no Brasil.

Ao buscarmos na literatura pesquisada o que há em comum entre as terminologias que tentam explicar a produção rural familiar no Brasil, vimos, em todas, a predominância do trabalho e gestão da família na produção agrícola, podendo também utilizar mão-de-obra de trabalhadores permanentes ou temporários conforme colocou Wanderley (2001) e Mendes (2005). No entanto, ao buscarmos as diferenças, verificamos que a conceituação depende de como a produção familiar reage aos estímulos econômicos de um dado momento histórico, ou, muito mais do que isso: depende também das posturas políticas e ideológicas de cada pesquisador.

Nesse contexto, Mendonça (2004), por exemplo, ao analisar a entrada do capital nas áreas de Cerrado e os impactos sobre o trabalho e os camponeses, argumenta que, ao se utilizar o termo agricultura familiar, desconsidera-se a luta histórica dos camponeses, expropriados pelo capital, para voltar à terra e tentar (re)existir. Esse autor tece críticas à pluriatividade e ao *part-time* (ou agricultura em tempo parcial), pois, para ele, essas formas de produção

> [...] passaram a ser apresentadas como alternativa para os conflitos fundiários no país [...]. A "solução" passou a ser a implementação de atividades não agrícolas inseridas a partir de um projeto de urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e outros serviços), consorciadas com atividades de preservação do meio ambiente e pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais etc.), que buscam "nichos de mercado" muito específicos para a sua inserção econômica. Essa tese não considera a existência de uma agricultura camponesa, tampouco de um *ethos de campesinidade* [...]. (MENDONÇA, 2004, p. 29-30, grifos do autor).

Frente a essa problemática, a tese central de Mendonça (2004) é que, ao invés de políticas compensatórias que, para ele, acabam por reforçar o assistencialismo, deve-se implementar no Brasil uma ampla reforma agrária que atenda as necessidades mais urgentes dos camponeses e as heterogeneidades das realidades geográficas brasileiras. Mesmo não se aprofundando na tese dos autores que têm discutido e debatido a agricultura familiar, esse autor declara que, na utilização do termo agricultura familiar por muitos, abandona-se a perspectiva histórica da luta pela terra.

Noutra direção, Abramovay (1992) aponta que a produção rural de base familiar não é sinônimo de pequena produção e muito menos de campesinato, pois pela adoção de técnicas cada vez mais modernas no processo produtivo, a mão-de-obra torna-se cada vez menos utilizada. A partir disso, o autor defende que a transformação da agricultura no modo de produção capitalista não significa a superioridade da agricultura patronal ou da propriedade capitalista, mas sim o fortalecimento da agricultura familiar. Abramovay (1992) afirma que essa realidade é observável no espaço rural europeu e norte-americano, onde a agricultura familiar se apresenta como uma forma social reconhecida e legitimada, sendo reflexo do processo de modernização capitalista. Nas economias européias e norte-americana, no decorrer do século XX e início do XXI, tem ocorrido o crescimento das explorações, de modo que o trabalho da família assume uma importância decisiva no processo de modernização do campo.

Em outra linha de reflexão, Fernandes (2001) critica duramente a tese de Abramovay (1992), considerando o termo “agricultura familiar” supérfluo, apesar de sua reconhecida aceitação por muitos pesquisadores nas Ciências Humanas. Nesse pensamento, Fernandes (2001) destaca que

> o que está em questão nesses estudos é a defesa da tese de que a agricultura familiar está inserida na lógica do desenvolvimento do capitalismo; que sua existência deve-se muito mais às políticas criadas pelo Estado para garantir a produção de alimentos do que aos interesses políticos e à luta dos pequenos agricultores. (FERNANDES, 2001, p. 30).

O maior problema que esse autor coloca é de que essa tese está presente no conjunto de políticas do Banco Mundial, criadas, sobretudo, a partir da década de 1990, tendo em vista o desenvolvimento de áreas rurais de países pobres para a territorialização do capital. Dessa forma, para Fernandes (2001), essa visão de agricultura familiar descarta os conflitos por terra e as possíveis soluções para a questão da terra, como por exemplo, a reforma agrária. Defende, ainda, esse autor, que a existência de um campesinato é conseqüência da luta heróica contra a expropriação e proletarização geradas pelo capitalismo, no movimento de criação e recriação do campesinato no processo de diferenciação. Assim, a formação de um campesinato acontece simultaneamente pela exclusão/inclusão das realizações do trabalho familiar, criação/destruição/recriação das relações sociais como a propriedade camponesa, a posse, o arrendamento, a meação e a parceria.

Já Wanderley (2001) valoriza o estudo do campesinato tradicional, pois para ela, a terminologia “agricultura familiar” é uma categoria necessariamente genérica, sendo que a combinação entre trabalho e propriedade assume no tempo e no espaço uma grande forma de diversidades sociais. Para essa autora, a agricultura camponesa tradicional é uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que agricultura camponesa se

funda no tripé propriedade, trabalho e família. Assim, ressalta que as particularidades que especificam o camponês dentro da agricultura familiar dizem respeito “aos objetivos da atividade econômica, as experiências de sociabilidade e a forma de sua inserção na sociedade global.” (WANDERLEY, 2001, p. 23).

Conforme esse raciocínio, Mendes (2005) analisa que a incorporação e a utilização de terminologias como, agricultura familiar, explorações familiares, pequena produção rural familiar no Brasil têm por objetivo explicar os processos sociais e agrários. Essas terminologias surgem no final dos anos de 1980 e são fortalecidas na década de 1990, sendo que uma das justificativas, no campo teórico, é a busca de novos referenciais teóricos e analíticos que contribuam para a formação de um corpo de conceitos que extrapole os temas recorrentes, como a integração entre agricultura e indústria e a ampliação do trabalho assalariado como sinônimo de desenvolvimento capitalista no meio rural.

Nesse sentido, Saquet (2002), analisando as explorações familiares em Nova Palma, no Rio Grande do Sul, define uma unidade de produção familiar como uma unidade agrícola e/ou artesanal. Ressalta que os agricultores familiares são donos da terra e dos meios de produção; têm baixo nível técnico e tecnológico; não produzem intensivamente para o mercado e não contratam, conforme a exigência capitalista, trabalhadores para efetivar a produção.

Em Lamarche (1993), a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares (a família participa da produção) e, em cada lugar, apresenta diversidades, de acordo com o modo de produção e o modelo agrícola adotados. Em alguns lugares, a agricultura familiar é a ponta-de-lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado. Em outros lugares, ainda permanece arraigada na economia de subsistência. Pode ser reconhecida como a única

forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade ou, ao contrário, ser excluída de todo o desenvolvimento, sendo totalmente desacreditada e a custo tolerada, quando não chega, fatalmente, a ser eliminada. A partir dessas premissas, Lamarche (1993, p. 15) define a agricultura familiar como "uma unidade de produção agrícola onde trabalho e propriedade estão intimamente ligados à família". Para esse autor, jamais se pode confundir exploração camponesa com exploração familiar, pois a cada uma se encontram vinculados histórias e contextos socioeconômicos e políticos diferentes.

Chayanov (1974), analisando a organização das unidades econômicas campesinas no século XIX, entende-as como formas sociais em que a produção centra-se no trabalho familiar, não existindo o fenômeno social dos salários. Por isso, o lucro é ausente. Assim, define camponês a partir de alguns princípios básicos:

a) Há uma íntima relação entre a organização, a produção e as necessidades de consumo do grupo familiar na unidade produtiva;
b) A mão-de-obra é familiar e não pode ser avaliada em termos de lucro, uma vez que a produção e o trabalho familiar não são quantificáveis;
c) O objetivo fundamental da produção nas unidades camponesas é produzir valor de uso e não de troca.

Para Chayanov (1974), o objetivo principal da produção camponesa é a subsistência da família, não sendo objetivo a maximização de lucro. Já Mendras (1978), analisando a diferença entre selvagem, camponês e agricultor, diz que o tipo ideal da sociedade camponesa, que vai contrastar com os outros dois tipos de sociedade, define-se pelos seguintes traços:

> 1. a autonomia das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades;
> 2. a importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade;
> 3. um sistema econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente;
> 4. uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas;
> 5. a função decisiva do papel de medição dos notáveis entre as coletiviades camponesas e a sociedade envolvente. (MENDRAS, 1978, p. 14-15).

Nesta direção, Mendras (1978) mostra que essa autonomia das coletividades camponesas desaparece frente à sociedade urbanizada e industrializada que não pode tolerar que em sua estrutura social seja mantida numa situação marginal uma população tão importante no contexto da produção de alimentos. Dessa forma, o camponês transforma-se em agricultor, produtor agrícola, que é ao mesmo tempo empreiteiro e trabalhador, proprietário dos meios de produção.

A partir dessa diversidade e heterogeneidade das formas sociais de agricultura familiar, Lamarche (1993) afirma que as explorações familiares não podem ser apreendidas como um único modelo, uma vez que existem diferentes tipos de exploradores. Há, de acordo com o autor, aqueles cuja finalidade essencial não seria a reprodução enquanto uma unidade produtiva para um mercado capitalista, mas a reprodução familiar (modelo familiar) ou, simplesmente, a sobrevivência da família (modelo de subsistência). Já outros exploradores familiares mantêm sua unidade produtiva com o objetivo de uma formação agrícola organizada sobre a base do trabalho assalariado para obtenção de um ganho máximo (agricultura patronal ou empreendimento agrícola).

Corroboramos com o autor que explorações rurais familiares se reproduzem de formas extremamente variadas e diferentes, sendo uma formação social heterogênea. Pode, em um mesmo lugar, em um mesmo modelo econômico de

funcionamento, dividir-se em classes sociais, segundo condições objetivas de produção (superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira). Assim, Lamarche (1993) afirma que a exploração familiar não é, portanto, elemento da diversidade, mas contém nela toda esta diversidade.

Vale acrescentar, aqui, que não é objetivo deste trabalho aprofundar o debate em busca de um conceito que tente explicar as várias formas sociais expressadas na ruralidade brasileira (uma vez que esse foge aos objetivos propostos). Mas, acreditando na diversidade e na heterogeneidade das explorações rurais familiares, adotamos, aqui, a terminologia *agricultura familiar*, conforme proposta por Lamarche (1993), que se refere a uma *unidade produtiva onde a família ao mesmo tempo que trabalha, é proprietária dos meios de produção, incluindo aí vários segmentos de agricultores familiares*[17]. A esse pensamento, alia-se Wanderley (2001), que considera essa terminologia como a que melhor se aproxima e explica as heterogeneidades da produção familiar presentes no espaço agrário brasileiro.

Acreditamos que, para manter o homem no campo, são necessárias políticas agrícolas e agrárias que garantam a inserção do agricultor familiar nos mercados locais e regionais. Essas medidas têm dado certo em alguns lugares do Brasil, como em propriedades no Rio Grande do Sul, por exemplo. Para isso, é urgente uma ampla reforma agrária que quebre a estrutura atrasada na qual se assentou o espaço rural brasileiro; estrutura esta que tem deixado de lado a agricultura familiar, desconsiderando suas potencialidades econômicas, culturais e políticas.

[17] Como argumenta Lamarche (1993), explicando a heterogeneidade da agricultura: “todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês”.

2.3. Agricultura familiar no Brasil: problemáticas, perspectivas e territorialidades

As pesquisas acerca da questão agrária no Brasil têm aumentado nas últimas décadas, principalmente a partir da década de 1990, gerando um rico e intenso debate em eventos científicos e publicações especializadas. O crescimento significativo de estudos em torno dessa temática se justifica pela importância que a agricultura familiar assumiu na produção de alimentos para o abastecimento da população urbana, pelo aumento dos conflitos sociais por terra e também pelas desvantagens da agricultura familiar frente à agricultura patronal moderna que vem crescendo nos últimos anos. Hespanhol (2000) e Mendes (2005) ressaltam que as discussões acerca da produção rural familiar são motivadas pela grande expectativa criada em torno desse segmento, dado o seu potencial na produção de gêneros alimentícios com baixo preço para atender ao mercado interno, além da capacidade de geração de emprego e renda no meio rural.

As teorias marxistas, como a de Kautsky (1980) e a de Lênin (1988), a partir da teoria da diferenciação social, previam o trágico fim da pequena produção rural familiar à medida que o capitalismo se expandisse para o campo, sendo os camponeses expropriados e, conseqüentemente, tornando-se assalariados[18]. Kautsky (1980), por exemplo, analisando o campesinato na Rússia, mostrou a separação entre o patronato russo e os trabalhadores, como também enfatizou a inferioridade da pequena exploração frente à grande exploração. O autor mostrou as condições de extrema precariedade das pequenas explorações russas, tanto no que diz respeito à produtividade quanto à qualidade de vida. Destacou a superioridade da grande exploração capitalista e a inutilidade de se procurar frear o movimento invencível de expropriação das pequenas unidades de produção rural que o capitalismo promove. Nessa perspectiva, as grandes explorações, capazes de absorver os recursos tecnológicos e demais

[18] Para maiores detalhes sobre essa problemática, consultar Kautsky (1980) e Lênin(1988).

insumos agrícolas e fundamentadas no trabalho assalariado, seriam o modelo de propriedade adequado para atender ao crescimento da atividade industrial e da população urbana, conjugando uma oferta regular e em larga escala de matérias-primas e alimentos.

Kautsky (1980) ainda salienta que o lugar onde os camponeses sobreviviam não era sinônimo de eficiência, mas de superexploração, pois vendiam seus produtos a preços que não cobriam a própria subsistência. Esses fatores, de acordo com o citado autor, ocasionariam um crescente assalariamento na agricultura e, conseqüentemente, o fim da exploração de base familiar. Mas, a experiência atual mostra o contrário: não houve a predominância do assalariamento, nem tampouco o fim da exploração rural familiar. Esta ainda resiste, assumindo um papel dentro do próprio modo de produção capitalista, conforme salientou Abramovay (1992), Guanziroli et al. (2001) e Mendes (2005).

No Brasil, apesar de a agricultura familiar ter assumido tamanha importância dentro do modo de produção capitalista (produção de alimentos para abastecer a população na cidade, geração de emprego e renda, manutenção das pessoas ocupadas no campo), ainda padece com uma série de fatores: falta de políticas agrárias e agrícolas, baixo valor agregado aos seus produtos, à expropriação e envelhecimento da família rural, perda de lavouras face às oscilações climáticas, dificuldades de comercializar devido à concorrência desleal, a entrada de produtos industrializados no mercado e a conseqüente mudança dos hábitos alimentares da população brasileira e acúmulo de dívidas que levou muitos produtores à ruína. Mesmo diante de tais dificuldades, esse grupo ainda resiste, criando novas alternativas de produção (diversificação da produção), enquanto outros ingressam na luta por melhores condições de sobrevivência e de produção.

O problema acerca da agricultura familiar hoje no país, diante da constante precarização das condições de vida, está vinculado à forma como se deu seu

desenvolvimento às margens da sociedade, ao longo da história da formação econômica do Brasil. Desde o início da colonização lusitana do território brasileiro, à agricultura altamente moderna[19], as políticas agrícolas e agrárias sempre estiveram voltadas para os interesses das oligarquias fundiárias e do mercado externo e, conseqüentemente, ao fortalecimento do capitalismo no campo, deixando de lado a agricultura familiar, fragilizando-a e tornando-a dependente econômica e socialmente das políticas compensatórias do Estado (MENDES, 2005).

Estudos como os de Prado Júnior (1962), Martins (1976), Guimarães (1977), Mendonça (2004) e Mendes (2005) trazem várias contribuições para compreender os elementos que influenciaram na atual estrutura do espaço agrário brasileiro. De posse desses significativos estudos sobre questão, abordaremos o Desenvolvimento de Comunidades Rurais no Brasil a partir da década de 1950, que foi uma política trazida de fora para dentro, sob orientação dos Estados Unidos da América, como forma de fortalecer o capitalismo nos países periféricos devido ao temor da expansão do socialismo. Esse fator teve uma grande influência na (re)organização do território da agricultura familiar no município de Catalão.

Assim, o descaso histórico com a agricultura familiar, dada a opção fundiária que o Estado brasileiro assumiu ao longo de seu desenvolvimento econômico, contribuiu não só para a concentração de terras nas mãos de uma minoria, mas também, para a efetivação da luta pela sobrevivência e pelo direito de reconquistar a terra. Exemplo disso é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se estende por todo o território brasileiro na luta pela terra.

[19] A agricultura moderna se caracteriza pela implantação de tecnologias e uso de produtos químicos, que possibilitaram o aumento da produção e da produtividade. (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Diferentemente do Brasil, nos EUA, na Europa e também no Japão a forte presença da agricultura familiar e a efetivação da reforma agrária constituíram fatores decisivos na estruturação de suas economias. Abramovay (1992), Lamarche (1993) e Guanziroli et al. (2001) ressaltam a forte influência que a agricultura familiar teve nas economias norte-americana, européia e japonesa. A organização do espaço agrário nessas economias baseou-se no acesso à terra que no caso do oeste EUA, promoveu a abertura das fronteiras aos *farmers*. O dinamismo da agricultura, nessas sociedades, garantiu uma estrutura mais organizada e equilibrada do espaço social rural.

A estruturação do espaço agrário nos EUA foi baseada no modelo dinamarquês. As unidades familiares de produção eram abertas às incorporações de inovações tecnológicas com o objetivo de baixar o preço dos alimentos e liberar recursos para aquisição de produtos industriais, visto que havia um grande número de consumidores no campo. Dessa forma, criaram-se nesses países unidades de pequeno porte com elevada produção e produtividade (ABRAMOVAY, 1992). No Brasil, Mendes (2005) salienta que

> a situação é inversa. Tanto a política de colonização de fronteiras e a atual política de assentamentos não foram capazes de promover mudanças significativas na estrutura agrária brasileira. A produção familiar foi significativamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira, assentada na grande propriedade, nas monocultoras de exportação e no trabalho cativo. (MENDES, 2005, p. 35).

Nesse pensamento, Abramovay (1992) afirma que o Brasil é marcado por uma bimodalidade tecnológica. De um lado, as explorações modernas batem *record* na produção das supersafras e na tecnificação acelerada dos setores integrados ao complexo agroindustrial. De outro, destacam-se, a extrema pobreza da população rural, o atraso econômico, social e político nas regiões onde predomina o latifúndio, o coronelismo e a “lei do mais forte”.

Com o intuito de reafirmarmos a importância que a agricultura familiar assume no Brasil, ressaltamos os dados apresentados em 1996 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e pelo Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Os dados revelaram, que aproximadamente, 85% do total de propriedades rurais do país pertence a grupos familiares. São 13,8 milhões de pessoas que têm na atividade agrícola sua única alternativa de sobrevivência. Cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada, concentra-se na agricultura. Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira é oriundo da agricultura familiar, como mostra o gráfico 1.

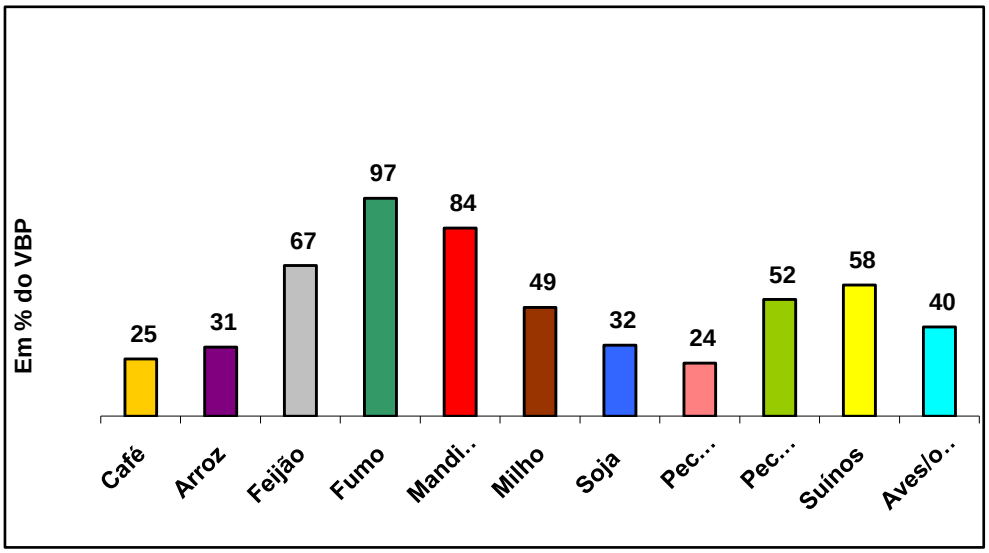


Gráfico 1 – Percentual do Valor Bruto (%) da Produção de produtos selecionados e produzidos nos estabelecimentos familiares, 1996.

Fonte: FAO/INCRA (1996). Org.: FAO/INCRA (1996).

De acordo com o estudo do FAO/INCRA (1996), quase 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) é produzido por agricultores familiares. O estudo mostra que 24% do VBP total da pecuária de corte, 52% da pecuária de leite, 58% dos suínos e 40% das aves e ovos advêm da agricultura familiar. Esse grupo de produtores ainda é responsável por 33% do algodão, 31% do arroz, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da

mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana, 27% da laranja, 47% da uva, 25% do café e ainda 10% do VBP da cana-de-açúcar, como mostra o gráfico 1. Esses dados comprovam a importância da agricultura familiar para a sociedade e para a diminuição das desigualdades sociais no campo brasileiro.

Por meio de um estudo do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), outro fator curioso que nos chama atenção em relação à agricultura familiar, é a responsabilidade desta por 33% do Produto Interno Bruto (PIB) Nacional, como mostra o gráfico 2.

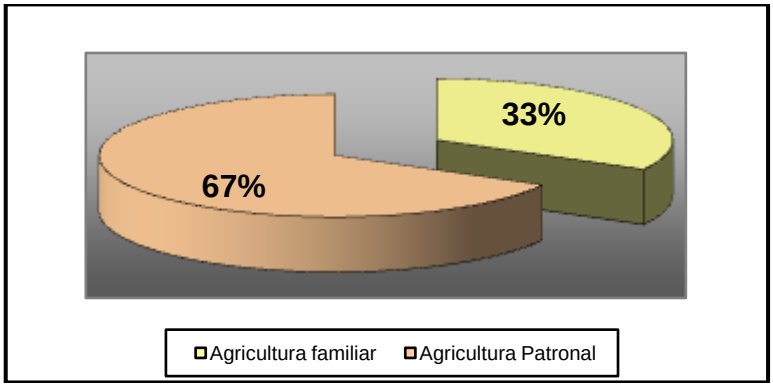


Gráfico 2 - PIB por tipo de produtor no Brasil, 2006.
Fonte: NEAD, 2006. Org.: VENÂNCIO, M. (2006).

A partir desses dados, é mister ressaltarmos as reflexões de Soares (2000) e Maluf (2003). Para esses autores, a agricultura familiar assume grande importância na segurança alimentar da família e da sociedade. Além disso, contribui também para a preservação dos recursos naturais e para a reprodução socioeconômica e cultural das famílias rurais. Os autores ressaltam ainda que parte da insegurança alimentar do Brasil provém da inviabilização da agricultura familiar. Desta forma, Soares (2000) salienta que

> o descaso histórico com esse setor da agricultura, seja através da falta de financiamento, ou da falta de infra-estrutura de produção e comercialização, ou da ausência de políticas públicas de saúde e educação, leva à saída acelerada de agricultores do campo para a cidade. (SOARES, 2000, p. 44).

Esse autor aborda questões fundamentais no que se refere aos principais problemas agrários no Brasil, como a falta de políticas públicas que dê condições para que o agricultor familiar produza e coloque seus produtos no mercado e a falta de acesso à saúde e à educação. Esses fatores têm contribuído para a expulsão permanente dos camponeses para a cidade, em busca de trabalho e renda, principalmente da classe jovem, como percebemos na comunidade em estudo. Reforçando tal idéia, Cândido (1982) e Wanderley (2001) salientam o movimento de camponeses fugindo de situações instáveis de miséria e exploração. Ainda, nessa mesma linha de raciocínio, Soares (2000) mostra que

> é estratégico o papel desempenhado pela agricultura familiar para a segurança alimentar. Tanto pelo lado da produção de alimentos quanto pelo efeito distribuidor de renda deste setor da agricultura, criando condições para o acesso ao alimento. Ao se elaborar e executar políticas públicas, inclusive a política comercial, deve-se levar em conta esta função [...] o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura familiar pode significar que seu tratamento não pode ser unicamente comercial ou de mercado. A agricultura familiar provê um conjunto de serviços e bens públicos, tangíveis e intangíveis de elevado valor para a sociedade em geral. Os meros instrumentos de mercado não são suficientes para dar conta da complexidade do desenvolvimento da agricultura familiar em seus diversos aspectos. (SOARES, 2000, p. 44-47).

Nesse sentido, Mendes (2005), analisando as comunidades rurais em Catalão (GO), ressalta a importância da produção rural familiar, no tocante à diminuição dos problemas sociais e econômicos, bem como a redução das desigualdades sociais no campo face às inovações tecnológicas, geração de empregos, melhoria da renda no meio rural, diminuição dos conflitos sociais e do êxodo rural. A autora comenta, sobretudo, que os pequenos produtores dispõem de condições desvantajosas, quando comparadas com os meios da agricultura moderna.

Com essa idéia, Graziano da Silva (1998) enfatiza que a agricultura familiar conheceu na década de 1980, entre os governos Figueiredo e Collor, a maior perversidade da história econômica brasileira. Nesse período, a ação do Estado objetivava diminuir o consumo interno, dando ênfase maior para a exportação, gerando saldos comerciais crescentes e

fazendo frente aos serviços da dívida externa, que já ultrapassava a casa dos US$80 bilhões. Esses fatores refletiram na agricultura, privilegiando os interesses da elite fundiária, que possuía terra e dinheiro para produzir. A partir dessa premissa, o autor denomina a década de 1980 como "década perversa", dados os baixos investimentos na agricultura familiar e o conseqüente aumento dos movimentos sociais (camponeses, operários, estudantes).

Corbucci (1995) contempla as vantagens da agricultura familiar brasileira no que diz respeito à absorção de mão-de-obra e aos resultados econômicos, mas salienta que sua reprodução se dá em condições desvantajosas, pois continua sendo tratada através de políticas compensatórias, desqualificando sua contribuição socioeconômica e ambiental. O Estado, nas suas diferentes esferas (federal, estadual e municipal), "tende a direcionar seus esforços e recursos (quando o fazem) para a agricultura familiar dentro do enfoque social, mais precisamente do assistencialismo" (CORBUCCI, 1995, p. 41, parêntese da autora). Nesse sentido, essa autora coloca que minimizar a importância da agricultura familiar é desconsiderar as particularidades desse segmento no desenvolvimento econômico do país e em sua estabilidade social e econômica.

Guanziroli et al. (2001) salientam que é necessário apoiar a agricultura familiar e o processo de Reforma Agrária, pois, como aconteceu em economias desenvolvidas, tais medidas possibilitam a construção de uma nova sociedade mais justa e igualitária. Com base em experiências de vários países desenvolvidos como Japão, Estados Unidos e os países da Europa, os autores ressaltam a viabilidade desse segmento e sua importância no plano econômico e social. Assim, Mendes (2005) defende que

> as cidades precisam da produção de alimentos fornecidos pelas pequenas propriedades rurais e esse estrato de produtores carece de políticas agrícolas que viabilizem sua produção – e suas condições de sobrevivência. Todas as decisões inerentes a esse setor são elaboradas por segmentos – órgãos institucionais – que nem sempre possuem autoridade/conhecimento, competência, dignidade e interesses para tais cargos e decisões. As necessidades mais emergenciais desses produtores têm sido ignoradas em nível de todas as instâncias governamentais, comprometendo diretamente a

> qualidade de vida – a dignidade dos trabalhadores rurais. (MENDES, 2005, p. 48).

Pensando nessa questão, na década de 1990, foram criadas algumas políticas públicas, dentre elas, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cujo objetivo era o fortalecimento da agricultura familiar. Foram dois os fatores principais que motivaram o surgimento dessas políticas públicas: a crescente necessidade de intervenção estatal frente ao quadro crescente de exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais. O crescimento da miséria, da violência e da insegurança nas grandes cidades fez com que também ampliasse o apoio da sociedade urbana às políticas de valorização do meio rural.

Nessa conjuntura, alguns pesquisadores da questão agrária têm estudado a influência da industrialização na desarticulação das formas tradicionais de produção no campo. Schneider (1999) diz que as atividades dos colonos no Rio Grande do Sul sofreram grandes alterações ao mesmo tempo em que avançou o processo de industrialização. O autor acredita que a desarticulação do modo de vida tradicional e a emergência das relações capitalistas de produção são decorrentes não só das transformações engendradas pelos processos sociais de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista mas, também, das mudanças nas estratégias de produção da agricultura familiar.

Assim, as formas pluriativas de produzir vêm sendo constantemente debatidas no meio acadêmico. Autores como Schneider (1999), Carneiro (2001), Wanderley (2001), Graziano da Silva (2001/2002), Rua (2002/2005), Pessôa (2003) e Blume (2003) acreditam que essas “novas” atividades no meio rural são alternativas de complementar a renda familiar no campo. Esse debate tornou-se intenso a partir da década de 1980, frente à crise da superprodução européia. Pessôa (2003) acredita que essa “nova” forma de produção no campo tornou-se importante, quando ressaltado o significado que essas atividades ocupam no conjunto da economia familiar como estratégias de sobrevivência.

> Essa diversificação de atividades no espaço agrário, na grande maioria das vezes, está relacionada à queda dos rendimentos médios dos agricultores face às dificuldades econômicas que a agricultura tem passado por uma ausência de política agrícola no país nas últimas três décadas, e a liberação de mão-de-obra agrícola, como resultado do uso cada vez mais acentuado de máquinas nos cultivos modernos (café, soja, cana-de-açúcar). (PESSÔA, 2003, p. 118).

Dentre essas "novas" atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas no campo, Graziano da Silva (2001, 2002) destaca a criação de animais silvestres, o turismo rural e hotéis-fazendas, a horticultura diversificada, a agricultura orgânica, a floricultura, a pisicultura, leilões, exposições e outras.

As ocupações não-agrícolas no campo têm gerado várias controvérsias entre os autores citados. Alguns autores, como Graziano da Silva (2001), têm mostrado o projeto rurbano, no qual já não existe mais diferença entre o urbano e o rural. Considera porém que há ainda no rural muito sinônimo de atraso, vestígio do tipo de colonização implantado no país. Opondo-se a essa idéia, Carneiro (2001) ressalta que a nova relação de produção no campo não significa a homogeneização do rural e do urbano, mas uma valorização das características do rural.

Diante dessas considerações, acreditamos na importância da agricultura familiar para o desenvolvimento econômico brasileiro através da diminuição da pobreza e dos conflitos no campo. Apesar de tal relevância no contexto da economia brasileira, a agricultura familiar se desenvolve sob condições desvantajosas. As políticas implementadas pelo Estado têm sido de caráter assistencialista, não resolvendo, dessa forma, os problemas mais urgentes dos produtores. O item 2.5 trata dos projetos de desenvolvimento para o meio rural, implementados com a mediação do Estado de fora para dentro, cujo objetivo principal constitui em salvar o homem do campo do atraso. Esses projetos não resolveram os problemas dos agricultores, pois traziam experiências de comunidades, cuja realidade se distanciava da realidade do agricultor brasileiro. Segue-se, então, a análise do Desenvolvimento de

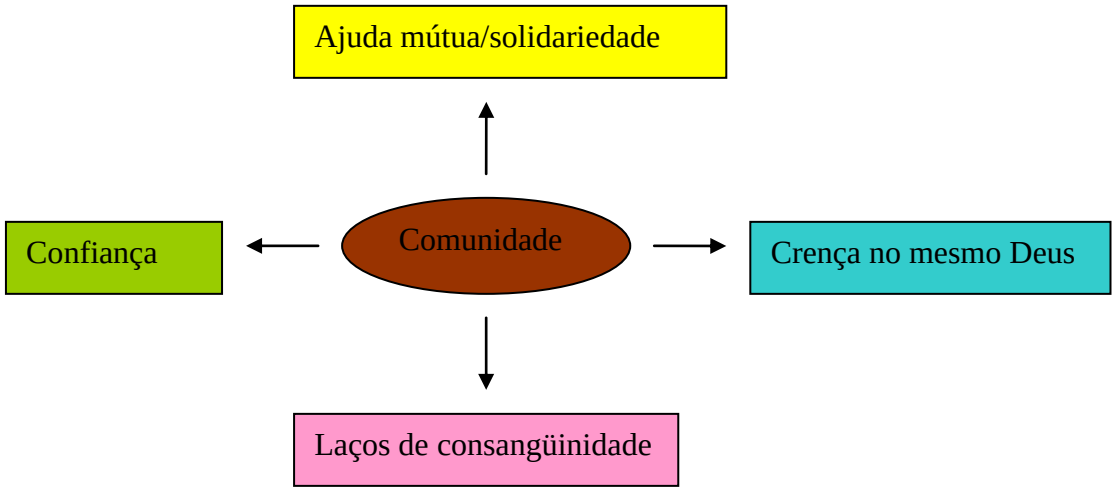
Comunidades Rurais no Brasil e o papel que teve na (re)organização do território rural em Catalão.

2.4. A comunidade como forma de vida e de reprodução da agricultura familiar

Os agricultores familiares da comunidade rural São Domingos estão territorializados através dos laços de confianças e de solidariedade com seus vizinhos. Essas formas de organização no espaço dão o sentido à comunidade. A terminologia *comunidade* significa existência de um grupo territorializado através dos laços de vizinhança. Para Claval (1999), a comunidade serve de modelo a toda uma série de unidades sociais e culturais. Trata-se de um grupo coeso, no qual os membros estão ligados por relações de confiança mútua.

Assim, pode se multiplicar por emigração [incorporação de mais pessoas ou de grupo de pessoas] ou se estender para englobar um grande número de pessoas ligadas por traços fundamentais de cultura [pessoas que praticam as mesmas crenças, participam das mesmas festas, crenças no mesmo Deus]. A comunidade pode ser construída também a partir de elos de sangue e de aliança, que unem os membros de uma mesma família. Também pode ser formada por membros organizados em associação e unidos por um mesmo ideal e projeto comum. Pode, enfim, resultar na co-habitação de pequenos grupos em um mesmo lugar. Para se viver em comunidade, necessita-se de uma base territorial.

Nessa direção, Claval (1999) analisa dois exemplos de comunidade: a comunidade religiosa e a comunidade de lugar. A comunidade religiosa constitui-se num grupo coeso de fiéis reunidos pela prece e pelos gestos rituais que exprimem melhor a fé dos crentes. Esses traços têm um grande significado na vida dos camponeses, sendo a comunidade religiosa muito comum. O fluxograma 2 ilustra o pensamento de Claval (1999):



Fluxograma 2 - Arranjo territorial de uma comunidade de acordo com Claval (1999). Org. VENÂNCIO, M. (2007).

No pensamento de Claval (1999), merece acrescentar também as considerações de Marques (2004), Cândido (1982) e Woortmann (1995) que também dedicaram suas investigações em torno das comunidades tradicionais. Marques (2004) afirma que uma comunidade camponesa se caracteriza por um modo de vida tradicional: estruturado em torno da família e dos laços de solidariedade construídos a partir de relações pessoais e imediatas e informados pela linguagem de parentesco. Nesse sentido, essa autora fala em uma comunidade onde os membros utilizam o pasto de forma coletiva, existindo uma rede de solidariedade formada por parentes vizinhos.

Vale mencionar, também, as contribuições de Cândido (1982) para entender uma comunidade. Estudando os caipiras em São Paulo, esse autor encontrou formações sociais parecidas com a comunidade descrita por Claval (1999), denominadas de bairro rural. Nas concepções de Cândido (1982), o bairro é a estrutura social fundamental para a reprodução da sociedade camponesa. Consiste no agrupamento de algumas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência e pela troca de ajuda entre

vizinhos [mutirões e traições] e também pelas atividades religiosas. O autor ainda argumenta que as comunidades apresentam as seguintes características: as habitações podem ser próximas ou até mesmo parecer um povoamento ralo, mas também, podem estar bem afastadas.

Woortmann (1995) trabalha a questão do parentesco como uma categoria central para compreender uma comunidade camponesa. Para essa autora, os habitantes da comunidade estão ligados pelos laços de parentesco, de compadrio e afetividade. Os casamentos entre os membros são freqüentes, pois garante a circulação do patrimônio dentro da comunidade, sendo a união entre primos muito comum. Nesse sentido, essa autora comenta que as relações de parentesco dentro de uma comunidade estão estruturadas no comportamento, na linguagem, no compadrio e na consangüinidade entre os membros.

Outros autores como Baumann (2003) e Buber (1987) trazem importantes reflexões para pensar a comunidade. Baumman (2003) refuta a idéia de que comunidade é um paraíso perdido, um lugar onde se encontra proteção. Para ele, a vida em comum é uma tarefa complicada, pois instaura-se um permanente conflito com a liberdade. A comunidade, para esse autor, tem como ingredientes a homogeneidade e a mesmidade. Esta última entra em risco quando as relações entre os integrantes de dentro e os de fora começam a se intensificar em razão da velocidade do fluxo de informações entre os mesmos.

Buber (1987) define comunidade como uma associação orgânica de personalidades definida a partir de seu relacionamento com o outro, dentro de uma comunidade. Denuncia o conceito de educação comunitária por tratar de um adestramento do indivíduo para cumprir seu papel na sociedade, no Estado, no partido ou em qualquer forma de organização social. Esse autor comenta que tal prática não condiz com o conceito de comunidade. Essa educação comunitária se parece com o Desenvolvimento de Comunidades Rurais no Brasil que foi colocado de fora para dentro, sem nenhuma discussão com os

agricultores sobre suas reais necessidades. Esse assunto será trabalhado de forma mais aprofundada no item 2.5.

Apesar da importância de Baumann (2003) e de Buber (1987) na definição da terminologia comunidade, optamos aqui pelo termo de Claval (1999), Marques (2004), Cândido (1982) e Woortmann (1995) por aproximar-se da realidade pesquisada na comunidade rural São Domingos.

Assim, a comunidade de lugar constitui-se em um grupo cujos estilos de vida são semelhantes e o auxílio mútuo fácil como, por exemplo, os mutirões e a "treição", encontrados na comunidade em estudo. Nasce das relações múltiplas impostas pela co-habitação. Acrescenta-se a isso um sentimento de lugar, do território como patrimônio comum, quer a propriedade total ou parcialmente coletiva, quer a privada. Na comunidade, todos são batizados na mesma igreja, freqüentam a mesma escola e são enterrados no mesmo cemitério. A partir dessas realidades, ampliam-se os círculos de lugares em que pertencem, pode se sentir próximo aos habitantes da região que apresentam o mesmo falar, o mesmo modo de cozinhar, o mesmo modo de vestir, além de estarem ligados pelos laços de parentesco. Esses traços têm grande significado na vida dos agricultores familiares na comunidade rural São Domingos.

Essas comunidades no Brasil, consideradas como uma forma atrasada de vida, não foram levadas em conta pelos idealizadores do Desenvolvimento de Comunidades Rurais. Esse programa assistencialista foi importado de um modelo dos Estados Unidos e sustentado pelo Estado brasileiro e apoiado pelos intelectuais. O objetivo era levar para as comunidades um programa de desenvolvimento, inculcando-lhes a idéia esteriotipada de estar *salvando-as do atraso econômico, social e cultural.* Todavia, pesquisadores que se dedicaram a estudar as comunidades rurais não atentaram para esse modelo de desenvolvimento, ficando uma lacuna nesses estudos.

Para tentar preencher essa lacuna, passamos à análise do desenvolvimento de comunidades rurais no Brasil, compreendendo esse processo como uma forma e/ou estratégia que o capital encontrou de se apropriar do território.

2.5. Desenvolvimento de Comunidades Rurais no Brasil: a (re)arrumação do território rural em Catalão (GO)

A comunidade como modelo de reprodução social, cultural e econômico da agricultura familiar sempre foi a forma de organização no espaço agrário em Catalão. Geralmente, as propriedades eram e são divididas em fazendas próximas e distantes umas das outras. Na maioria das vezes, os laços de sangue configuram o tipo de relação entre os membros da comunidade.

No final da década de 1970, instalou-se, em Catalão a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás (EMATER/GO), implantando o programa de Desenvolvimento de Comunidades, conhecido como Extensão Rural. Baseado em algumas pesquisas, Lima (2001) define Extensão Rural como um serviço de assessoramento das áreas rurais nos campos da tecnologia da produção agropecuária, da administração rural, da educação alimentar, da educação sanitária, da educação ecológica, do associativismo e da ação comunitária. É uma atividade desenvolvida pelos setores públicos nas diferentes esferas (federal, estadual e municipal), que também vem ganhando forças em organizações não governamentais (ONGs), no setor privado, através de grandes cooperativas e empresas fornecedoras de insumos, dentre outros. Para entender a lógica do Desenvolvimento de Comunidades em Catalão, é necessário remontarmos a antecedentes históricos globais. Essa lógica de desenvolvimento, apesar de ter alguns avanços, foi imposta de fora para dentro, não considerando os aspectos econômicos e culturais do espaço agrário brasileiro.

O programa de Desenvolvimento de Comunidades tem suas raízes nos EUA na passagem de sua estrutura social e econômica escravista para a estrutura mercantil e capitalista. Somente em 1914, foi formalizada com o objetivo de oferecer à população rural norte-americana o acesso a conhecimentos úteis e práticos sobre técnicas de agricultura, pecuária e economia doméstica. Esse programa pretendia inovar hábitos e atitudes daqueles agricultores na forma de produzir (LIMA, 2001).

No entanto, esses programas norte-americanos seguiram dois modelos diferenciados: o *Cooperative Extension Service"* e o "*Farm Security Administration"* . Esses modelos trabalhavam na ótica de que apenas o progresso técnico era visto como caminho para promover o desenvolvimento e o processo de modernização. Em tese, esses programas de Desenvolvimento de Comunidades buscavam a melhoria de vida da população rural por meio da difusão de tecnologias que maximizassem a produção das lavouras (LIMA, 2001).

Nessa perspectiva, o Desenvolvimento de Comunidades Rurais no Brasil teve seu início no final da década de 1940, logo após o término da Segunda Guerra Mundial. Essa estratégia de desenvolvimento foi uma forma de assegurar a hegemonia norte-americana sobre os países em desenvolvimento para a expansão do seu poder e o fortalecimento do seu Modo Capitalista de Produção no campo. De acordo com Amann (1985), trata-se de uma ideologia e uma política proposta por organismos internacionais, absorvida e dirigida pelos representantes da burguesia nacional e pelas organizações privadas, por meio da mediação de seus intelectuais. O Estado brasileiro oferece um amplo respaldo ao programa.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, deu-se início à *Guerra Fria*, deflagrada pelas duas grandes potências declaradas: de um lado, o bloco capitalista, tendo como representante os Estados Unidos da América (EUA), e, de outro, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Com o mundo teoricamente bipolarizado, essas duas grandes potências disputavam, entre si, territórios e buscavam ampliar suas zonas de

influência, ocorrendo assim, uma acirrada corrida armamentista, na tentativa de chegar ao poder bélico (fabricação de armas de guerra). Um dos pressupostos da doutrina capitalista (que na verdade, é um pressuposto geopolítico, na medida que os Estados protegem e disputam territórios) era a contenção do socialismo no mundo.

A expansão do socialismo começa a representar perigo para os países capitalistas, que já haviam sido atingidos pela perda de suas colônias. Nesse momento histórico, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo principal era preservar a paz e a segurança no mundo, promovendo a cooperação internacional e resolvendo problemas econômicos, sociais e culturais que impediam o crescimento das nações.

Nesse sentido, a ONU começou a buscar estratégias com o intuito de garantir a ordem social, livrando o mundo dos regimes e ideologias que, teoricamente, não seriam democráticos. A partir daí, começou o argumento de que a pobreza teria mais receptividade para a propaganda comunista (AMANN, 1985). Nessa argumentação, os Estados Unidos viram-se na necessidade de criar estratégias para ajudar esses povos a alcançar um nível econômico, cultural e político mais sadio. Tais medidas, além de eliminar o foco do comunismo, redundariam em benefícios para os EUA. Nessa concepção, acreditava-se que os países periféricos tinham uma população pobre e selvagem que precisava ser salva da ignorância.

Com esse objetivo, o governo norte-americano, de Henri Trumamm, iniciou, após a Segunda Guerra Mundial, um extenso programa de assistência técnica aos países em desenvolvimento, principalmente aos países da América Latina. Para intensificar essa parceria, no Brasil, foi celebrado um convênio entre o Ministério da Agricultura e o governo norte-americano, no sentido de colocar técnicos para assessorar a comissão de produção do referido ministério.

Ao final de 1945, foi feito um acordo de educação rural, dando início, de forma mais direta, ao Desenvolvimento de Comunidade Rural no Brasil. Esse acordo era uma cooperação firmada entre o Ministério da Agricultura no Brasil e a *Inter-American Educational Foudation Inc.*, que estabelecia uma maior aproximação interamericana mediante intercâmbio de educação e métodos pedagógicos entre os dois países (Brasil e EUA). A partir disso, criou-se, no Brasil, a Comissão Brasileira-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), composta por técnicos americanos e brasileiros responsáveis pela execução dos programas nas áreas rurais brasileiras. Esse acordo também visava a preparação de técnicos brasileiros nos EUA (AMANN, 1985).

Nessa perspectiva, Rodrigues (1997) salienta que o modelo de Desenvolvimento de Comunidades Rurais iniciado no Brasil era de caráter *humanista assistencialista* dada a "preocupação" em resolver os problemas da pobreza e da miséria das populações rurais do Brasil. Por outro lado, Lima (2001) discorre que esses programas eram de caráter tutelar, pois nada mais falso do que fazer das pessoas objetos de humanismo, mantendo, dessa maneira, a situação de opressão da população do campo e impedindo sua humanização, isto é, a desalienação e afirmação como seres humanos.

Para a manutenção dos programas de Desenvolvimento de Comunidades Rurais no Brasil, Amann (1985) argumenta que uma das principais estratégias foi a criação de Missões Rurais, tendo como recursos o rádio, o cinema, bibliotecas, museus circulantes e outros meios de comunicação. A *American International Association* (AIA) criou, após a visita de seu criador Nelson Rockefeller ao Brasil em 1948, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em Minas Gerais. O objetivo do programa era incentivar o crescimento das colheitas e da produção pecuária, garantindo a melhoria das condições econômicas e sociais das populações rurais. A ACAR passou então a reproduzir no Brasil o modelo americano de extensão agrícola. Desde o início do século XX, os EUA testaram o

modelo em alguns países como, por exemplo, a Índia, onde foi viabilizado o Projeto Etawdh. Esse processo, no Brasil, ficou conhecido como “Revolução Verde”, que, de acordo com Guimarães, (1979) foi

> idealizada para salvar a agricultura do mundo subdesenvolvido e uma suposta incapacidade de vencer obstáculos tecnológicos, pois não estavam nos planos de seus idealizadores ajudar os países atrasados a remover o maior de todos os seus obstáculos: as estruturas tradicionais (GUIMARÃES, 1979, p. 223).

Para esse autor, o único objetivo era remover apenas obstáculos tecnológicos. Remover esses obstáculos significava adotar um pacote tecnológico com insumos, que incluía sementes de variedades melhoradas, alcançando um alto rendimento de grãos, principalmente do trigo e do arroz. Mas, cabe ressaltar que nessa visão de desenvolvimento, só foram beneficiados os grandes proprietários rurais detentores de capital e poder político, enquanto os camponeses ficaram excluídos desse processo.

Nessa percepção, essas políticas foram intensificando no meio rural brasileiro. A primeira experiência de Desenvolvimento de Comunidade no Brasil ocorreu em Itaperuna, no estado do Rio de Janeiro. A partir daí, desencadeou-se uma série de programas de produção agrícola que, em tese, consistia em melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, a fim de capacitá-las para contribuir plenamente com o progresso econômico do país. Pretendia-se, então, assentar as bases para um plano nacional de melhoria das condições de vida econômica e social das áreas agrícolas. Cabe ressaltar, mais uma vez, que esses programas traziam sempre a idéia do *atrasado cultural e economicamente,* desconsiderando aspectos culturais da população rural brasileira.

Nessa perspectiva, Queiroz (1973) aponta as situações de preconceitos presentes nas sociedades do século XX, em relação às populações isoladas (populações mestiças). Essas tornaram objetos de estudos de vários pesquisadores, em razão da curiosidade dos citadinos em relação ao modo de vida do campo, que caracterizava-se por um

estilo de vida tradicional extinto nas cidades. Essa população, de acordo com Queiroz (1976), era vista como fisicamente desequilibrada, sendo por isso, responsável pelo atraso do povo brasileiro. Influenciados por estudiosos como Oliveira Viana, os pesquisadores não reconheciam uma camada intermediária presente nas partes meridionais do país.

Com tal visão, em 1952, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), do Ministério da Educação, inaugurou, em nível nacional, um programa de Educação de Jovens e Adultos, principalmente nas áreas rurais, onde encontrava uma concentração maior de analfabetos. O programa tinha a responsabilidade de capacitar profissionais para a atuação junto às comunidades (AMANN, 1985).

Esse programa inspirava-se na filosofia de que a educação seria capaz de propiciar aos indivíduos um nível de vida compatível com a dignidade humana. Para Amann (1985), a CNER escamoteia a questão rural, deslocando-a para o indivíduo. Desse modo, não questiona-se a estrutura do modelo econômico no qual se assentou a estrutura fundiária no Brasil, que gerou e gera desigualdades sociais, criando um exército de pessoas marginalizadas econômica e socialmente. Corroboramos a idéia da autora quando discute-se que esse programa é de cunho desenvolvimentista que não toca no cerne da questão: a estrutura concentradora e excludente, a exploração do trabalho agrícola e a formação do espaço agrário brasileiro. Tinha-se, na verdade, um modelo para o fortalecimento do Modo Capitalista de Produção no meio rural, uma vez que o objetivo principal era sua modernização. Para Fernandes (2001),

> [...] os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente, à concentração da estrutura fundiária, aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra trabalhadores; à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária; aos padrões tecnológicos, as políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana [...] a questão agrária compreende as dimensões econômicas social e política. (FERNANDES, 2001, p. 23-24).

Diante das considerações desse autor, constatamos a contradição dos objetivos propostos para o Desenvolvimento de Comunidade Rural no Brasil. O problema não está somente no nível econômico e cultural do indivíduo, mas, na base concentradora, excludente e exploradora em que se estruturou o espaço agrário brasileiro, conforme mostraram as pesquisas de Prado Júnior (1962), Martins (1976), Guimarães (1981), Mendonça (2004) e Mendes (2005).

Desde então, foram criados, em vários espaços rurais no Brasil, os centros comunitários, sob a orientação da igreja católica, ficando a sua institucionalização e respaldo a cargo da CNER. Nos centros, faziam-se reuniões com as Missões Rurais e a comunidade. As Missões Rurais de Educação no Brasil foram inspiradas nas organizações do México, que já haviam iniciado os seus trabalhos em 1951. Eram compostas por agrônomos, médicos, assistentes sociais e agentes de economia doméstica. Percorriam as cidades do interior reunindo agricultores, donas de casa e jovens, ministrando-lhes aulas de higiene, alimentação, técnicas agrícolas, enfermagem, trabalhos manuais e outros. Essas missões ficavam cerca de 2 a 5 dias em cada cidade, reunindo centenas de pessoas (AMANN, 1985).

Em cada visita, formavam-se grupos, sob a liderança de um membro da comunidade. Nas reuniões, o desenvolvimento de atividades educativas era proposto com o intuito de refletir sobre os problemas locais a partir das necessidades sentidas. Para Amann (1985), as Missões Rurais montavam um grupo em cada comunidade e iam embora para outras cidades, mas, quando retornavam ao local, alguns meses depois, constatavam que os grupos haviam se esfacelado, tendo que recomeçar todo o trabalho de mobilização. Desde então, a CNER passa a optar por missões rurais fixas em áreas mais restritas. Passa, então, a firmar convênios com diversas entidades públicas e privadas para a instalação de equipes de missão rural em vários estados do Brasil.

Esses problemas, na visão de Amann (1985), ocorrem devido à visão aclassista e acrítica das Missões Rurais, pois não se fazia distinção de classes. Reuniam-se latifundiários, pequenos produtores, meeiros, posseiros, arrendatários e diaristas para discutir problemas da comunidade e tentar encontrar soluções para os mesmos, desconsiderando a estrutura de classes assentadas no espaço rural brasileiro. Com essa conduta, a CNER começa a entrar em declínio em 1959, sendo extinta em 1963.

O regime populista (1960) representou, em particular, um período em que a gestação da consciência nacional popular se engajou na luta pelas reformas estruturais. Esse processo de conscientização atingiu operários, camponeses e estudantes, dentre outros. Era um período de ascensão da classe operária. O plano de desenvolvimento do governo populista Juscelino Kubitschek (JK) pretendia eliminar a pobreza. Para isso, seria necessária uma ampla reforma no sistema educacional, estímulos à emergência de novos setores da economia e, por fim, promover investimentos em áreas, até então, não exploradas economicamente. Com esse objetivo, de 5 a 8 de julho de 1960, foi realizado, no Rio de Janeiro, o "Seminário Nacional sobre Ciências Sociais e o Desenvolvimento de Comunidades Rurais no Brasil". Esse seminário foi resultado de um convênio firmado entre o Serviço Social Rural (SSR) e a Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica no Brasil (Ponto IV), contando com a participação de técnicos desses dois segmentos. O seminário tinha os seguintes objetivos:

> a) Aumentar o número de cientistas sociais e técnicos para os programas de desenvolvimento rural no Brasil.
> b) Dar aos técnicos necessários aos programas de desenvolvimento de comunidade rural um preparo mais adequado em Ciências Sociais e demais disciplinas relacionadas com o trabalho em programas dessa natureza.
> c) Promover maior entrosamento entre as universidades rurais, institutos de pesquisa social e entidades que realizam programas de desenvolvimento rural, a fim de que as atividades de ensino e investigação tenham articulação com as necessidades desse programa. (ANAIS DO SEMINÁRIO, 1960, p. 09).

A partir desse momento, concordando com Amann (1985), esse seminário mostrou que os discursos dos técnicos reclamavam uma verdadeira reforma estrutural que contasse com a participação das camadas populares. Essa medida recebeu total apoio do regime populista. Desde então, foi a primeira vez que os técnicos se preocuparam com questões macrossocietárias (globais).

No governo João Goulart (1960), o Brasil passou por uma crise política, principalmente devido à renúncia do presidente Jânio Quadros (recém empossado), agravando, ainda mais, os problemas econômicos herdados do Governo JK (dívida externa e altas inflações). Nesse dado momento histórico, houve a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural e a proliferação de vários movimentos sociais, sobretudo no campo, reinvidicando uma profunda Reforma Agrária. A igreja católica despontou-se como mediadora dessas lutas sociais, tornando primordial a adesão cristã das bases populares. Desde então, o Desenvolvimento de Comunidade recebeu a influência desse "novo" posicionamento dos cristãos de esquerda, adotando uma linha reivindicatória de conscientização e de politização em função das mudanças estruturais (AMANN, 1985).

Com o golpe militar, em 1º de abril de 1964, houve uma profunda desmobilização, paralisação e mudanças de rumo dos movimentos políticos emergentes durante o período populista. Uma das principais estratégias do governo militar foi a rejeição ao governo nacionalista e a adoção de uma política externa anti-comunista. Os movimentos sociais, que representavam perigo para o sistema autoritário no Brasil, foram marginalizados no processo político. Os trabalhadores sofreram drásticas reduções em seus salários e os sindicatos foram marginalizados. Desde então, camponeses e trabalhadores são excluídos do desenvolvimento de comunidade.

Segundo os discursos dos governos militares no Brasil, no início da década de 1970, o "país caminhava a passos largos para o desenvolvimento". No entanto, Santos (2001) frisa que

> a crise do petróleo e seu impacto no Brasil explicitam a fragilidade da sociedade frente às demandas internacionais, expressando, ainda, como o país está aquém dos patamares produtivos desejados pelo governo que o deixariam imune a esse tipo de acontecimento. (SANTOS, 2001, p. 125).

Assim, o objetivo das empresas responsáveis pelo desenvolvimento de comunidades e extensão no meio rural está relacionado a uma política com interesses internacionais que concebe o campo como apenas um espaço de produção econômica, ignorando assim, as formas de vida historicamente construídas e territorializadas. Santos (2001) lembra que as políticas governamentais não condizem com os interesses e anseios do homem do campo.

Com a criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), objetivava-se eliminar alguns pontos de estrangulamento da Economia. A recém-criada Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) passou a adotar, oficialmente, o Desenvolvimento de Comunidade, concebendo-o enquanto conjunto de atividades pelas quais as comunidades participam do processo de desenvolvimento econômico (produzir mais para melhorar o nível econômico e cultural), e promoveu várias reuniões com assistentes sociais. Começou a estudar a problemática de Desenvolvimento de Comunidades, procurando, com isso, criar uma ação de desenvolvimento de comunidades, em âmbito regional, por meio de superintendências. Nesse processo, os trabalhadores, os camponeses e demais membros da comunidade interessados na questão ficaram fora da discussão, voltando os problemas da comunidade ao individual.

Já em 1977, surgiu a EMATER. Sua criação fez parte de uma estratégia do Governo Federal no sentido de criar mecanismos para acelerar a modernização da agricultura no Brasil. Nesse período surge também a EMBRAPA (EMATER, 2005). A EMATER, a

partir de então, fica responsável pelo Desenvolvimento de Comunidades, denominada nos dias atuais, de Extensão Rural.

Dessa forma, é iniciado um trabalho de organização rural, não só com um enfoque produtivo (como até então eram os Programas de Desenvolvimento de Comunidades), mas também com enfoques subjetivos, como cidadania, representação de classes e organizações comunitárias. Passa-se a prestar assistência a questões como conservação do solo, manejo do solo e da água, irrigação, drenagem e controle de pragas (EMATER, 2005).

A EMATER, nesse período (1970), passa a atuar junto a grupos marginalizados, como os trabalhadores rurais "Sem Terra", incluindo nessa classe os chamados bóias frias, os assentados dos Programas de Reforma Agrária e os movimentos sindicais (EMATER, 2005). Nesse contexto surgem os programas de extensão rural e a denominação "Comunidades Rurais" no município de Catalão. Um claro exemplo disso é a Comunidade Rural São Domingos, objeto de análise deste estudo.

Nessa conjuntura, o Desenvolvimento de Comunidade entra em Catalão no final da década de 1970, com a difusão de comunidades em nível regional. Desde então é criada EMATER ficou responsável pelo desenvolvimento das comunidades no município e dispunha de técnicos que faziam visitas periódicas às áreas rurais do município. A equipe técnica era formada por assistentes sociais, agrônomos e médicos que percorriam as comunidades rurais ministrando cursos de culinária, higiene e técnicas agrícolas.

Nesse sentido, consideramos que nesse ponto tais cursos significaram um avanço do programa de Desenvolvimento de Comunidades, pois de acordo com os depoentes da comunidade rural São Domingos era comum as pessoas morrerem muito jovens no meio rural, por conta, principalmente, de doenças desconhecidas. Os cursos de técnicas agrícolas também consistiram numa estratégia importante do programa. Na presente pesquisa,

questionamos que esses programas foram transpostos para o Brasil de fora para dentro, colocando no mesmo nível camponeses e latifundiários.

No caso do município de Catalão, as dificuldades em traçar as transformações e a tamanha responsabilidade assumida pelo Desenvolvimento de Comunidade foram inúmeras. Praticamente, não existem estudos precisos sobre o programa e a documentação elaborada por técnicos da extensão rural foi perdida com o tempo. De acordo com a assistente social da Agenciarural, existiam vários cadernos elaborados pelos próprios técnicos da EMATER, nos quais foram registrados todos os passos do processo e também documentado um rico histórico de todas as comunidades. Esses cadernos, considerados irrelevantes pelos técnicos da instituição já não existem mais.

Os agricultores narram a história da extensão rural, de forma muito limitada, mas de grande importância para o nosso estudo. A impressão que tivemos é que nem eles sabem quais foram os verdadeiros objetivos das Missões Rurais. Alguns estudos foram realizados sobre comunidades rurais no município de Catalão. Podemos citar os trabalhos de Mendes (2001, 2005), Mendonça (1998, 2004) e Santos (2001). A primeira fez um importante trabalho mostrando as formas de reprodução e resistência na Comunidade Coqueiros e, em outro trabalho, ao analisar as comunidades no município de Catalão (GO) (2005), a autora procurou entender as formas de resistência e reprodução da produção familiar em Goiás na atual conjuntura. Nesses trabalhos, é tecida uma importante discussão sobre os principais programas que contribuíram para a reprodução e a fragilização da agricultura familiar, mas não aprofundou nos programas de extensão rural do Desenvolvimento de Comunidades.

Por sua vez, Mendonça (1998) estudou a reprodução e recriação do campesinato na Comunidade Ribeirão, através do cultivo do alho. Em outro trabalho (2004) o autor fez uma importante discussão sobre a entrada do capital nas áreas de Cerrado por meio da modernização agrícola, bem como os impactos sobre o trabalho e os camponeses. Mas, em

nenhum momento, atentou para a (re)organização do espaço agrário instaurada pelo Desenvolvimento de Comunidades.

Santos (2001) tentou aprofundar a questão, mas relatou que as dificuldades de acesso a um material histórico preciso impediram o avanço das discussões. Quando da conclusão de seus estudos, a autora conseguiu alguns documentos que ainda não haviam sido perdidos na Agenciarural, prestando assim, grandes contribuições à nossa pesquisa.

Conforme a autora, o Desenvolvimento de Comunidade Rural em Goiás coincide com a fundação da EMBRATER. Teve como missão criar políticas de aperfeiçoamento das técnicas rurais e qualificação da mão-de-obra no campo. O serviço de extensão rural, em Goiás, começa a ser colocado em prática a partir de 1959, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Goiás (ACAR-GO), subordinada à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Na década de 1970 foi fundada a EMATER, sob coordenação da EMBRATER. Sua extinção se deu no Governo Collor, que criou várias outras empresas em todos os Estados, formando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER). O objetivo era disseminar o uso de implementos agrícolas e máquinas modernas, contribuindo para o fortalecimento do Modo de Produção Capitalista no campo (SANTOS, 2001).

Assim, a EMATER sustenta o discurso de ajudar os seus clientes, usuários e beneficiários, por meio da adoção de um programa educativo informal que prega o uso de metodologias próprias da extensão rural, visando uma melhoria do bem-estar social, do crescimento econômico das famílias rurais e da sustentabilidade. Para Santos (2001),

> [...] a criação da EMATER responde à política nacional de desenvolvimento da agricultura. Um desenvolvimento cuja premissa básica é modernizar a produção, moldando também o responsável por ela. Assistir o homem do campo, nesse caso, significa transformá-lo em um sujeito mais produtivo e quiçá mais moderno. (SANTOS, 2001, p. 124).

Assim, as comunidades tradicionais, para os idealizadores dos programas de extensão rural, eram taxadas de atrasadas e teriam que se modernizar a qualquer custo, pois eram as responsáveis pelo atraso econômico, social e cultural nas áreas rurais brasileiras. Não consideravam as especificidades históricas na formação do espaço agrário brasileiro. Nessa linha de reflexão de Amann (1985) diz que o homem do campo era visto como atrasado e teria que ser educado de qualquer forma e Santos (2001) refere à EMATER como:

> [...] uma instituição criada dentro de um discurso político cuja intenção seria modernizar o campo, tendo que, para tanto, transcender ao atraso, ao tradicionalismo e, ousamos dizer, à ignorância identificada no meio rural. (SANTOS, 2001, p. 126).

Os programas de extensão rural, como foi dito anteriormente, viam o espaço rural apenas como fonte importante de produção econômica, não concebendo-o como espaço de vida e de reprodução cultural das famílias rurais. Ainda, conforme colocou a assistente social da Agenciarural, a EMATER tinha uma metodologia própria da extensão rural, buscando melhoria na vida dos pequenos produtores, bem estar social, crescimento econômico das famílias rurais e sustentabilidade do meio ambiente. Assim, as gerações atuais encontrariam condições de viver em harmonia com o seu meio, preservando-os para as gerações futuras. Santos (2001), baseada em documentação da EMATER, complementa essa idéia:

> Missão: a missão da EMATER (GO) é gerar conhecimento científico e tecnológico, prestar assistência técnica agropecuária e classificar produtos de origem vegetal. Assim, deverá avaliar, adaptar, difundir e transferir tecnologias agropecuárias gerenciais e de promoção social, com estímulos às habilidades e aos processos modificadores de atitudes e valores, tudo voltado para o desenvolvimento autosustentável da agropecuária e do meio ambiente em benefício da sociedade como um todo. (EMATER, 1998 *apud* SANTOS, 2001, p. 125).

Assim, na documentação levantada por Santos (2001), o trabalho da extensão rural era feito da seguinte forma: primeiro um breve histórico da comunidade assistida, que apresentava os membros das mesmas, e representava, graficamente, a região. A

segunda parte do trabalho dos técnicos contempla a “convivência”, que consta da descrição de cada visita feita pelos técnicos às diferentes famílias da comunidade. De acordo com a autora, não havia nos cadernos, uma conclusão dos trabalhos. Afirma ainda que, nos documentos, os conceitos de comunidade rural que a empresa de assistência técnica adotava baseavam-se no critério proximidades das famílias, o que foge do modelo de comunidade exposto anteriormente por Claval (1999), Marques (2004), Cândido (1982) e Woortmann (1995).

Assim, como podemos perceber, os objetivos da EMATER eram claros. A extensão rural propunha a transformação de mentalidades, atitudes e valores historicamente construídos e territorializados em comunidade. De acordo com os depoentes, os técnicos da EMATER faziam visitas periodicamente nas comunidades, realizando reuniões, cursos e outros. Disseram ainda que o programa de assistência técnica não melhorou, significativamente, suas vidas. Os técnicos da EMATER salientaram que foi um trabalho penoso, pois nem sempre os pequenos produtores respondiam aos objetivos propostos pelos programas de extensão rural.

Assim, pode-se concluir que o discurso da EMATER sobre o homem do campo limita-se à visão do produtor pequeno e carente. Santos (2001) disserta que, visualizando esse homem, cuja característica maior é a necessidade, ele deveria receber passivamente o que lhe chegasse. Mas, como sujeito de sua existência, nem sempre é o que acontece. Porque a forma como o homem pode se apropriar do que lhe chega, também pode não responder as expectativas de quem leva.

Dessa forma, caracterizada a construção política do território na comunidade rural São Domingos, salientamos ainda, que essa é marcada por fortes tradições culturais, econômicas e políticas. Desde a chegada das primeiras famílias no final do século XIX, os laços de solidariedade que ainda resistem, justificam a organização comunal. O Desenvolvimento de Comunidade, que entrou no Brasil ao término da II Guerra Mundial e,

conseqüentemente, em Catalão, no final da década de 1970, foi uma política de fortalecimento do Modo Capitalista de Produção, que não considerou as especificidades do lugar e do território. Tratava-se, na verdade, de modelos que já haviam sido testados em outros países e transportados para o Brasil sob as mesmas perspectivas.

Assim, o Desenvolvimento de Comunidades Rurais em Catalão, especificamente em São Domingos, se mostrou ineficiente, não melhorando a vida dos pequenos produtores, que ainda padecem com as dificuldades de produzir, comercializar e reproduzir suas famílias. Para aprofundar nessa problemática, passamos a analisar no capítulo III, a territorialização na comunidade rural São Domingos e as estratégias de sobrevivência dos agricultores familiares.

3 – TRAMAS TERRITORIAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE RURAL SÃO DOMINGOS: relações políticas, econômicas e culturais

Era assim que vivia ali naquele pé de serra, onde o mundo principia. Aquilo tudo ali era nada. Mas foi ali na beira daquela aguada que ele fez sua morada, construiu sua família, fez casa boa de telha, paredes com tijolos de barro, esteio de aroeira e até o piso era assoalho de madeira, onde já dançou muito catireiro bão. Fez a cerca de arame que separa os pastos, casinha de queijo, paiol, curral, chiqueiro, barracão, até o carro-de-boi, as cangas, canziros, cambão, tudo daquilo ali ele fez e na mão. Mas, naquele tempo era bão, a fazenda vivia cheia. Tinha muito agregado que tocava roça na meia e muita gente pra ajudar e também pra prosiar. Tinha um rego d'água que ele trazia sempre limpinho, onde o menino mais velho gostava de brincar. Era ali que ele punha o seu barquinho para navegar. Soltava ele lá na cabeceira da grota e vinha acompanhando ele rego abaixo até chegar lá no rancho do monjolo, onde tem a bica do pau de buriti. Era ali que o barquinho do menino vinha cair. De todas benfeitorias que tinha feito, do monjolo era o que ele mais gostava, pois os dois se pareciam. Eles tinham a mesma mania. Trabalhavam sem parar. Ele desde antes do amanhecer até depois que escurecia, e o monjolo para parar carecia de alguém lhe segurar, e se deixasse por conta dele, ihhh, trabalhava dia e noite sem parar, pilando arroz, café, ou triturando milho pra fazer canjica ou fubá. A água que caía da bica no seu coxo pesava e ele subia. Depois jogava a água fora e descia com toda força no pilão, com aquela mesma cantiga que a gente nunca cansava de escutar e sempre ali naquele compasso de breve, bem devagar, sem pausa, sem errar. Sua mulher, eta mulher trabalhadeira e era também muito bonita, gostava de receber visita e eu mesmo ia muito lá. Apreciava aquele frango com quiabo que ela fazia no fogão de lenha e quando afogava o frango ia me perguntando sobre a vida na capital, que eu fazia para viver e até queria saber quando eu ia voltá, coisa que até hoje ainda não sei responder. Vou deixando essa vida me levar. Ela pegava aquele jacá cheinho de algodão, catava aquilo tudo, descaroçava, cardava, depois fiava umas meadas bonitas que ela tingia com semente de urucum, passava raiz de sumaré. Como era inteligente aquela mulher. Levava aqueles novelos para o tear e tecia. Os cortes de calça que ele usava, coberta, baixeiro, colchonil e tudo mais, e sempre ali jogando a passadeira de um lado pra outro e alternado os pés nos pedais. Cidade, ah, só ia de vez em quando pra visitar algum parente e quando faltava alguma coisinha que precisava comprar. Mas ia e voltava no mesmo dia e ele sempre dizia que aquilo não era lugar para morar. Era lugar para doutor, gente que nem o senhor que precisava estudar. Eh, e esse tempo bão passou e hoje tudo mudou. Veja só como é que tá. O resto vamos deixar ele cantar...

(Carta ao Velho Rosa, Trem das Gerais)

A agricultura familiar na comunidade rural São Domingos caracteriza-se pela forte presença da mão-de-obra familiar no processo produtivo e pelo nível tecnológico relativamente baixo. É desses estabelecimentos que saem parte dos alimentos que abastecem os mercados da cidade. Diante das dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar e dada a sua importância política, os agricultores ainda resistem e buscam na cidade alternativas de sobrevivência. É, também na cidade, que os produtores lutam pelos seus direitos. A agricultura familiar caracteriza-se também pelos laços culturais construídos por várias gerações, repassadas dos pais para os filhos. A partir dessas características, esses produtores constroem e demarcam seus territórios, reproduzindo social e biologicamente.

Partindo dessas colocações, o objetivo deste capítulo é analisar o processo de territorialização na comunidade rural São Domingos, bem como discutir as relações culturais, econômicas e políticas no cotidiano desses produtores.

3.1. Entre o passado e o presente: a territorialização na comunidade rural São Domingos

O território, para os agricultores familiares da comunidade rural São Domingos, é um lugar de vida, onde construíram suas identidades e símbolos como forma de caracterizar e representar a natureza. Ao longo dos anos, reproduziram suas famílias, os laços de confiança e ajuda mútua com seus vizinhos. Com esse pensamento, vale considerar as reflexões de Haesbaert (2004, p. 115), quando afirma que o território “compõe de forma indissociável a relação dos grupos sociais, no sentido de que as relações sociais são espaciais ou geograficamente mediadas”. Nessa direção, o território está presente nas relações sociais em todo processo histórico.

Dessa maneira, com o aporte teórico de Claval (1999), Wagner e Mikesell (2003), Garcia e Scaramal (1995), Marques (2004), Cândido (1982), Woortmann (1995), Woortmann; Woortmann (1997) e Wanderley (2001) e, de acordo com os depoimentos dos moradores mais antigos, acreditamos que, as primeiras famílias da comunidade rural São Domingos chegaram, construíram e demarcaram ali seus territórios de uma forma bem rudimentar, formando um núcleo social que perpetua até os dias de hoje. Da terra, tiravam parte dos seus sustentos e se reproduziram, transmitindo suas culturas. Dessa forma, se territorializaram no espaço onde garantiam a sobrevivência e a manutenção do tecido cultural. Claval (1999) argumenta que, vivendo em sociedade, os saberes e as culturas são repassados às gerações, mantendo a reprodução da vida em sociedade. Esses elementos garantem o sentido de viver em comunidade. Esses sentidos são culturais e compartilhadas entre a família e a vizinhança.

Wagner e Mikesell (2003) salientam que o estudo da cultura permite compreender uma comunidade de pessoas ocupando e transformando um determinado espaço além de conhecer valores, crenças, comportamentos e linguagens comuns a todos os membros. Cabe à Geografia distinguir, descrever e classificar essas relações, considerando-as como paisagem cultural, procurando suas origens na história da cultura. Nessa direção, Claval (1999) comenta que o peso da cultura é decisivo em todos os domínios político, econômico, social e cultural:

> a cultura é o conjunto de representações sobre as quais repousa a transmissão, de uma geração a outra ou entre parceiros da mesma idade, das sensibilidades, idéias e normas. Ela inclui a imagem do meio ambiente próximo e os conhecimentos, práticas e ferramentas que permitem tirar partido dele. (CLAVAL, 1999, p.142).

Nesse raciocínio, o referido autor afirma que a cultura é uma criação coletiva e renovada dos homens. Ela molda o indivíduo e define os contextos da vida social

que são, ao mesmo tempo, o meio de organizar e dominar o espaço. A cultura institui o indivíduo, a sociedade e o território onde se desenvolvem os grupos. E ainda, cabe outra ressalva de Wagner e Mikesell (2003), quando argumentam que

> a cultura resulta da capacidade de os seres humanos se comunicarem entre si por meio de símbolos. Quando as pessoas perecem pensar e agir similarmente, elas o fazem porque vivem, trabalham, conversam juntas, aprendem com os mesmos companheiros e mestres, tagarelam sobre os mesmos acontecimentos, questões e personalidades, observam ao seu redor, atribuem os mesmos significados aos objetos feitos pelo homem, participam dos mesmos rituais e recordam o mesmo passado. (WAGNER e MIKESELL, 2003, p. 28).

Vale ressaltar, também, as afirmações de Garcia e Scaramal (1995, p. 111). Para esses autores, o estudo da cultura permite conhecer, a partir da particularidade, a universalidade das relações dos sujeitos históricos "que pode ser estabelecido entre suas manifestações na experiência e transcendência espiritual". Nesta direção, acreditamos que os agricultores familiares na comunidade rural São Domingos têm mais de um século de história. No contexto da lógica dos laços comunitários, constroem territórios e se reproduzem biológica e socialmente, dividindo os mesmos espaços, participando e organizando as mesmas festas, falando a mesma língua, dividindo os mesmos problemas comunitários e os mesmos saberes e costumes historicamente construídos.

Essa discussão acerca da formação territorial da comunidade rural São Domingos foi feita predominantemente, através da memória dos moradores mais antigos da comunidade. Portanto, o exercício teórico/descritivo torna-se necessário, pois não se deve compreender a importância econômica, política e cultural, bem como as dificuldades e estratégias de sobrevivência sem considerar os aspectos históricos do território, porque o resultado da paisagem territorial do presente são reflexos das transformações da relação sociedade e natureza do passado.

Nessa mesma linha de reflexão, Spósito (2004) afirma que não se deve desconsiderar aspectos históricos, pois são esses elementos que vão marcar, efetivamente, a estruturação de qualquer território. Vale acrescentar também a reflexão de Santos (2001) quando afirma que o espaço é acumulação desigual de tempos. Desse modo, as formas espaciais do presente são resultados de formações sociais do passado, que se territorializaram. Nesta direção, sugere a periodização do tempo para o estudo do espaço geográfico, pois a cada momento histórico varia o uso do território. Assim, torna-se necessária a compreensão da história de vida dos agricultores familiares da comunidade rural São Domingos que, vivendo em comunidade, atribuíram sentidos e valores ao uso do território.

Destarte, muito contribui a reflexão de Saquet (2003) quando afirma que os territórios são construídos, política, econômica e culturalmente. A partir dessa análise, esse autor argumenta que

> na dinâmica territorial, a Geografia e a História interligam-se: [...]. É necessário buscar no passado, também a compreensão do território atual; é preciso apreender suas diferentes determinações, seu processo de apropriação e produção. [...]. enfim, podemos melhor adjetivar o tempo histórico, das sucessões e periodizações, de *breve*, *longo* e *curto* [...]. Não há uma homogeneidade no espaço e nem no território, mas uma heterogeneidade de tempos e territórios em cada unidade espacial de análise, seja no lugar, no país etc. O *novo* não chega a todos os lugares no mesmo momento temporal, nem se objetiva necessariamente ao mesmo tempo com o mesmo ritmo e com a mesma intensidade em diferentes atividades e lugares. Os tempos concretizam-se em lugares distintos e simultaneamente, com ritmos lentos e mais rápidos. (SAQUET, 2003, p. 20-21, grifos do autor).

Pensando assim, entende-se o território como resultado do processo de territorialização, sendo que o homem, vivendo em sociedade, territorializa na sua interação com a natureza através das atividades cotidianas, seja no campo ou na cidade. De posse dessas reflexões, no momento de realização do trabalho de campo na comunidade rural São Domingos, as entrevistas procuraram conhecer a história das famílias, enfatizando a forma como os laços socioculturais, políticos e econômicos se territorializaram.

Cabe acrescentar que as informações obtidas na pesquisa, utilizando-se da memória dos moradores, é do final do século XIX. Porém, sabemos que a ocupação das áreas de Cerrado ocorreu antes do século XIX, conforme colocou Mendonça (2004). Para esse autor, a ocupação das áreas de Cerrado ocorreu há cerca de 1.200 anos, conforme registros e pesquisas sobre a pré-história de Goiás. Assim é descrita a existência de

> [...] grupos sociais nessas áreas, sendo que os indígenas, na forma que conhecemos, são os representantes desse processo cultural/evolutivo. Sobreviviam nas áreas de Cerrado praticando a agricultura, a horticultura, a caça, a pesca etc., apresentando significativas contribuições sócio-culturais (sic) sobre a dinâmica dos ecossistemas que compõem o Cerrado. (MENDONÇA, 2004, p. 278).

Com esse pensamento, Mendonça (2004), ao tratar das formas de vida e de reprodução social dos percussores do Cerrado, descreve o aproveitamento econômico de espécies da fauna e da flora das áreas dessas áreas como uma fonte de renda.

> Outra questão relevante é o aproveitamento econômico de diversas espécies, que, ainda hoje, asseguram a sobrevivência de famílias camponesas, como complemento da renda e/ou como alternativas de alimentação, inclusive, para as criações domésticas e, principalmente, para uso medicinal, intensamente utilizado pelos *povos cerradeiros*. (MENDONÇA, 2004, p. 278, grifo do autor).

Nessa mesma linha de reflexão, Pessôa (1988), ao estudar o processo de modernização nas áreas de Cerrado, especificamente nas Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba, relata a existência de povos mesmo antes da chegada dos portugueses em busca do ouro (1722). Esses povos viviam basicamente da caça, da pesca e praticavam pequenas culturas. A partir desse processo de ocupação, Mendes (2005) comenta que

> a ocupação ‘moderna’ da área do Cerrado Goiano iniciou-se no século XVIII pela região de Catalão, com a incursão de Bandeiras que promoveram um novo padrão de ocupação com a abertura e assentamento de povoados para a exploração de ouro e pedras preciosas. (MENDES, 2005, p. 156, grifo da autora).

A partir desse comentário, a autora relata ainda que esse processo promoveu um novo padrão de ocupação das áreas de Cerrado, caracterizado por uma economia de subsistência, criando uma cultura caipira. A partir dos estudos de Pessôa (1988), Mendonça (2004) e Mendes (2005), contrariam-se as teses de ocupação do Cerrado só a partir de 1960 com a modernização da agricultura, que acaba desconsiderando a trajetória histórica cultural, e econômica dos povos que já viviam naquele espaço.

Não constitui objetivo dessa pesquisa, buscar as raízes "milenares" do processo de ocupação do Cerrado, mas de um determinado povo já territorializado, que, vivendo em comunidade, produzem e reproduzem biológica e socialmente em seu território. Pensando assim, ao trabalhar a formação territorial na comunidade rural São Domingos servimo-nos da memória dos moradores mais antigos, uma vez que não há nenhum estudo sobre a mesma, ou seja, trabalha-se aqui a história das famílias mais antigas que vivem na comunidade, há mais de um século.

Fazemos uso do depoimento de Dona Aucélia Fernandes da Silva, 56 anos, casada com Sr. Valdir da Silva. Ela nasceu e viveu na comunidade, onde o pai e a mãe *viveram a vida toda*. A mãe de Dona Aucélia, a Dona Clarinda, de 77 anos, foi para a comunidade ainda nova, mas devido à enfermidade mal de *Alzheimer*, não consegue se lembrar de muita coisa. Dona Aucélia ainda tem parte de seus filhos morando na comunidade. No momento da entrevista, ela e o esposo haviam acabado de vender a propriedade e estariam mudando para a cidade. O motivo é que não há condições de sobreviver mais na terra, dados os prejuízos que já tiveram.

Utilizaremos também da memória do Sr. João Rabelo Neto (Sr. João Zico do Zeca Baiano, 71 anos). Ele nasceu e morou na comunidade, e seus pais nasceram e viveram lá. Contou que seus avós foram um dos primeiros moradores na comunidade. O Sr. João Zico mora apenas com sua esposa, a Dona Joanídia Rabelo, pois seus dois filhos moram

na cidade desde jovens, em busca de uma *vida melhor*[20]. Outro morador, que deu uma contribuição significativa à pesquisa, foi o Sr. João Sonoesce Neiva, de 75 anos. Esse mora na comunidade *desde moço*. Desta feita, cabe salientar que o motivo da escolha dessas famílias se dá pelo fato de serem de grande expressão na comunidade.

Percebemos que parte desses moradores adveio de outras comunidades vizinhas. Mendes (2005), ao registrar a história das comunidades rurais em Catalão (Coqueiro, Ribeirão, Mata Preta e Cisterna/Morro Agudo), valendo-se das memórias dos moradores mais antigos, relata que as primeiras famílias chegaram, aproximadamente, por volta do final do século XIX. Essa autora comenta que as primeiras famílias dessas comunidades são de origens, predominantemente, portuguesa e mineira, vindo em busca de terra boa e com bom preço.

Na comunidade rural São Domingos, os moradores relataram que parte do grupo veio de comunidades vizinhas. Dona Aucélia afirmou que seu pai (já falecido) nasceu e criou-se na comunidade. Não soube dizer a origem dos seus avós. Sua mãe, a Dona Clarinda, veio da Comunidade Custódia *ainda mocinha*, no período entre 1935 e 1940, quando casou-se e teve seis filhos. Após a morte do pai, a propriedade foi dividida entre os seis filhos e a mãe.

De acordo com o Sr. João Zico, o seu avô e sua avó foram os primeiros moradores da comunidade (família Rabelo e Borges). Logo, depois de seu avô, veio a família do Sr. João Sonoesce Neiva (a família Neiva), conhecida na época como os “Rosa” e a família dos “Mesquita” (ligada à família da Dona Clarinda, mãe de Dona Aucélia). A partir dessas famílias, inicia-se o processo de territorialização na comunidade.

[20] Para os entrevistados, “vida melhor” significa estudar e conseguir um trabalho com um bom salário, para satisfazer as necessidades básicas.

O Sr. João Sonoesce Neiva, afirmou (com os olhos lacrimejando) que seu pai veio de Catalão por volta de 1927, onde até então trabalhava de pedreiro, quando casou-se com sua mãe cuja família já tinha terra na comunidade. Foi a união da família Neiva com a família Vaz. Dessa união, nasceram três filhos. Ele comentou que seu pai, trabalhando nas terras que eram de sua mãe por herança, *conseguiu construir muita coisa*. Com o passar dos tempos, seu pai vendeu a propriedade e comprou outras terras na mesma comunidade (terras onde mora hoje) com a esposa, a Dona Mariana Neiva. O Sr. João Sonoesce e Dona Mariana Neiva, casaram-se em 1962 e tiveram seis filhos. Todos moram na comunidade e em comunidades vizinhas. As terras onde moram e trabalham são heranças de seus pais e dos pais de sua esposa.

O Sr. João Zico do Zeca Baiano também é um dos moradores mais antigos da comunidade. A sua propriedade vem sendo passada de pai para filho, dentro do regime de herança. Ele comentou que seu avô paterno (João José Rabelo, conhecido como João Baiano) veio de Estrela do Sul (MG) já no final do século XIX e se casou com a Dona Maria Nazaré Borges. O motivo de sua vinda é que na época tinha muito posseiro e era mais fácil comprar terras a preços mais baratos. De acordo com o Sr. João Zico do Zeca Baiano, seu avô *não tinha nada*. Tudo que adquiriu foi fazendo "valas[21]", e como pagamento pelo serviço, *recebia em cabeças de gado que ia juntando*. Também aplicava vacina em gado, pois naquela época, de acordo com o depoente, só seu avô possuía a seringa apropriada para aplicação dos medicamentos. Com o que ganhava das valas e das vacinas, conseguiu adquirir mais de 400 alqueires de terras. Outra atividade que seu avô realizou foi levar sal e outros produtos alimentícios para Formosa (GO), usando o carro-de-boi. Ele montava a carga e ficava de seis a sete meses na estrada, *faça chuva ou faça sol*.

---

[21] Vala é uma espécie de cerca muito utilizada na época. Naquele tempo não havia cerca de arame. Então a propriedade era dividida por vala. Essa vala media dois metros de largura (ou um abraço, que daria 2 metros) e quase dois metros de profundidade, e, às vezes, serviam para fechar o gado.

As terras do avô do Sr. João Zico, dos pais de Dona Aucélia e dos pais do Sr. João Sonoesce Neiva, como também de grande parte das outras famílias entrevistadas na comunidade, foram repassadas para os filhos ainda em vida, processo que, sucessivamente, acontece até os dias de hoje. Esse processo resultou na fragmentação das propriedades em pequenas propriedades. O gráfico 1 mostra que a quantidade de terras recebidas por meio da herança é significativa na comunidade rural São Domingos.

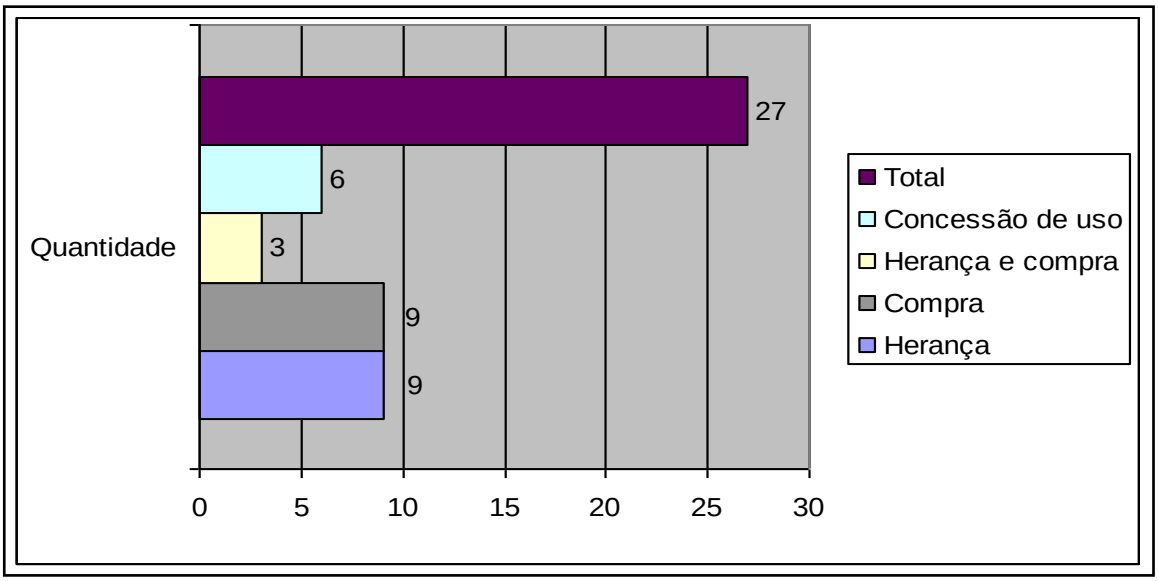


Gráfico 3 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): formas de aquisição da propriedade.
Fonte: Pesquisa de campo, 2006 e 2007. Org.: VENÂNCIO, M. (2007).

De acordo com a amostra coletada, 9 produtores adquiriram a propriedade através da herança e 3 adquiriram uma parte de através da herança e, com o tempo, aumentaram o patrimônio fundiário com a compra de outras parcelas de terras. Outra parte (9 propriedades) foi adquirida através da compra.

É comum o proprietário fornecer parte da propriedade para os filhos morarem e produzirem depois de casados, ou também para outros que não são da família, como é o Caso do Sr. Alício, que teve a concessão de uso da terra feita pelo Sr. João Sonoesce. Esse quantitativo representa 6 produtores na amostra coletada. Esses dados

reafirmam nosso argumento da importância do patrimônio fundiário na reprodução da agricultura familiar na comunidade. De acordo com Claval (1999), esse sistema de herança é estrutura de base da vida social. Nesse sistema, a família e a comunidade local constituem as matrizes que asseguram a transmissão de uma parte essencial da vida social. Nesse sentido, Wanderley (2001) ressalta que

> para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção pela *geração atual possa vir a ser transmitido a geração seguinte, garantindo a essa, suas condições de sobrevivência* (WANDERLEY, 2001, p. 27, grifos nossos).

É comum perceber nas famílias pesquisadas na comunidade, o grau de parentesco e compadrio. Dessa forma, o grau de parentesco entre as famílias tradicionais é significativo. Os casamentos realizados entre as famílias asseguram a reprodução da relação de vizinhança na comunidade. Woortmann (1995) ressalta a importância do parentesco para a reprodução camponesa, pois interliga as famílias dentro de uma mesma comunidade de geração a geração. Uma questão interessante que reafirma o argumento da autora foi percebida em São Domingos em relação ao compadrio. Os produtores, ao se referirem aos vizinhos, utilizavam expressões como compadre e comadre, madrinha e padrinho. É difícil encontrar famílias em que há somente os pais e irmãos na comunidade. Geralmente, as casas das unidades familiares encontram-se próximas uma da outra. Os casamentos entre primos são freqüentes. Isso pode ser verificado nos sobrenomes das famílias na comunidade.

Claval (1999) ainda ressalta a importância da Geografia Cultural na compreensão do sistema de parentesco. Ressalta que o sistema de parentesco implica em regras na escolha do cônjuge: modo de filiação privilegiado, o lugar de residência da família, a definição das regras de herança. Esses sistemas determinam a circulação das mulheres e

circulação da riqueza entre as linhagens e entre as gerações. Assim, justifica-se porque a maioria dos pequenos produtores de São Domingos adquiriu a maior parte das propriedades fundiárias através de herança. As propriedades são transmitidas para seus herdeiros, garantindo a continuidade do patrimônio familiar.

Sobre essa questão, é mister buscarmos a constatação de Mendes (2005), que pesquisou outras comunidades rurais em Catalão. Ao estudar a transmissão da herança, essa autora constatou que esse processo assegura a continuidade do patrimônio sociocultural dos pequenos produtores, mantendo parte de seus filhos na propriedade, mas, ao mesmo tempo, acaba criando uma situação que compromete a reprodução dos mesmos através da redução da área disponibilizada para cultivo de gêneros alimentícios e a diminuição dos rendimentos da família. Tal fator também foi verificado no estudo acerca da comunidade rural São Domingos.

As famílias eram numerosas. Cada casal tinha cerca de 8, 9, 10...,15 filhos. De acordo com os entrevistados, a famílias que tinham poucos filhos, ou a mulher tinha algum problema, ou tanto o marido quanto a mulher morriam ainda jovens. Era difícil uma mulher *dar a luz* no hospital, até mesmo nas famílias mais abastadas. A mulher era submetida aos cuidados de parteiras, que geralmente atendiam uma comunidade inteira.

Com relação às tarefas nas propriedades, os filhos, geralmente, iam para a lida com a terra muito cedo. Conforme salientou o Sr. João Zico, as crianças com seis ou sete anos ajudavam os pais na propriedade e comentou ainda que, com catorze anos de idade, ia de carro-de-boi para a cidade levar mercadoria, quando seu pai não podia. *Naquela época os meninos amadureciam mais cedo*. Os meninos sempre tinham muito trabalho como vigiar a roça para que os pássaros não estragassem a lavoura de arroz, capinar um quintal ou uma lavoura, buscar lenha na mata, *tratar da criação*.

Quanto às meninas, algumas repetiam a mesma tarefa dos meninos, mas a maioria ajudava as mães com os afazeres domésticos como cuidar da casa *e fazer comida para os companheiros*[22]. Sempre eram preparadas pela mãe para se casarem. *Tinham que saber cozinhar bem e tecer para tratar bem da casa e do marido.* Woortmann e Woortmann (1997, p. 46, grifos da autora) salientam que os filhos, depois de uma certa idade, vão para a lida com o pai, pois para os camponeses, "o ciclo de vida menino-rapaz-homem é a transição da *ajuda* para o *trabalho* e eventual *governo*, associados a outras passagens com significado ritual".

Com esses costumes, havia uma hierarquia (organização política) na família quanto à questão dos direitos e deveres (modelo patriarcal de família). Ao falar com os depoentes, os homens disseram que aproveitaram muito a juventude na roça. Sempre iam para a casa do vizinho à noite jogar truco[23] e para algumas festas na comunidade e em outras comunidades rurais. E namoravam bastante. Já as mulheres sempre ficavam em casa e, quando chegavam a ir a alguma festa, sempre tinha a companhia dos pais, além de dançarem só com aquele que o pai permitia. Quando namoravam, *tinha que casar logo*. Relataram que *os namoros de antigamente tinha muito respeito*. *Os homens respeitavam as mulheres*. *Hoje as mulheres são muito atiradas, não é como antigamente que a mulher tinha vergonha.* Estas, sendo de "boa família", eram preparadas para o casamento. *A separação de casais não se via, os casamentos só terminavam quando o esposo ou a esposa faleciam.*

Sobre o papel da mulher na sociedade camponesa, cabem alguns complementos. Observamos nas falas dos pequenos produtores, referindo-se as mulheres da referida época, alguns adjetivos impregnados de preconceitos, como "mulher de muito

---

[22] Companheiros eram os agregados da fazenda que ajudavam o fazendeiro, seja como contratado, ou que dava demão. Então aqueles que ajudavam nas propriedades eram os 'companheiros'.

[23] Truco é um tipo de jogo que se faz com cartas de baralhos, que são compostas por duas duplas (quatro pessoas). Nas comunidades rurais no município de Catalão é tradição os vizinhos se reunirem para jogar o truco.

respeito", "mulher muito atirada", "mulher de boa família". Esses preconceitos, em relação a mulher, no meio rural de acordo com Melo (2002), estão associados a figura do pai como representação principal, reflexos da cultura, que secularmente elegeu o masculino como responsável pelo exercício das atividades desenvolvidas "fora do espaço da casa", uma vez que o âmbito de trabalho "da casa" é o "lugar da mulher". No geral, essa ideologia existe, mesmo quando a participação da mulher no mundo do trabalho é cada vez mais crescente.

Nos casamentos, na maioria das vezes, constatou-se que as esposas sempre iam para a propriedade da família dos esposos e lá construíam a casa onde iam morar. A moradia, geralmente bem espaçosas, obedecia ao tamanho da família. As casas tinham um padrão e eram bem arejadas. As paredes eram altas e os pisos feitos de assoalho. A entrada dava para uma sala grande que tinha entrada para os quartos (geralmente até três, quatro, cinco quartos) e para uma pequena copa e uma cozinha. As casas não costumavam ter muitos cômodos, mas todos eram grandes. De acordo com o Sr. João Zico, a maioria das casas antigas da comunidade já foi demolida, restando apenas a dele e a de Dona Clarinda.

A foto 5 mostra a casa da Dona Clarinda construída no início do século XX. Apesar de algumas modificações na sua arquitetura original, a moradia guarda traços marcantes da época. As casas eram bem espaçosas e cada cômodo tinha mais de uma janela de madeira. Na cozinha, tinha sempre o fogão de lenha. Muitas famílias costumavam ter no fundo de casa o fogão de cupim, que era utilizado para tachos[24] maiores. Não era comum ter banheiros dentro de casa. Ao lado da casa, tinha sempre o paiol (Foto 6), onde a alimentação da "criação" (galináceos, suínos e bovinos) era guardada.

[24] Refere-se a grandes vasilhames utilizados para a torração da farinha, por exemplo.

Foto 5 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): casa construída no início do século XX na propriedade da Dona Clarinda.
Autor: VENÂNCIO, M., ago. (2006).

Foto 6 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): o paiol e o curral construídos na propriedade do Sr. João Zico.
Autor: VENÂNCIO, M., ago. (2006).

Próximo ao paiol, estava também o curral para a ordenha das vacas. Toda casa era construída próximo a um rego d'água e tinha o monjolo, usado para pilar[25] o arroz e o milho para o fabrico de fubá. (Foto 7). Para Mendonça (2004, p. 130), o que definia o lugar da construção das moradias era a presença de água e solos férteis para o cultivo, "portanto, a quase totalidade das sedes e/ou construções situava-se próxima aos cursos d'água perenes e nas encostas, onde a existência de matas assegurava a fertilidade natural dos solos".

As casas eram construídas pelas próprias famílias que contavam com a ajuda de vizinhos e agregados. A maioria delas tinha porão que servia para guardar ferramentas e estocar alimentos. Os depoentes relataram que *naquela época tinha muita fartura e as tuias*[26] *viviam cheias*. Tudo era *produzido na roça, e naquele tempo comprava muito pouca coisa na cidade.* O que plantava (arroz, feijão, milho) *dava para todo mundo comer o ano todo e ainda dividia com os agregados* da fazenda.

Foto 7 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): o monjolo na casa de Dona Clarinda.
Autor: VENÂNCIO, M., ago. (2006).

[25] Pilar o arroz, refere-se ao ato de beneficiar o arroz.
[26] Tuia é uma caixa de madeira onde estocava alimento.

A carne estava presente nas refeições de todos os dias e sempre tinha muita conserva em lata. *Tirava muito leite*, suficiente para sustentar a família, fazer o queijo e sobrava para desnatar e comer o creme com os pães que eram produzidos na propriedade, *e o soro do desnato do leite ia para a criação*, geralmente para engordar os porcos. Hoje, conforme os depoentes, não há mais tanta fartura como antes. Ficou muito *caro para plantar e quase não compensa.*

Há de se considerar, de acordo com alguns depoimentos, que essa fartura só existia nas famílias mais abastadas (principalmente os que possuíam os meios de produção – a terra), como pôde perceber nas entrevistas. Havia, de acordo com alguns depoentes, muita exploração do trabalho alheio não pago (ou mal pago). Como as fazendas eram "cheias" de gente e havia muitos agregados, eram esses que faziam os trabalhos mais pesados nas propriedades. Esse *povo recebia muito pouco* pelo dia de serviço, *era uma judiação*. Por um dia de serviço (que começava às 5 ou 6h da manhã e ia até 19 ou 20h da noite), os proprietários pagavam para os agregados em espécie: rapadura, meia quarta de arroz, um pedaço de toucinho, um litro de manteiga.

Nos depoimentos, alguns entrevistados relataram que, às vezes, o pagamento era em litro de manteiga de porco. Nesse caso, a mulher do proprietário derretia a manteiga no fogo, pois tinha um rendimento maior e, se pagasse um litro de manteiga talhada, a quantidade era maior. Era com esse pagamento que os agregados sustentavam suas famílias. Geralmente, um litro de manteiga garantia o sustento das famílias, pelo menos, por uma semana. Os agregados eram subordinados e explorados pelos proprietários. Saíam batendo na porta das casas oferecendo os seus serviços. A alimentação dos que estavam trabalhando, geralmente, era por conta do proprietário. Havia casos em que a mulher levava dois, três, quatro filhos para a propriedade no sentido de ajudá-la no trabalho. E esses recebiam *apenas um prato de comida onde comiam todos os filhos reunidos*. Os agregados tinham que chegar

no trabalho antes que o dia amanhecesse para *pegar o tirijum*[27], que era à base de feijão, arroz e carne seca, a fim de ganhar energia para até 16 horas de trabalho diários. Havia proprietários que cediam para os agregados um pequeno pedaço de terra para plantar, mas toda a produção era dividida ao meio.

Com relação aos enterros dos moradores da comunidade, estes eram feitos (e ainda são) no cemitério da comunidade (Foto 8). O cemitério tem mais de um século, e recebeu o nome do Sr. João José Rabelo (avô do Sr. João Zico) e foi construído por Dona Maria Nazaré (avó do Sr. João Zico). Constatamos, através dos sobrenomes nas pedras dos túmulos restantes, que as primeiras famílias enterradas foram Vaz, Mesquita e Rabelo. O cemitério encontra-se um pouco abandonado, com alguns túmulos, de quase um século, completamente destruídos. De acordo com depoentes, *antigamente as pessoas cuidavam mais de seus mortos, e hoje não querem nem saber*.

Foto 8 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): cemitério João José Rabelo.
Autor: VENÂNCIO, M., ago. (2006).

[27] Tirijum era a alimentação oferecida aos agregados. A palavra corresponde ao sentido “tirar o jejum”.

Os caixões onde as famílias enterravam seus mortos eram feitos na própria comunidade. Toda propriedade deveria ter o cedro ou qualquer outra madeira mole. A fazenda que não tinha essa madeira era considerada desorganizada. O Sr. João Zico afirmou que ele e seus antepassados fizeram muitos caixões. Comentou também que nem todo enterro era feito no cemitério da comunidade. Havia algumas famílias, principalmente as mais abastadas, que faziam questão de enterrar seus mortos na porta de casa.

Havia (e ainda há, agora com maior intensidade, como será trabalhado nesse capítulo) uma relação econômica com a cidade. Eram produzidos o arroz, o feijão, o queijo, a rapadura (produto feito da cana-de-açúcar), o polvilho (produto feito de mandioca, utilizado na fabricação de biscoitos) e outros. Esses produtos, destinados ao autoconsumo familiar, também eram vendidos na cidade de Catalão e região. O comércio era feito de forma simples. O que vendia, servia para comprar outros produtos utilizados na propriedade, não gerando concentração de capital. Sobre a penetração dinheiro na economia camponesa, Mendras (1978) argumenta que

> o dinheiro é completamente externo ao sistema e, se nele penetra, é do exterior, introduzido pela economia envolvente, do qual é ao mesmo tempo, o agente e o signo, no seio da economia camponesa [...]. Ele serve essencialmente de instrumento de transação entre as duas (sociedade camponesa e sociedade envolvente), no momento em que o camponês sai de sua órbita para penetrar no exterior. (MENDRAS, 1978, p. 49).

Dessa forma, o que vendia era utilizado para que o agricultor comprasse outras mercadorias não produzidas na propriedade, pagasse seus impostos, dentre outros. Marx (2004) argumenta que a circulação simples de mercadorias consiste em uma forma imediata onde há a transformação da mercadoria em dinheiro e depois a retransformação do dinheiro em mercadoria (M-D-M: Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria), ou seja, vender para comprar. O dinheiro, nesse sentido, não é transformado em capital (D-M-D: Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro).

Os agricultores da comunidade rural São Domingos levavam suas mercadorias à cidade uma vez ao mês, usando o carro-de-boi. A viagem era longa, durando cerca de 18 horas. Saíam sempre após o almoço, repousavam nas proximidades da Lagoa Paquetá[28] e amanheciam o dia na cidade. Eram nessas viagens que os agricultores compravam os produtos de que necessitavam na propriedade como roupas, sal, açúcar, remédios, querosene, dentre outros.

Com a entrada do capitalismo no campo, principalmente a partir da década de 1960, e a entrada de instrumentos como televisão, *vídeo-game*, computador, ensino pensado a partir de uma cultura urbana, moda, hábitos alimentares, observamos que, em algumas comunidades, já é possível notar a mudança de comportamentos habituais. De acordo com os depoentes, essas mudanças são percebidas principalmente nas crianças, pois *antigamente não existia brinquedo comprado na loja, antigamente os brinquedos era a gente que fazia. Hoje os meninos só querem saber de brinquedo caro e não gosta mais de brincar no pasto como a gente brincava.* Nesse sentido, as brincadeiras de roda das crianças, aos poucos, cederam lugar para outras brincadeiras. *Em outros tempos era comum a noite os pais reunirem com os seus filhos no quintal da frente da casa e contar causos. Hoje os filhos toma uma certa idade nem fica mais em casa a noite.*

Claval (1999) analisa as crises, catástrofes e inovações culturais em comunidades tradicionais nas últimas décadas. Para esse autor, os homens são inventivos. Eles reagem aos novos desafios que são impostos pelo meio físico ou pela vida social, modificando suas práticas, criticando velhos valores e adotando novos, ou seja, surgem questionando um sistema social, conduzindo a uma renovação profunda da cultura. O enfraquecimento de algumas culturas construídas por algumas sociedades é uma premissa

[28] A Lagoa Paquetá localiza-se na parte norte do município de Catalão (GO). Devido à expansão da cidade, a lagoa encontra-se inserida dentro do perímetro urbano, próximo à sede do IBAMA e do SESI, na Avenida Lamartine Pinto de Avelar. O local servia de pousio para viajantes que penetravam o sertão goiano.

indispensável às mutações de mentalidades e à reestruturação sociocultural dos grupos humanos.

Assim, acreditamos que, mesmo com as mudanças verificadas nas comunidades, dado o processo de expansão do capitalismo no campo, os traços da cultura ainda estão sendo cultivados entre esses grupos. A prática e a reprodução dessas culturas são feitas em comunidade. É nela que estão impressos o modo de vida e tradições que são respaldadas no trabalho familiar, na relação com a vizinhança, no modo de educação dos filhos, nas crenças, dentre outros. Cândido (1982) entende que todas as vezes em que algo da cultura urbana é apresentada ao caipira, este tende a aceitá-lo, como elemento de prestígio. Dessa forma, esse elemento não é mais definido a partir de uma estrutura fechada, mas como uma estrutura geral da sociedade que leva à superação da vida comunitária inicial. Nesse sentido, acrescentamos que manifestações como festas religiosas, "treição" e mutirão, mesmo com algumas mudanças, continuam sendo praticadas, como é descrito nos itens a seguir.

3.2. As festas na comunidade rural São Domingos: o louvor a São Sebastião e Nossa Senhora da Abadia

Compreendemos festa como uma suspensão do cotidiano após dias de trabalho. Nesta direção, Claval (1999) argumenta que essa prática é uma forma de fugir do cotidiano após horas de trabalho semanal. Assim sendo, acreditamos que festa apresenta-se como um espaço de lazer e, ao mesmo tempo, um momento de adoração de um santo de devoção. As festas aparecem como momentos importantes na vida familiar (nascimentos, casamentos, aniversários etc.). Marcam, também, os tempos da vida coletiva, religiosa ou

cívica. Geralmente, são organizadas em datas fixas e se manifestam por procissões, danças, músicas, espetáculos, leilões, dentre outros.

Para Claval (1999), os espaços das festas marcam a ruptura coletiva e particularmente clara e significativa no desenvolvimento ordinário dos dias. Cada um vive um momento de comunhão, de emoção e de evasão. Pela predominância católica[29] na comunidade rural São Domingos, as festas são elementos da tradição que atraem visitantes de várias regiões rurais e urbanas. As atrações são as danças, o terço cantado e a alimentação gratuita para os visitantes. Essas manifestações coletivas desempenham um papel importante na comunidade rural São Domingos. Em Cândido (1982), as festas religiosas, para os caipiras, aparecem como uma forma de agradecer aos santos pela fartura concedida no ano. Salienta, ainda, que a religiosidade é um elemento da sociabilidade camponesa, que vem depois do trabalho com a terra. Assim, compreendemos que as festas aparecem como elemento fundamental para a compreensão de uma comunidade rural.

Para Cândido (1982), as festas podem aparecer também como um momento de lazer que mobiliza as relações sociais, funcionando como um fator de equilíbrio bio-social. Dessa forma, na comunidade rural São Domingos, havia duas festas religiosas. Uma era a novena de Nossa Senhora da Abadia e a outra era a novena de São Sebastião. Os depoentes não souberam responder quem foram os primeiros festeiros. Entretanto, disseram que a festa de São Sebastião já data cerca de 130 anos e é realizada, anualmente, até os dias de hoje, verificadas algumas mudanças. A de Nossa Senhora da Abadia foi extinta desde a década de 1960, pois não encontrou-se mais pessoas interessadas em realizá-la. A adoração a São Sebastião justifica-se na sua luta contra a peste, a fome e a guerra. Com essa crença, todos os criadores de gado e produtores de alimentos entregam sua produção “nas mãos de São

[29] Todas as famílias pesquisadas disseram ser católicas.

Sebastião". Por isso, ele ficou conhecido como padroeiro da comunidade e, daí, surgiu a adoração anual a São Sebastião.

As festas eram realizadas na casa do festeiro. A cada ano, um morador (rico ou pobre) a oferecia. Não tinha vínculo com a igreja católica e toda a renda ficava retida na comunidade. Eram cerca de nove dias de festa. Nos oito primeiros dias, havia a novena em louvor aos santos, exceto as danças. No último dia, as "comilanças"[30], com muita fartura, e as danças estavam presentes, caso o festeiro permitisse. Os moradores da roça lotavam as festas, pois tinham muitas pessoas. As crianças e adolescentes também participavam. Faziam muitas brincadeiras de roda, enquanto os adultos rezavam ou dançavam. Muito raramente, os moradores da cidade participavam.

Atualmente, a festa de São Sebastião, diferentemente de outras festas rurais no município de Catalão, não acontece em meses fixos. Varia de maio a agosto, não acontecendo no dia de São Sebastião, comemorado em Janeiro. Entretanto, cada festeiro a realiza conforme a época mais propícia. Não há uma regra para o dia de realização da festa.

Hoje (2007), a festa de São Sebastião recebe centenas de pessoas por dia (cerca de 400 ou 500). Sofreu muitas modificações no final da década de 1970, à medida que as relações rural e urbano se estreitaram. Não é mais apenas os moradores da comunidade que participam. Durante a pesquisa de campo, foi possível perceber visitantes de Uberlândia (MG), Goiânia (GO) e Catalão. O Sr. Alex Camargo da Silva, engenheiro, 33 anos, residente em Goiânia, salientou que participou da festa no ano de 2006 e 2007. Foi convidado por amigos que moram em Catalão. E agora, faz questão de voltar e participar da festa nos momentos de "folga do trabalho". O que mais lhe chamou atenção na festa foram os leilões e as danças. Dona Maria do Carmo Santos e Silva, aposentada, 61 anos, contou que participa

[30] A comilança é um termo utilizado pelos próprios moradores para designar a alimentação. Geralmente, o festeiro abatiam bovinos, suínos, cuja carne era acompanhada de arroz, feijão, mandioca, dentre outros.

das festas nas comunidades rurais em Catalão há cerca de 50 anos sempre que pode, pois já morou em Catalão. Salientou que *muita coisa mudou, mas mesmo assim continua boa*.

A festa em louvor a São Sebastião é divida em dois momentos distintos: a partir das 19h é realizado o terço cantado e a adoração a São Sebastião. A partir das 21h, acontece o momento de lazer, com danças, leilões, alimentação, se estendendo pela madrugada toda. Quanto às mudanças acontecidas na festa ao longo dos anos, o Sr. João Zico comenta com tristeza o valor comercial que dão para a festa: *As festas antigamente não importava dinheiro [...]. Hoje importa muito dinheiro. Inclusive fiquei triste uma vez, que chegou alguns e falou: olha, vamos buscar essa procissão depressa para começar o leilão [...] anda depressa com o terço. Eu acho que em primeiro lugar seria a religiosidade né?* O entrevistado comentou que na realização da festa, *primeiro é a religiosidade e depois é resto. Às vezes peca-se por colocar o dinheiro acima da religiosidade.*

O terço cantado, realizado no primeiro momento da festa, existe desde a sua origem. O terço a São Sebastião é mais demorado do que para Nossa Senhora da Abadia, mas o começo é o mesmo. Um dos devotos começa oferecendo o terço: *Jesus Maria José, eu faço a cruz em alma minha, pondo o joelho na oração pra livrar nós da tentação do demônio. Fazei o sinal da Santa Cruz, livrai-nos Deus nosso Senhor dos nossos inimigos. Em nome do pai, do filho, do espírito santo, amém.* Feito isso, os demais devotos respondem cantando: *Senhor Deus, misericórdia, me dê misericórdia senhor*. E a música prossegue até terminar a reza de São Sebastião. Terminado o terço de São Sebastião, tem mais outro *pé de reza: Virgem Santíssima, o Pai Nosso cantado, a Ave Maria, a Salve Rainha cantada.* Parte do terço a São Sebastião é cantado em latim. No momento de adoração ao santo, não conseguimos entrar no Centro Comunitário, local onde se realiza o terço, pois é um espaço pequeno.

Nessa ocasião, percebemos que a maioria das pessoas que participavam do momento de adoração era apenas os moradores da comunidade, pois os participantes oriundos da cidade só chegavam para a parte de lazer da festa. Entre os participantes do terço, a grande maioria é constituída de pessoas idosas. Os mais jovens ficam do lado de fora e parecem não se importar com a parte religiosa. Na curiosidade em saber o significado de tudo que acontecia dentro do Centro Comunitário, recorremos a esses jovens. Esses, em sua maioria, têm de 13 a 22 anos, mas nenhum soube falar com propriedade os significados daquele universo misterioso e encantador. A nossa triste impressão é que, daqui a 20, 30 anos, tudo aquilo vai acabar.

Terminado o terço de São Sebastião, os devotos seguem em procissão ao Santo (Fotos 9 e 10). A procissão é cantada e obedece a um ritual centenário, que é preservado pelos mais velhos até os dias de hoje. Nesse ritual, quatro pessoas carregam o andor de São Sebastião, que é revezado, em média, a cada 10 minutos. Na frente do andor, seguem os festeiros, conduzindo a procissão e carregando o mastro com a imagem do Santo. Essa parte do ritual segue a passos lentos para que toda a reza seja cantada. A partir daí, dá-se uma volta no altar preparado para a imagem de São Sebastião e, logo depois, levanta-se o mastro e a fogueira em homenagem a São Sebastião é acendida (Foto 11).

Foto 9 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): festa em louvor a São Sebastião.
Autor: VENÂNCIO, M., jul. (2007).

Foto 10 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): festa em louvor a São Sebastião.
Autor: VENÂNCIO, M., jul. (2007).

Foto 11 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): festa em louvor a São Sebastião.
Autor: VENÂNCIO, M., jul. (2007).

Terminada a parte religiosa da festa, há um segundo momento: as danças e os leilões realizados na quadra de esportes, ao lado do Centro Comunitário. A quadra, na época da festa, é coberta com lona preta nas laterais e a cobertura superior é feita de folhas de buritis. A preparação da quadra é feita em regime de mutirão pelos membros da comunidade. A quadra, ou melhor, o ranchão é dividido em dois espaços. No primeiro, localizado geralmente ao fundo do ranchão, ficam as mesas com cadeiras, para os foliões descansarem depois da dança, beberem e se alimentarem. O acesso a esse local é restrito a quem paga as mesas. O segundo espaço do ranchão é destinado à dança. (Foto 12). Quando iniciam-se as danças e os leilões, as pessoas começam a chegar da cidade e de outras regiões rurais.

Foto 12 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): festa em louvor a São Sebastião.
Autor: VENÂNCIO, M., jul. (2007).

A parte de lazer da festa divide-se em dois momentos distintos. Geralmente, é meia hora de dança (o forró caipira) e mais 20 minutos, em média, de leilão. Nesse momento, a pista de dança é mesclada com a presença de velhos e de jovens e não há regra para a formação de casais. Misturam-se mulher com mulher, criança com adulto e homem com mulher. Os ritmos do forró caipira são variados a cada seleção de músicas.

A cada dez músicas, realizam-se os leilões. As prendas destinadas aos leilões são variadas e são doadas pelos próprios moradores da comunidade. Constituem-se de frango assado, pernil assado, bezerros, vinhos, salgados etc. e o preço varia muito. No dia do trabalho de campo, houve um momento em que um frango assado teve um lance inicial de R$15,00 e, depois de muita disputa, foi arrematado por R$80,00, valor bem superior ao frango, vendido no bar do ranchão entre R$10,00 e R$15,00. A maioria das pessoas que disputa as prendas é comerciante interessado em propaganda. Funciona mais ou menos assim:

20 reais eu tenho nesse frangão assado, 20 reais e o Lourival da churrascaria leva o frangão assado, 30 reais tenho da Maria do Supermercado e o Lourival da churrascaria não leva...[31]. E assim, a disputa, que geralmente concentra entre duas pessoas, se estende até o outro desistir. Toda a renda da festa é destinada, em parte, para a comunidade e outra para a igreja.

Por meio das falas dos moradores, percebemos que, mesmo diante de tantas transformações ocorridas na festa em questão, esta ainda é um elemento cultural de grande importância nos laços comunitários, pois na sua realização, manifestações como a religiosidade, o lazer e a união dos moradores, são mantidas vivas.

3.3. A festa do arroz: resultado de mais um ano de colheita

O arroz é parte da cultura centenária praticada entre os moradores da comunidade rural São Domingos. A festa do arroz iniciou-se há 20 anos na comunidade para festejar a colheita farta. Por isso, é realizada sempre após a colheita. De acordo com os depoentes, antes, a festa comemorava a boa colheita do arroz, pois havia muita produção. Hoje, poucos produtores cultivam-no, mas a festa ainda persiste como elemento de tradição da comunidade. Costa e Paula (2008), estudando a comunidade São Domingos, compreende que a festa do arroz ainda persiste como uma tradição inventada, pois seu simbolismo foi modificado em decorrência da mudança empregada no cultivo do grão em questão.

A festa do arroz ainda é realizada, mas somente com a participação de pessoas pertencentes à comunidade, salvas raríssimas exceções. Certo dia, chegamos a um membro da comunidade e perguntamos por que não fomos convidados para última festa do arroz, pois queríamos fotografar e conversar com as pessoas. Ele nos respondeu, dizendo que

[31] Os nomes são fictícios e utilizados apenas para ilustração.

nenhuma pessoa que não pertencesse à comunidade foi convidada, pois constataram que os eventos, onde iam pessoas de fora, estavam perdendo suas características originais.

Os custos da festa são divididos entre os moradores da comunidade. Cada produtor contribui com R$5,00, utilizados para a compra de bebidas. Quanto à alimentação, cada um doa um pouco do arroz produzido na propriedade e a carne bovina é dividida entre os participantes. Assim, consideramos a festa do arroz como mais um elemento da tradição em São Domingos que, mesmo com as transformações no seu simbolismo, ainda persiste.

3.4. **Os mutirões e as "treições"**: práticas de solidariedade na comunidade rural São Domingos

Os mutirões na comunidade rural São Domingos reforçam os argumentos sobre as relações comunais entre os agricultores familiares, apesar de tal prática ser bem menos na contemporaneidade. Essas práticas de solidariedade, de acordo com Dona Aucélia, Sr. João Sonoesce Neiva e Sr. João Zico, eram bem mais freqüentes há uns 20 ou 30 atrás e reuniam dezenas de pessoas. Cândido (1982), estudando os caipiras paulistas e as transformações que ocorreram nas últimas décadas em seus modos de vida ressaltou que o mutirão é um agrupamento territorial mais ou menos denso, cujos limites são traçados pelos próprios moradores em trabalhos de ajuda mútua. Na comunidade rural São Domingos o mutirão reunia velhos, crianças, jovens e mulheres, convocados pelo próprio beneficiário, que se encarregava de oferecer alimentação e uma festa no encerramento dos trabalhos.

Hoje, o mutirão acontece com pouca freqüência e reúne poucas pessoas, com idade acima de 30 anos. Não há remuneração em espécie alguma. Nesses encontros,

geralmente, o trabalho é “bater pasto”, “apartar o gado”[32], limpar chiqueiro, limpar o quintal e plantar a roça. Quem se encarrega desses serviços são os homens. As mulheres ficam encarregadas da cozinha, de tecer e outros serviços domésticos (Foto 13).

Foto 13 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): trabalho em regime de mutirão.

Autor: MENDONÇA, M. R. (2006).

Nesta direção, o mutirão só se realiza quando o fazendeiro está com o serviço atrasado. Para solucionar o problema, ele reúne pessoas da comunidade para o mutirão e oferece o almoço. Depois de um longo dia de trabalho, pode acontecer de um “pagode” ser oferecido como comemoração.

Outra forma de solidariedade encontrada na comunidade rural São Domingos, muito parecida com o mutirão, é a “treição” já destacada na Introdução. Essa forma de trabalho não é praticada na comunidade há muito tempo. Cândido (1982) afirma que essa prática significa uma surpresa, ou seja, os vizinhos, percebendo que um dos moradores

[32] “Bater pasto” e “apartar o gado” são termos utilizados pelos moradores. O primeiro se refere a limpar o quintal. O segundo se refere a separar as vacas dos bezerros para o retiro do leite no dia seguinte.

está sobrecarregado de trabalho, decidem ajudá-lo sem aviso prévio. Os serviços são os mesmos do mutirão. A diferença está na surpresa com que o beneficiário é pego. O fazendeiro é surpreendido com os vizinhos na porta de casa, soltando foguete e cantando. *Os vizinhos pegavam o fazendeiro e o levantava e fazia uma farra danada*, como relatou Sr. João Sonoesce. Geralmente, a esposa do fazendeiro fica sabendo, com antecedência, da surpresa. Assim, ela tem tempo para preparar os biscoitos, e abater os porcos. Os "traidores" trabalham o dia todo cantando. Geralmente, na "treição" e no mutirão, todos fazem o serviço juntos, pois não gostam de se separar.

As festas, os mutirões e as "treições" vêm se transformando com o tempo, à medida que se tornam menos freqüentes. Os depoentes de São Domingos disseram que, até a década de 1980, essas práticas eram muito comuns. *As roças eram cheias de jovens e os mutirões, as "treições" tinham muita gente. Dava por volta de umas 100 pessoas. Hoje dá umas 10 ou 15 e olha lá.* Hoje, a presença dos jovens é cada vez menor.

Mesquita (1993), ao estudar a modernização da agricultura no Chapadão, no município de Catalão, ressaltou o papel da grande lavoura no rompimento dos laços tradicionais do campesinato no município de Catalão. Nessa perspectiva, a grande lavoura se insere em um discurso maior sobre as transformações ocorridas no campo e sobre o campesinato. Dessa forma, acrescentamos às reflexões da autora que as mudanças de hábitos da sociedade moderna deram um novo ritmo à vida das pessoas, principalmente dos mais jovens, que buscam nos centros urbanos alternativas de vida como o lazer, trabalho, escola. Nesse sentido, acreditamos que as transformações no campesinato tradicional é inevitável, pois o campo também se circunscreve dentro do movimento socioespacial.

3.5. Terra, trabalho e família: a produção do território na comunidade rural São Domingos

O território da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos, além de ser um lugar de construção de símbolos e identidades culturais verificados através de festas, relações de parentesco e vizinhança, representa um valor patrimonial, uma vez que o agricultor assegura sua sobrevivência através da produção agrícola. Isso significa dias de labor com a terra para a produção de alimentos, garantindo a subsistência da família e a captação de dinheiro para garantir as necessidades básicas, como vestuário, alimentos não produzidos na propriedade, pagamento de impostos, compra de automóveis, manutenção dos filhos na cidade, dentre outros. Conforme as reflexões de Raffestin (1980), o território é um produto e meio de produção que o sujeito apropria e atribui-lhe fonte de sobrevivência. Dessa forma, concordamos com Fernandes (2006, p. 29), quando afirma que "os territórios são espaços geográficos e políticos, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento."

Nessa linha de análise, a agricultura familiar na comunidade rural São Domingos apresenta heterogeneidades no que tange aos recursos técnicos, tamanho da propriedade e da família, número e diversificação da força de trabalho, produção de alimentos e gerenciamento da propriedade, recursos financeiros e organização política. No geral, essas propriedades se definem pela gestão e predominância do trabalho familiar, e pelo baixo nível tecnológico, conforme a definição de Lamarche (1993). Grande parte dos agricultores diversifica sua atividade agrícola e assegura uma participação econômica no município de Catalão por meio da produção de alimentos, que são vendidos nas feiras e mercados locais e regionais, além de manter parte da família ocupada no serviço agrícola.

Apesar da importância econômica e cultural que a comunidade rural São Domingos assume dentro do município de Catalão e região, esse grupo de produtores vem

atravessando sérias dificuldades para produzir e conseguir assegurar seus filhos na propriedade. Essas adversidades se justificam através das políticas dominantes que o Brasil adotou para o meio rural. As políticas de modernização do meio rural, a partir da década de 1960, garantiram os privilégios de grandes empresários rurais, ficando a agricultura familiar às margens do processo.

Nesse contexto, o espaço agrário do município de Catalão passou por grandes transformações socioespaciais, principalmente a partir da década de 1980, mediante a modernização da agricultura. Tal modernização assegurou o abastecimento, principalmente, do mercado externo com a produção das supersafras de grãos, sendo isso subsidiada pelo Estado (MESQUITA, 1993; MENDONÇA, 2004; MATOS, 2005; MENDES, 2005). Já a agricultura familiar do município, responsável por parte do abastecimento do mercado alimentício local/regional, principalmente com hortaliças, frutas e leite, foi excluída desse processo. O pensamento de Mendes (2005), referindo-se à produção agrícola no município de Catalão, reforça esses argumentos:

> diante da heterogeneidade socioeconômica apresentada pela agricultura local/regional constata-se a existência de realidades distintas submetidas a um mesmo processo de desenvolvimento – a uma política agrícola. De um lado, o plano de desenvolvimento do setor rural, a chamada modernização da agricultura, apresentou políticas agrícolas e agrárias que favorecem os grandes empreendimentos rurais, o setor chamado moderno. A produção desse setor, geralmente possui mercado – interno e externo – garantindo preços que assegura o lucro médio, enquanto os pequenos produtores são relegados a produção de alimentos básicos [arroz, feijão, milho, mandioca...], caracterizando o setor denominado tradicional ou pouco modernizado. Essas unidades produtivas apresentam baixa produção/produtividade – comparadas aos empreendimentos essencialmente capitalizados -, uma vez que são pequenos produtores de subsistência que praticam a policultura e boa parte da produção é destinada ao consumo familiar. (MENDES, 2005, p. 184, acrescentes nossos).

Os produtores têm que produzir com recursos próprios, e às vezes, não conseguem nem assegurar a própria subsistência de sua família, sendo, aos poucos, desterritorializados e reterritorializados nas cidades em busca de uma condição econômica favorável. Mesmo enfrentando essas dificuldades, os produtores que permanecem na

comunidade São Domingos ainda resistem, diversificando a produção e também se organizando através de movimentos sociais como o MPA, associações e cooperativas na esperança de dias melhores. Nesse sentido, conforme salienta Lamarche (1993), esses agricultores familiares ainda resistem como uma categoria residual tradicional marcante na história do Brasil.

Como mostrado no gráfico 3, grande parte das propriedades na comunidade rural São Domingos foi adquirida através da compra ou por meio da herança. Enquanto herança, essas propriedades vêm sendo repassadas dos pais para os filhos. Trata-se de uma questão cultural que garante a reprodução da agricultura familiar, como salientaram Woortmann (1995) e Wanderley (2001).

De acordo com Mendes (2005), a prática da aquisição de propriedades via herança resultou na espoliação da pequena propriedade, pois diminuiu a área de produção. Essa realidade é percebida nos depoimentos dos moradores mais antigos da comunidade. De acordo com os depoentes, referindo-se às famílias mais tradicionais da comunidade, cada proprietário tinha 120, 150, 200 e até 400 hectares. Hoje, a estrutura fundiária na comunidade é bem menor, resultado das transformações ocorridas, e varia muito de tamanho quando comparada uma propriedade com outra, como já destacado no gráfico 4.

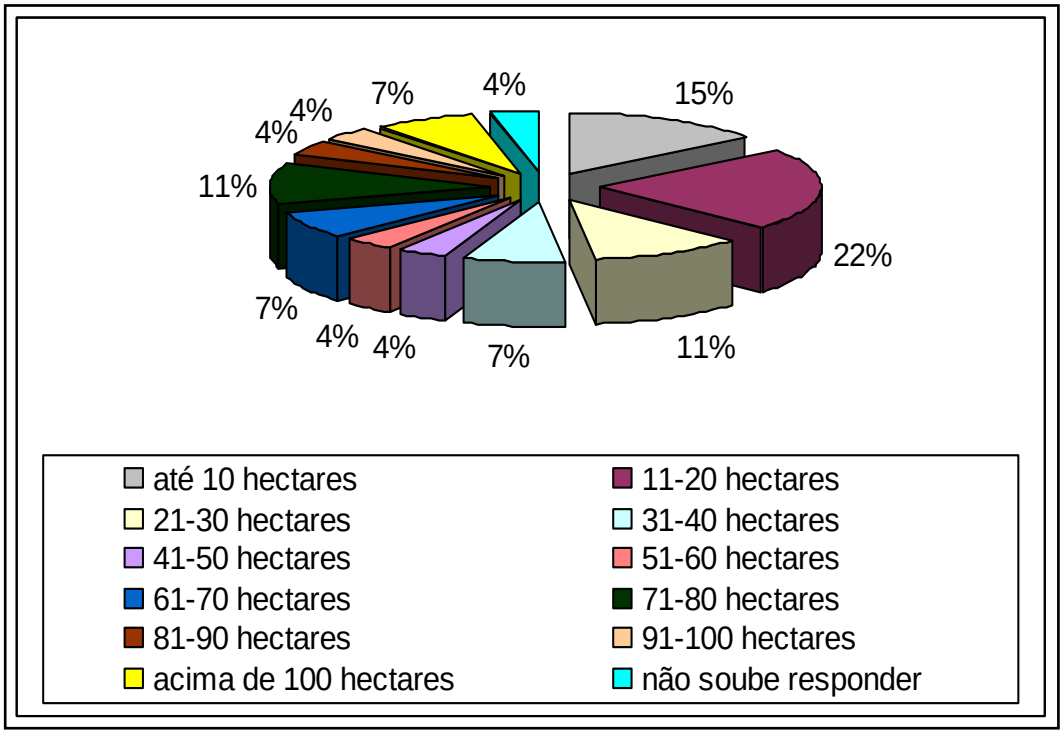


Gráfico 4 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): distribuição das propriedades por área (ha).
Fonte: Pesquisa de campo, 2006 e 2007. Org.: VENÂNCIO, M. (2007).

Na amostra coletada, percebemos que as propriedades até 10 hectares somam-se 15% (um total de 4 propriedade da amostra); nas propriedades de 11 a 20 hectares somam-se 22% (6 propriedades), representando um percentual maior na amostra coletada. Já as propriedades entre 21 e 30 hectares e 71 e 80 hectares têm 11% da amostra (3 propriedades cada uma). As que ficam entre 31 e 40, 61 e 70 hectares e as com mais de 100 hectares somam-se 7% da amostra (2 propriedades cada uma). Entre as propriedade de 41 a 50, 51 a 60, 81 a 90 e 91 a 100 hectares, somam-se 4% total da amostra (1 propriedade cada). Apenas um produtor não soube ou não quis responder o tamanho da propriedade (4% do total da amostra). A mão-de-obra utilizada nas propriedades é predominantemente familiar. Há alguns casos em que recorre-se a trabalhadores externos (Gráfico 5).

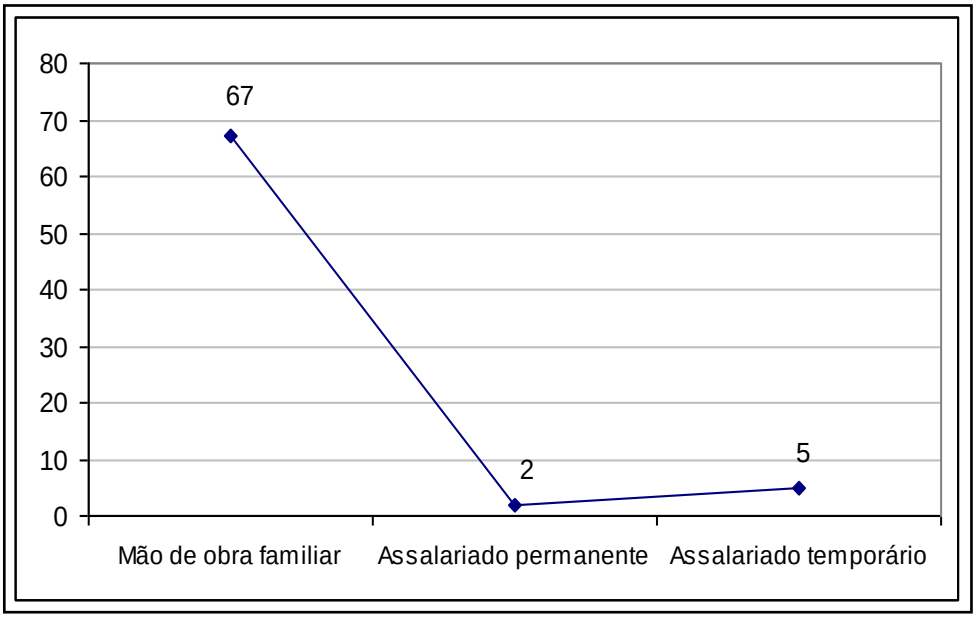


Gráfico 5 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): dados sobre a força de trabalho.
Fonte: Pesquisa de campo, 2006 e 2007. Org.: VENÂNCIO, M. (2007).

Conforme a amostra coletada, a maior parte da força de trabalho utilizada nas propriedades é familiar. De acordo com os dados, isso representa 67 pessoas ocupadas na atividade agrícola. Realizam todos os serviços, como ordenha de vacas, capina de quintal, trato de animais, plantações, colheitas, dentre outros. Às mulheres, cabem os serviços que exigem menos esforços físicos, como cuidar da casa, cuidar dos animais, fabricar queijo e farinha. Mas, há casos em que as mulheres fazem os mesmos serviços dos homens, conforme verificado em uma propriedade visitada.

Os produtores também recorrem à mão-de-obra contratada para ajudar no plantio ou outros serviços como feitura de cercas, colheita e na limpeza de pasto. Quanto aos trabalhadores permanentes, somam-se 2 pessoas na amostra, enquanto aos temporários, somam-se 5 pessoas. Os temporários são contratados, principalmente, na época da colheita da soja, do tomate e da melancia. Sobre o fato dos agricultores familiares utilizarem trabalhadores temporários, Wanderley (2001) afirma que a contratação de trabalhadores permite ao produtor aumentar sua capacidade produtiva. Assim, o fato de esses produtores buscarem mão-de-obra externa à comunidade não o transforma em empresário capitalista,

pois essa utilização é limitada, sendo que o salário pago aos trabalhadores significa redução na renda familiar.

Quanto à produção econômica, os produtores da comunidade São Domingos conciliam a atividade leiteira com a agricultura comercial, sendo que a produção do leite é verificada em 20 propriedades da amostra coletada. Quanto à agricultura, é praticada em todas as propriedades visitadas, sendo que os principais produtos destinados ao mercado é o tomate, a melancia e a soja. Produtos como o milho, a cana-de-açúcar, o arroz, as hortaliças e as frutas são para o consumo no estabelecimento familiar, sendo o excedente comercializado. Com relação à produção agrícola/pecuária, a amostra coletada mostrou os seguintes dados organizados no gráfico 6.

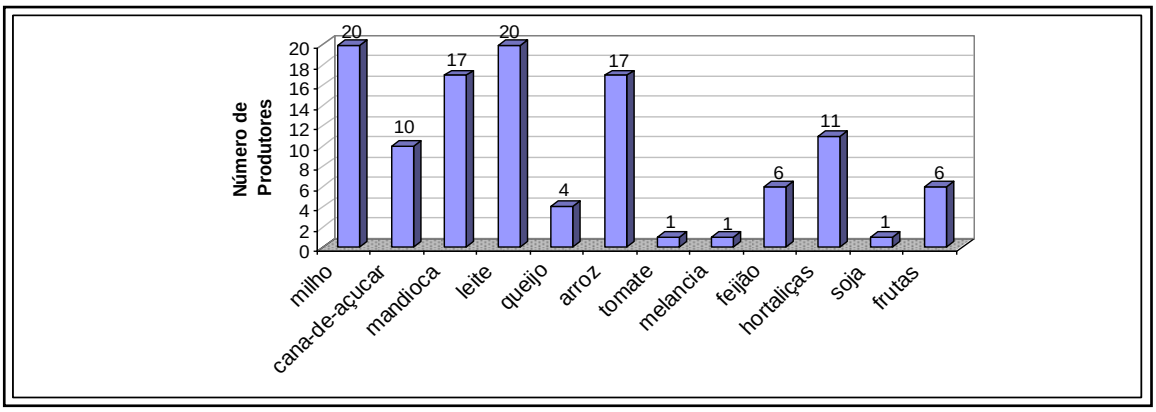


Gráfico 6 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): produção por número de agricultores.
Fonte: Pesquisa de campo, 2006 e 2007. Org.: VENÂNCIO, M. (2007).

A produção em São Domingos se concentra no leite (20 produtores), no milho (20 produtores), na mandioca (17 produtores), no arroz (17 produtores), nas hortaliças (11 produtores), na cana-de-açúcar (10 produtores), no feijão e frutas (6 produtores cada uma), no tomate, na soja e na melancia (1 produtor para cada um).

O cultivo de milho é voltado, na sua maioria, para ser transformado em silagem, utilizada na alimentação do gado nos períodos de seca. Uma outra parte é destinada à subsistência familiar, principalmente no fabrico da pamonha e do mingau (curau), práticas

muito comuns nas comunidades rurais da região. A partir do ano de 2005, alguns pequenos produtores de São Domingos começaram a dedicar parte de suas terras à produção de sementes Crioulas, que agora é comercializado, como veremos mais adiante.

A cana-de-açúcar, em sua maioria é utilizada na alimentação do gado e no fabrico da garapa e do açúcar mascavo, destinado exclusivamente, para o consumo familiar. Com raras exceções, distribuem com os vizinhos e parentes, ou vendem, diretamente, para os consumidores na cidade. A mandioca é voltada para o consumo e fabricação de farinha e de polvilho, produtos vendidos nas feiras e em pequenos mercados. Também é usada na fabricação de quitandas, que são comercializadas nas feiras. O arroz, o feijão, as hortaliças e as frutas são produzidos para o consumo na propriedade, sendo a parte excedente vendidas em feiras e frutarias. As frutas servem também para a fabricação de doces, que são comercializados.

Ainda para o consumo familiar, existem outros produtos que são obtidos em pequenas quantidades, como o café, voltado exclusivamente para o estabelecimento familiar. Da amostra coletada três produtores disseram que plantam o café e 16 produtores alegaram criar suínos e galináceos, destinados apenas para o consumo familiar. Nas propriedades visitadas, é muito comum vermos nas prateleiras os vasilhames cheios de ovos, voltados para a alimentação e fabricação de biscoitos. A carne suína também está presente na alimentação das famílias todos os dias. No momento da entrevista, foi possível perceber a fartura de carne de suínos no almoço e no jantar. A banha de porco é aproveitada como substituição do óleo de soja na cozinha. De acordo com as esposas de alguns produtores, o óleo de soja é utilizado apenas nas saladas e, às vezes, para as frituras.

A produção da soja, do tomate e da melancia é destinada principalmente à comercialização. A soja, que é produzida em 65 hectares anualmente, é vendida para as empresas Caramuru e Cargil, sendo exportada para São Paulo. De acordo com o produtor, a

opção por produzir a soja consiste no fato de apresentar menos riscos de perdas e o comércio é garantido. Chega a colher 4000 sacas de soja/ano. Quanto à melancia e ao tomate, são produzidos 4 hectares/ano de cada um. Esses produtos são vendidos em frutarias do município de Catalão e na CEASA, de Uberlândia. O produtor salientou que a comercialização desses produtos é fácil, mas o preço alcançado (que é imposto pela CEASA), praticamente, não compensa os gastos e o trabalho. Reforçou, ainda, que o tomate (Foto 14) varia muito de preço, pois há ano em que não se consegue R$6,00 na caixa, enquanto em outras épocas (com raras exceções), atinge-se até R$10,00 na caixa.

Foto 14 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): cultivo do tomate de mesa.
Autor: VENÂNCIO, M., ago. (2006).

No tocante à produção do leite - a principal fonte de renda da maioria dos pequenos produtores de São Domingos – tem-se que tal produto é voltado para a comercialização, ao uso no estabelecimento familiar e à fabricação de queijo para o consumo e comercialização. O destino de leite por produtores está organizado na tabela 2.

Tabela 2 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): destino do leite, por quantidade de produtores.

Destino do leite	Quantidade
Consumo próprio	**4**
Venda	**16**
Queijo	**2**
Não produz	**5**
Total de produtores	**27**

Fonte: Pesquisa de campo, 2006 e 2007.
Org.: VENÂNCIO, M. (2007).

De acordo com a tabela 2, os pequenos produtores que utilizam o leite para o consumo da família são aqueles que têm outras fontes de renda. É o caso do produtor de soja, por exemplo. Esses produtores possuem, em média, de 5 a 6 cabeças de gado e representam 4 produtores da amostra coletada. Outros 16 produtores disseram vender o leite que é produzido e o número de cabeças de gado varia de 10 a 52 cabeças. Esse leite é entregue na Cooperativa Agropecuária de Catalão (COACAL) que, de acordo com Mendes (2005), cerca da metade é beneficiado (queijo, manteiga, doces, entre outros), exportando um percentual para Brasília (DF) e São Paulo (SP). O preço declarado por litro de leite variou de R$0,57 a R$0,80. O preço do leite varia de acordo com a produção. Quanto mais o produtor ultrapassa a sua cota de entrega (que é imposta pela COACAL), menos recebe pelo litro.

O valor que os produtores de São Domingos recebem pelo litro de leite está entre os maiores pagos pela cooperativa, pois a Associação dos Mini e Pequenos Produtores possui o tanque de resfriamento, que agrega valor ao produto. Os pequenos produtores que comercializam o leite se mostraram insatisfeitos com o valor recebido, pois esse não cobre os gastos com a criação do rebanho (manutenção do pasto, vacinas, alimentação) e o trabalho. Mendes (2005), referindo-se a produção do leite no município de Catalão, discute que

> a produção de leite tem gerado uma série de discussão em função do nível do produtor. Acredita-se que vão se manter na atividade os produtores mais profissionalizados. A tendência é que os pequenos produtores abandonem gradativamente a atividade à medida que eles encontrem uma nova

> alternativa ou não consigam mais sustentar a baixa remuneração do trabalho. (MENDES, 2005, p. 2005).

Outro segmento, que representa 2 produtores na amostra, disse fabricar o queijo de minas e possui de 16 a 21 cabeças de gado. A opção por essa atividade justifica-se no baixo preço do leite, além de que o queijo, geralmente, tem compradores garantidos. Em geral, consegue-se R$5,00 por peça. Um dos maiores problemas enfrentados nessa atividade reside nas normas sanitárias, pois a maioria desses queijos era entregue nos supermercados. O fato de esses produtores não se enquadrarem nas exigências de comercialização e fabricação impostas pela Secretaria de Saúde impede-os de entregar a produção nesses estabelecimentos.

Nesse sentido, grande parte desses queijos é entregue em frutarias, biscoitarias e consumidores diretos. Outra parte é consumida no próprio estabelecimento familiar para a fabricação de quitandas. Outros 5 produtores disseram não produzir o leite. Preferem se dedicar a outras atividades mais rentáveis. Os produtores de leite utilizam a mão-de-obra familiar, pois, dada a baixa produção e o preço pago pelo litro de leite, torna-se inviável a contratação de trabalhadores externos.

A renda alcançada pelos pequenos produtores varia muito de produtor para produtor, conforme a tabela 3. Vale ressaltar que essa renda é parcial, pois, nas entrevistas, os produtores pareciam não ter domínio dos ganhos ou não queriam responder com exatidão. Quanto questionados sobre a renda mensal, sempre diziam: *Ah, deve ser uns dois salários.* No caso de alguns produtores, acreditamos que os rendimentos eram bem maiores do que declaravam, dada a produção diversificada na propriedade.

A renda maior dos produtores fica em torno de 1 a 2 salários mínimos[33], representando 18 na amostra. São aqueles que têm no leite a principal fonte de renda, e/ou comercializam alguns produtos nas feiras do município. Os produtores que procuram

[33] O salário mínimo equivale a R$ 380,00 (outubro/2007), o que equivale a US$ 214.

diversificar sua atividade parecem conseguir uma renda maior, principalmente, aqueles que combinam a produção do leite com a cultura da melancia ou do tomate.

Tabela 3 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): renda aproximada dos agricultores.

Renda aproximada mensal	Quantidade
1-2 salários	18
3-4 salários	6
4-5 salários	0
Acima de 5 salários	3
Total de produtores	**27**

Fonte: Pesquisa de campo, 2006 e 2007.
Org.: VENÂNCIO, M. (2007).

Entre os agricultores que detêm um rendimento mais favorável, citam-se, por exemplo, aqueles que produzem soja. Esse percentual representa uma quantidade de 6 e 3 produtores com uma renda de 3 a 4 salários e acima de 5 salários, respectivamente. Tal grupo mantém uma relação mais íntima com o mercado. Uma fonte de ganhos que tem melhorado a renda familiar são os trabalhos não agrícolas, fora da propriedade. Na amostra coletada, verificou-se que, na maioria das famílias, existe um membro que presta serviços fora da propriedade, ou então é aposentado (Gráfico 7).

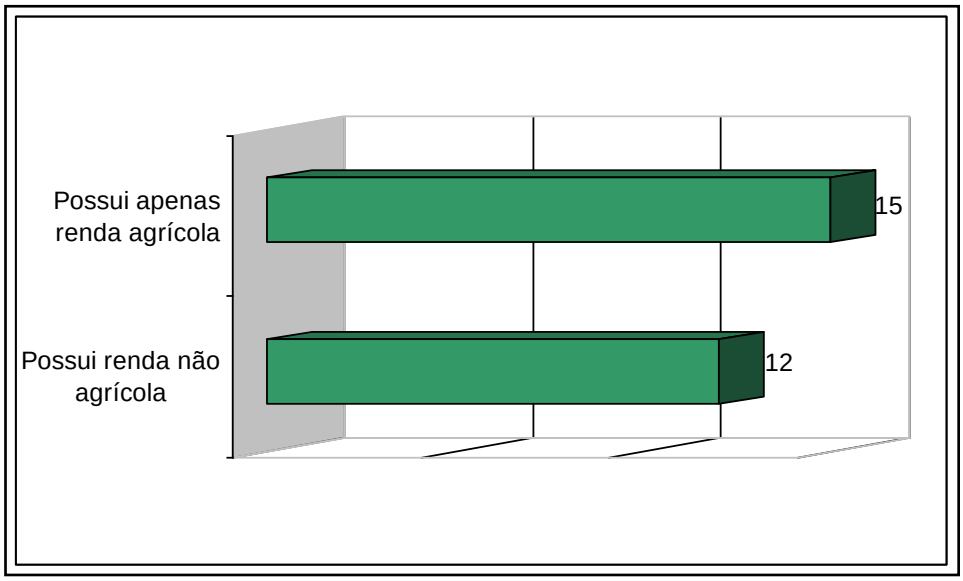


Gráfico 7 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): renda não agrícola.
Fonte: Pesquisa de campo, 2006 e 2007. Org.: VENÂNCIO, M. (2007).

Dentre os entrevistados, 12 responderam exercer outra atividade, fora da propriedade. Alguns, nos dias de folga, prestam serviços para os vizinhos, exercendo o trabalho de aragem, feitura de cercas, dentre outras atividades. Na amostra coletada, 9 alegaram fazer tais atividades. Aqueles que têm um nível maior de escolaridade exercem profissões urbanas no setor público e no magistério.

Há, também, aqueles produtores cujas esposas prestam serviço fora da propriedade. É o caso de uma professora e de uma merendeira que trabalham na Escola Municipal "Arminda Rosa de Mesquita". A primeira também trabalha em uma escola na rede urbana. Em todos os casos, os esposos têm como fonte de trabalho apenas o estabelecimento familiar. A aposentadoria tornou-se uma das principais fontes de renda não agrícola nas comunidades rurais.

No caso da amostra coletada, o número de aposentados representa 5 no total. Mendes (2005) frisou o papel que a aposentadoria assume nas comunidades rurais do município de Catalão, pois complementa a renda familiar. Nesse sentido, Wanderley (2001) acredita que o fato de o camponês prestar serviço fora da propriedade não representa, necessariamente, sua degradação. Pelo contrário. Constitui um fator positivo, uma vez que as famílias contam com recursos a mais que viabilizam as estratégias [renda adicional] de reprodução de gerações presentes e futuras.

Em relação à utilização de recursos tecnológicos, a amostra apresentou resultados relativamente baixos. Apesar disso, o uso da tecnologia tem assegurado o aumento da produtividade do trabalho em São Domingos. (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Dentre os recursos, estão os equipamentos de irrigação, maquinários (tratores, aradeiras...), sementes selecionadas, adubos, agrotóxicos e assistência técnica. Conforme o gráfico 8, a recorrência aos recursos tecnológicos é considerada baixa, quando relacionando o número de

propriedades. Aqueles que detêm algum tipo de equipamento adquiriram-no através dos rendimentos obtidos na produção.

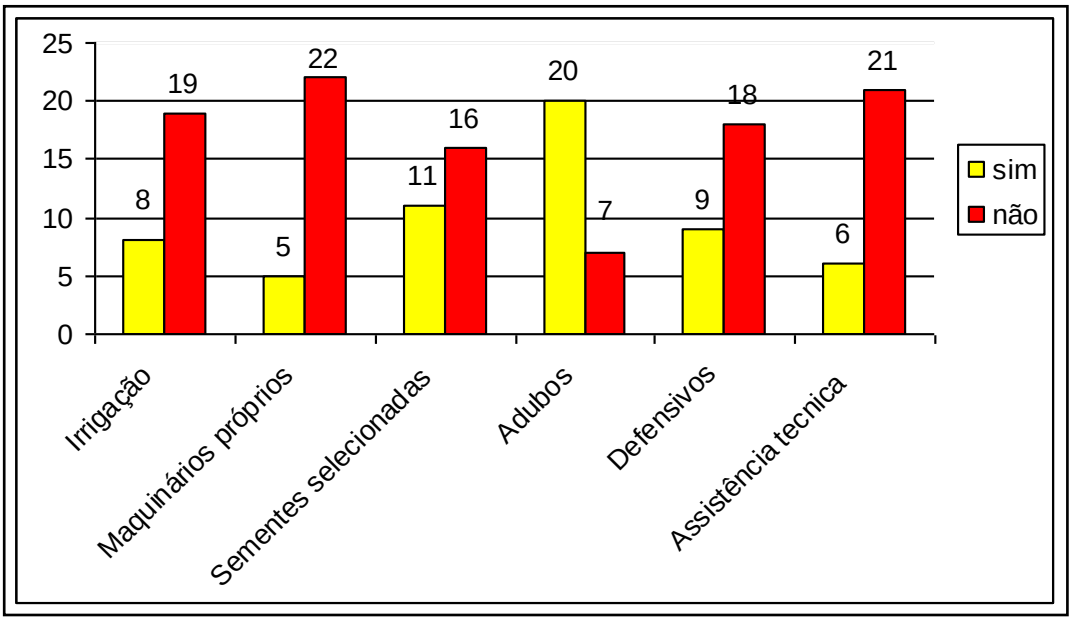


Gráfico 8 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): utilização de recursos tecnológicos nos estabelecimentos familiares.
Fonte: Pesquisa de campo, 2006 e 2007. Org.: VENÂNCIO, M. (2007).

Dos 27 produtores entrevistados, 8 possuem equipamentos de irrigação, sendo a irrigação por aspersão a mais utilizada[34]. De acordo com Mendes (2005), a irrigação por aspersão é inadequada para as comunidades rurais do município de Catalão, dada a distribuição irregular de água no perfil do solo. Quanto à utilização de maquinários 5 produtores possuem máquinas próprias. Os que não possuem recorrem aos maquinários cedidos pela Associação dos Mini e Pequenos Produtores de São Domingos ou terceirizam o serviço. Por outro lado, aqueles que utilizam os maquinários próprios são os plantadores de soja, melancia, tomate e milho.

Os agrotóxicos são utilizados por 9 produtores para o controle de pragas, como fungos. Esses agrotóxicos são aplicados de forma simples por bomba costal. Mendes

[34] A irrigação por aspersão, utilizada pela maioria dos agricultores, funciona através de uma bomba movida por óleo diesel.

(2005) discorreu sobre os problemas relacionados à aplicação dos agrotóxicos nas comunidades rurais.

> O uso de defensivos exige muito cuidado para seu manuseio, como equipamentos apropriados e um destino para as embalagens, evitando maiores agressões ao ambiente. O recolhimento das embalagens é de responsabilidade dos técnicos da Defesa Sanitária em conjunto com os fornecedores locais de defensivos. [...]. Os pequenos produtores adquirem alguns litros de defensivos, não tendo, portanto a preocupação de encaminhar os recipientes para os locais de origem. (MENDES, 2005, p. 218).

Salienta, ainda, que é comum encontrar embalagens ao ar livre, como também são constantes pequenos acidentes, como intoxicação. Os produtores não utilizam equipamentos apropriados, como camisas de manga longa, botas de plástico, luvas e máscaras. É, também, prática comum a correção do solo através da adubação, principalmente com Nitrogênio, Fósforo e Potássio (NPK) e o Sulfato de Amônia. Conforme a amostra, 20 produtores enquadram-se em tais práticas. De acordo com Mendes (2005), a adoção dessa prática é um investimento relativamente elevado que atende, parcialmente, às exigências de modernização do setor.

Em relação à assistência técnica, 6 produtores recorrem aos técnicos da Agenciarural, do MPA e das casas especializadas em produtos agrícolas. Os que não usufruem esses serviços disseram não precisar, pois sabem o básico para plantar. Já outros alegaram que a área de plantio é muito pequena, ou ainda não têm condições de contratar um técnico particular. O MPA assume um papel importante em relação à assistência técnica, pois alguns dos produtores recorrem aos profissionais do movimento.

Os produtores utilizam também as sementes selecionadas. Esses representam 11 produtores da amostra coletada, principalmente os produtores de soja e milho. Em relação ao milho, as sementes mais utilizadas são as crioulas[35]. Essa variedade passou a ser cultivada na comunidade a partir de 2005, como resultado de um projeto de extensão

[35] As variedades crioulas são aquelas que ainda não foram geneticamente modificadas.

financiado pelo CNPq e desenvolvido pela UFG/CAC, em parceria com o MPA e a Associação dos Mini e Pequenos Produtores de São Domingos. Tal projeto tem por objetivo resgatar e produzir sementes crioulas. E, juntamente, com a prática da agroecologia, construir uma nova forma de desenvolvimento para os produtores, através da valorização da biodiversidade, das relações de afetividade com a terra e do uso sustentável de recursos locais. De acordo com Mendonça (2007),

> o cultivo de sementes crioulas é adequado aos ambientes/subsistemas do Bioma Cerrado, pois são cultivos que não utilizam agrotóxicos e, ainda asseguram a autonomia (soberania alimentar) para os camponeses que passam a ter sementes guardadas/armazenadas, se livrando das tendências impostas pelos grandes conglomerados financeiros e industriais transnacionais. (MENDONÇA, 2007, p. 5).

De acordo com esse autor, nos anos de 2005 e 2006, cultivaram 71 hectares de milho por cerca de 60 famílias. Em comemoração à colheita farta, foi realizada, em 2006, no centro comunitário de São Domingos a I Pamonhada do Milho Crioulo do Sudeste Goiano (Fotos 15 e 16) Inclusive, tal evento foi veiculado a nível nacional, através do programa Globo Rural (Rede Globo de Televisão). De acordo com o MPA, o resgate de técnicas tradicionais e de materiais genéticos adaptados a determinadas regiões visa oferecer aos agricultores familiares uma alternativa em relação ao monopólio das sementes. A iniciativa procura, também, recuperar a cultura camponesa e restabelecer uma nova relação do produtor com a terra, com as manifestações étnicas e festejos, além de buscar uma valorização dos processos educacionais.

Foto 15 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): I Pamonhada do Sudeste Goiano.
Autor: VENÂNCIO, M., ago. (2006).

Foto 16 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): I Pamonhada do Sudeste Goiano.
Autor: VENÂNCIO, M., ago. (2006).

A partir desse projeto, foi criado, na comunidade rural São Domingos, um Banco de Sementes Crioulas (Foto 17) que, de acordo com Mendonça (2007), significa uma nova etapa para os agricultores, intensificando a produção, a conservação e a comercialização das sementes, subsidiando assim, a expansão do agrossistema orgânico na região. As sementes do Banco de Sementes são compradas pela Companhia Nacional de Abasteciemento (CONAB), garantindo a ampliação da renda dos agricultores. Essas sementes ainda são disponibilizadas gratuitamente a outras comunidades rurais.

Foto 17 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): Banco de Sementes Crioulas.
Autor: MENDONÇA, M. R. (2007).

Com isso, acreditamos que o território rural, para o agricultor familiar tem um valor material e (i)material. Por meio da produção agrícola, aplica-se um determinado valor resultante de meses e meses de trabalho familiar e, conseqüentemente, a principal fonte de captação de recursos para o sustento da família reside nessa produção. Nesse sentido, a

terra é demarcada por cercas e medidas que definem sua área para ser cultivada como propriedade.

3.6. Dinâmica territorial na comunidade rural São Domingos: a relação campo/rural-cidade/urbano

Apesar da demarcação do território, o produtor não fica preso ao seu mundo (a roça). Ele mantém uma rede de relações externas, através das igrejas, dos movimentos sociais, dos bancos, das universidades, das escolas, do comércio local, dentre outros. Nesse sentido, voltamos à idéia de Saquet (2006 e 2006b), quando afirma que compreender o campo/rural, por si mesmo, é compreendê-lo de maneira bastante limitada, pois esse mantém múltiplas relações com a cidade. Nessa abordagem, as discussões em torno da definição campo/rural e cidade/urbano têm gerado controvérsias entre vários estudiosos.

Veiga (2002) acredita que o Brasil é mais rural que urbano. Esse autor tece críticas à legislação vigente no Brasil no que se refere à caracterização rural/urbano, dada a constatação de problemas de caráter metodológico. Uma das maiores conseqüências atestadas por Veiga (2002) nessa legislação é a questão da liberação de recursos, pois é crescente o número de agricultores, pecuaristas, extrativistas, pescadores, populações indígenas e quilombolas que perdem o direito aos parcos benefícios dirigidos às populações rurais. Na visão do autor, esses problemas colocam o Brasil entre os países mais atrasados do mundo. Na legislação vigente, o rural e o urbano são definidos pela linha que separa o urbano do rural (perímetro urbano), sendo que interesses políticos e econômicos influem nessa demarcação. A proposta de Veiga (2002) tem sido criticada por alguns estudiosos, pois esse autor considera a densidade demográfica como o principal critério.

Há também autores, como Graziano da Silva (2001), que acreditam não existir diferenças entre o rural e urbano. Dessa forma, está cada vez mais difícil delimitar o que é urbano e o que é rural. Assim, acredita-se que a diferença entre um e outro não é o mais importante, pois o rural é um *continuun* do urbano do ponto de vista espacial. Considerando a organização econômica, as cidades não podem ser identificadas a partir da indústria, nem o campo a partir da agricultura e da pecuária.

Carneiro (2001) considera que, apesar da estreita relação rural/urbano nos últimos anos, o rural não perdeu as suas características. A autora critica as teses homogeneizadoras da urbanização, a partir da modernização da agricultura e da sociedade. Assim, para Carneiro (2001), o rural não perdeu suas características, mesmo com todos os processos de urbanização, pois, é cada vez mais comum, os citadinos voltarem ao campo, justamente por conta das características do rural e do lazer oferecido por esse espaço (intercomunicação de valores, símbolos e práticas pertencentes a universos culturais distintos).

Diante de várias controvérsias, não é objetivo desse tópico aprofundar nas teses sobre o rural e urbano, mas mostrar as relações diárias que os agricultores familiares da comunidade rural São Domingos mantêm com a cidade. Essas relações são políticas, econômicas e culturais. O campo e a cidade, para Saquet (2006), são feitos de edificações/obras, enquanto o rural e o urbano configuram-se nas relações sociais. Esses espaços relacionam-se reciprocamente, contêm aspectos específicos e formas de vida distintas. Dessa forma, o autor acredita que há complexidades e heterogeneidades entre os dois espaços, sendo essas diferenças territoriais. Assim,

> o que varia são os arranjos, as intensidades, as formas e os conteúdos, as velocidades. Um só pode ser compreendido em suas relações com o outro, pois um está no outro, só vem a ser pelo outro. O fundamental é mostrar e explicar as relações territoriais sem eliminar as peculiaridades de cada espaço. (SAQUET, 2006, p. 67).

Concordando com as reflexões do autor, na comunidade rural São Domingos, os agricultores mantêm múltiplas relações com a cidade, sendo que o primeiro espaço integra-se ao outro através da circulação de mercadorias. Os agricultores familiares geram, em suas propriedades, excedentes de produtos que são comercializados nas feiras e mercados locais do município de Catalão. Tais produtos são o milho, o leite, o arroz, o feijão, as hortaliças e as frutas. Há, também, aqueles que são produzidos exclusivamente para o mercado, como a soja, a melancia e o tomate, sendo que são entregues em centros urbanos como Uberlândia (MG) e São Paulo (SP).

A partir da renda advinda da comercialização de tais produtos, os agricultores adquirem bens de consumo como aparelhos eletrodomésticos, móveis, veículos, adubos, maquinários, alimentos, vestuários e calçados. Tudo isso é adquirido na cidade. É justo acrescentar que, por meio dessa renda, esses produtores conseguem sustentar seus filhos na cidade. Nas comunidades rurais, os filhos dos produtores concluem o Ensino Fundamental e complementam os estudos em escolas e universidades da cidade.

No tocante ao trabalho não agrícola, alguns produtores vão para a cidade e exercem profissões urbanas, como ressaltou Carneiro (2001). Essa questão, na comunidade rural São Domingos, é mais acentuada entre os filhos e as mulheres. Nos períodos de subocupação nas propriedades, dirigem-se às cidades, em busca de ganhos extras.

Nesse sentido, cabe ressaltar outra questão. Esses produtores estão, cada vez mais, conectados com as decisões do Estado que, dominado pelas esferas capitalistas, encarrega-se de regular a produção através da definição de políticas específicas para o setor. Dessa forma, tais decisões, que são estabelecidas na cidade, podem comprometê-los ou beneficiá-los. Esses agricultores familiares também se organizam em movimentos, cooperativas e sindicatos com estabelecimento na cidade. Como exemplo, o MPA, cujas organizações, articulações políticas e sedes fixam-se nas cidades.

Um caso que merece destaque é a luta dos produtores em busca de linha de crédito do PRONAF[36], em que o MPA interveio através da mobilização em frente ao Banco do Brasil, na cidade de Catalão (Foto 18).

Nessa linha de raciocínio, quando esses agricultores sentem prejudicados pelas decisões dos poderes constituídos, dirigem-se às cidades em busca dos seus direitos. Logo, também, é por meio do movimento, que esses agricultores mantêm relações com a cidade.

Foto 18 – Comunidade rural São Domingos, Catalão (GO): Manifestação do Movimento dos Pequenos Agricultores.
Autor: MENDONÇA, M. R. (2005).

Vale ressaltar que não são apenas os agricultores que recorrem à cidade. Afinal, as relações são múltiplas. De acordo com Carneiro (2001), diante das facilidades de

[36] Havia algumas liberações do PRONAF paradas no banco por motivos técnicos e políticos, conforme salientou o MPA. Em protesto, esses agricultores percorreram as ruas da cidade em cavalgadas e se reuniram em frente ao Banco do Brasil. A mobilização só foi encerrada quando o gerente negociou com o movimento a liberação desses recursos.

locomoção por meio dos transportes, as pessoas retornam ao campo, atraídas pelas manifestações culturais, lazer e descanso nos finais de semana. As festas rurais, por exemplo, tornaram-se importantes atrativos para os citadinos. A festa de São Sebastião, em São Domingos, recebe a população da cidade todos os ano. De acordo com depoentes, nas festas rurais, encontram-se mais moradores da cidade do que, propriamente da comunidade.

Nesse sentido, concluímos que esses dois espaços estão conectados, não se tratando, porém, de uma homogeneização urbana, pois cada um mantém suas características peculiares. Ao campo, remete-se a produção de alimentos. Esse caracteriza-se como um ambiente cultural rústico que atrai a população da cidade. À cidade, remete-se a circulação de mercadorias e o lugar de lazer que atrai, principalmente, os jovens que visam conseguir emprego e lazer.

Assim, a dinâmica territorial da agricultura familiar, na comunidade rural São Domingos, é constituída de forças políticas, econômicas e culturais. Os agricultores familiares, mesmo com todas as transformações ocorridas nas últimas décadas no espaço agrário, guardam alguns traços culturais que ainda resistem: a partir do trabalho desses agricultores que sai parte dos produtos que alimentam os moradores do município – leite, tomate, melancia, arroz, feijão, hortaliças, frutas etc. Por isso tudo que foi discutido aqui é consenso entre os estudiosos que o fortalecimento desses produtores contribui para a organização de uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em uma pesquisa científica, apesar do cuidado por parte do pesquisador, por mais que os caminhos a serem seguidos sejam bem traçados, os contratempos são inevitáveis. O retrato que temos da realidade é sempre parcial, sendo necessário dar continuidade a outras pesquisas, uma vez que essas comunidades rurais oferecem um amplo campo de investigação, tanto nos aspectos econômicos, quanto políticos e culturais. Nesse sentido, durante a pesquisa, tiramos algumas considerações.

As pesquisas acerca da agricultura familiar brasileira aumentaram na década de 1990, contribuindo para o debate sobre as problemáticas que permeiam essas unidades de produção. Essas pesquisas concordam entre si no que tange à importância desse segmento de produtores na produção de alimentos básicos que atendem as populações urbanas, no que se refere à preservação dos recursos naturais e à preservação do patrimônio sociocultural presentes em várias regiões rurais do país. Alguns estudiosos acreditam, também, que o fortalecimento desses produtores pode diminuir as desigualdades sociais e os conflitos presentes no campo.

As transformações ocorridas no meio rural brasileiro no Pós-guerra agravaram ainda mais a situação dos agricultores familiares. Os projetos pensados para esse setor não foram suficientes para resolver os problemas presentes no campo, mesmo porque, como constatamos no capítulo 2, no caso dos projetos de Desenvolvimento de Comunidades, as políticas são pensadas a partir de outras experiências realizadas em outros países, não considerando as especificidades culturais presentes no campesinato brasileiro. Isso acarretou a concentração de terras nas mãos de uma minoria e a expulsão de parte desses agricultores. Os maiores problemas continuam relacionados à produção e à comercialização dos produtos, gerando uma dificuldade cada vez maior para as famílias continuarem no campo.

No caso da agricultura familiar no município de Catalão, constatamos a importância do setor na produção de alimentos, como verduras, frutas, leite, arroz, feijão, que são entregues nos mercados locais e regionais. No entanto, esses produtores reproduzem-se marginalmente, pois as transformações ocorridas no espaço agrário catalano, a partir da década de 1980, beneficiaram apenas os grandes proprietários rurais, ficando a agricultura familiar carente de políticas públicas, gerando vários problemas no que concerne à produção de alimentos e manutenção das famílias no meio rural.

No caso da comunidade rural São Domingos, o maior problema enfrentado pelos agricultores reside na produção de alimentos, dado o alto investimento que o processo da produção exige e a questão dos preços alcançados pelos produtos. No caso do leite, por exemplo, os agricultores salientam que a maior dificuldade está no preço atingido pelo litro de leite, chegando, às vezes, não ser suficiente para cobrir as despesas das unidades familiares. Para obter uma renda maior, esses produtores diversificam a produção e, às vezes, exercem outras atividades urbanas. A aposentadoria, por exemplo, também se apresenta como uma fonte de renda alternativa na comunidade, em alguns casos, maior do que do que o preço alcançado na produção. Nesse sentido, para a resolução dessas questões, alguns problemas precisam ser superados:

a) Baixo nível técnico nas unidades familiares;
b) Baixo preço dos produtos, que é determinado pelo mercado;
c) Falta de projetos de inclusão social (saúde, educação e lazer...);
d) Qualidade e regularidade no processo produtivo;
e) Falta ou carência de políticas públicas voltadas para o segmento da agricultura familiar;
f) Altos preços dos produtos industrializados (insumos agrícolas, maquinários...);

g) Falta de acesso à informação (preços, produção, mercado).

h) Falta de assistência técnica;

i) Baixo nível de instrução do agricultor.

Assim, é necessária uma valorização dos recursos territoriais (políticos, econômicos, culturais) desses agricultores, considerando suas potencialidades, para que os mesmos sejam envolvidos e não sujeitados. Para tanto, acreditamos na necessidade de políticas públicas com altos investimentos, não apenas no processo produtivo, mas também em educação, saúde, lazer. Que esses produtores sejam *sujeitos de si mesmo*s, capazes de controlar sua produção, sua venda e consumo. Um desafio, nesse caso, é assegurar um rendimento suficiente para que os produtores consigam manter os filhos na propriedade.

Alguns estudiosos apontam dois caminhos para a agricultura familiar: ou os agricultores familiares se modernizem ou eles serão extintos. No caso da comunidade rural São Domingos, percebemos, entre os moradores, uma grande força de vontade para mudar, criar alternativas de sobrevivência, mas muitos precisam de auxílio, tanto no processo produtivo quanto na comercialização. Muitos produtores lutam e trabalham diariamente, de baixo de chuva ou de sol, fazendo do seu lugar um *território de esperança*, em busca de dias melhores.

Há que ressaltar a importância da organização política dos produtores, através dos Movimentos Sociais, na busca por melhores condições de vida, por respeito e dignidade. Porém, merece ressalva a necessidade de os próprios agricultores decidirem os rumos de suas decisões no interior do movimento. Estamos falando de uma espécie de liderança que seja do próprio lugar. Enfim, com a palavra luta e muito trabalho, outra realidade será possível.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** 2. ed. São Paulo: editora da UNICAMP, 1992.

_____. Agricultura familiar e capitalismo no campo. In: STÉDILE, J. P. **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 94-104.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

ANDRADE, M. C. de. **Poder político e produção do espaço.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1984. (Série Estudos e Pesquisas, 30).

ANTUNES, C. **A grande jogada:** manual construtivista de como estudar. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BAUMAN, Z. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Tradução de P. Dentizien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BLUME, R. Ruralidade e território: a evolução de uma problemática de pesquisa. In: _____. **Território e ruralidade:** a desmistificação do fim do rural. 182 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. p. 28-53.

BUBER, M. **Sobre comunidade.** Seleção e tradução de M. Dascal; O. Zimmermann. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987 (Debates, 203).

BUENO, E. de P. **A segregação sócio-espacial:** a (re)produção de espaços em Catalão (GO). 2000. 210 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

_____. **Dinâmica demográfica e a conformação sócio-espacial de Catalão (GO):** uma análise dos níveis de desenvolvimento humano entre 1970 e 2000. 2006. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

CARNEIRO, M. J. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade (versão preliminar). **II Seminário sobre o rural brasileiro:** a dinâmica das atividades agrícolas e não agrícolas no novo rural brasileiro. Campinas: NEA/UNICAMP, 2001. p. 1-16.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudos sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998.

CANDIOTTO, L. Z. P. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na Geografia. In: RIBAS, A. D.; SPÓSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.) **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. 2. ed. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 67-86.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHAUL, N. F. História política de Catalão. **Ciências Humanas em Revista,** Goiânia, v. 5, n. 2, p. 41-54, jul./dez., 1994.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina.** Tradução de R. M. Rússovich. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CLAVAL, P. **Geografia cultural.** Tradução de L. F. Pimenta; M. C. A. Pimenta. Florianópolis: UFSC, 1999.

CORBUCCI, R. Agricultura familiar e crise: quadro contemporâneo. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA – APIPSA, 5., 1995, Goiânia. **Anais...** Goiânia: APIPSA, UFG, 1995. p. 39-43.

COSTA, I. da S.; PAULA, G. P. de. **Trabalho, festa e religiosidade na comunidade São Domingos em Catalão (GO).** UFG/CaC, 2008 (mimeo).

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Desterritorialização: In: _____. **Mil Platôs.** Rio de Janeiro: Ed. 34. 1993, v. 5. p. 124-131.

DEUS, J. B de. **O Sudeste Goiano:** as transformações territoriais da desconcentração industrial brasileira. 2002. 364 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Uniersidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

D'INCAO, M. C. O tema, o método e o universo teórico de referência. In: _____. **O "bóias" fria:** acumulação e miséria. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 17-31.

_____. A pesquisa. In: D'INCAO, M. C. **O "bóias" fria:** acumulação e miséria. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 32-35.

EMATER. **O homem e a terra:** história da extensão rural – 1976 a 1985. Paraná. v. 3. set./dez., 2005.

FAO/INCRA, **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável:** resumo do relatório final do projeto UTF/BRA/036. 2. versão, 1996.

FERREIRA, I. M. **As relações morfopedológicas em formação superficiais de cimeira**. O exemplo do Complexo Dômico de Catalão-GO. 1993. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

_____. O afogar das veredas: uma análise comparativa espacial e temporal das veredas do Chapadão de Catalão (GO). 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999.

FERNANDES, B. M. A questão agrária no limiar do século XXI. In: _____. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001. p. 19-41.

FERNANDES, B. M. Os da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa:** questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39.

FRANCIS, D. G.; GONÇALVES, R.; PESSÔA, V. L. S. **Comunicação profissional**: o ensino, a extensão e a pesquisa como práticas de construção do conhecimento. Uberlândia: UNIMINAS, 2004. 122 p.

GARCIA, O. C.; SCARAMAL, E. Saber e cultura na família rural. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA – APIPSA, 5., 1995, Goiânia. **Anais...** Goiânia: APIPSA, UFG, 1995. p. 110-120.

GARCIA JUNIOR, A. R. Introdução. In: _____. **Terra de trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 9-18. (Coleção estudos sobre o Noroeste, v. 8).

GARCINDO, L.; MENDONÇA, M. R. Geografia, trabalho e sementes crioulas: o (re)desenho da produção camponesa em Catalão. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA - EREGEO, X., 2007, Catalão. **Anais...** Catalão: UFG/CaC, 2007. CD-ROM.

GRAZIANO DA SILVA, J. As novas atividades no meio rural. In: _____. **O novo rural brasileiro.** 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2002. cap. 4, p. 90-100. (Coleção Pesquisas).

_____. Uma década perversa: as políticas agrícolas e agrárias nos anos 80. In: GRAZIANO DA SILVA, J.. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998, cap. 4, p. 105-149.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: UFRGS, 1999.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

_____. **A crise agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUSSON, M. C. **Caracterização do uso do solo na bacia hidrográfica do Ribeirão São Domingos:** município de Catalão (GO). 2007. 44 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2007.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEIDRICH, A. L. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A. D.; SPÓSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.) **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. 2. ed. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 37-66.

HESPANHOL, R. A. M. **Produção familiar:** perspectiva de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente. 354 f. (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

KATRIB, C. M. I. **Nos mistérios do rosário:** as múltiplas vivências da festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário em Catalão (GO), (1936-2003). 203 f. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980 (Coleção Proposta Universitária).

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar:** comparação internacional. Tradução de A. M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993, v. 1 (Coleção Repertórios).

LÊNIN, V. I. **Desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 3. ed. Tradução de J. Paulo Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LIMA, I. A. Extensão rural e desenvolvimento rural no Brasil. In: _____. **A extensão rural e a produção do conhecimento:** a fundamentação científica dos planos municipais de Desenvolvimento Rural do Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) no Estado de São Paulo. 2001, 142 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p. 7-33.

LIMA, V. B. de. **Os caminhos da urbanização/mineração em Goiás:** o estudo de Catalão (1970-2000). 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2000. 108 p. (Trilhas).

MALDONATO, M. Não sabemos que não sabemos. **Scientific American Brasil,** São Paulo, n. 21, p. 32-37, fev. 2004.

MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura familiar na realidade brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Org.). **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 135-152.

MARX, K. Mercadoria e moeda. In: _____**O capital:** extratos por Paul Lafargue. Tradução de A. Bastos. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004. p. 37-71.

MATOS, P. F. de. **O meio técnico-científico-informacional e a (re)organização do espaço agrário em Catalão (GO):** 1980-2004. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U. de.; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004. p. 145-156.

MARTINS, J. S. **O cativeiro da terra.** 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1976.

MELO, L. A. de. Injustiças de gêneros: o trabalho da mulher na agricultura familiar. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XIII, 2002, Ouro Preto: UFOP, 2002. Disponível em: http://www.abep.org.br. Acesso em: Janeiro de 2008. p. 1-14.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás:** as comunidades rurais no município de Catalão (GO). 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

_____. **A produção familiar em Catalão (GO):** a Comunidade Coqueiro. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

MENDES, E. de P. P.; CLEPS JUNIOR, J. As transformações socioespaciais de Goiás: a incorporação de Goiás ao processo produtivo nacional (do século XVIII ao XX). **Espaço em Revista,** Catalão, v. 7/8, n. 1, p. 33-51, jan./dez. 2005/2006.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

_____. **A questão regional e o campesinato:** a alhicultura em Catalão (GO). 233 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.

_____. Urbanização e industrialização no Brasil: o exemplo de Goiás. **Espaço em Revista,** Catalão, v. 7/8, n. 1, p. 17-31, jan./dez. 2005/2006.

_____. Experiências agroecológicas no cerrado de Goiás: o cultivo de sementes crioulas como estratégia de reprodução camponesa. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA - EREGEO, X., 2007, Catalão. **Anais...** Catalão: UFG/CaC, 2007. CD-ROM.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas.** Tradução de M. J. da S. Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MESQUITA, H. A. de. **Modernização da Agricultura:** um caso em Catalão (GO), 180 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1993.

MESQUITA, H. A. de. Espacialidade/oralidade: uma leitura do espaço modernizado feita a partir dos recursos da história oral. **Espaço em revista,** Catalão, v. 1, n. 1. jan/dez. 1996.

MOYA, G. L. C. **Subsídios à regionalização e classificação funcional das cidades**: o caso de Catalão-GO. 2000. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2000.

MOURA, M. M. O projeto de pesquisa. In: _____. **Os herdeiros da terra:** parentesco e herança numa área rural. São Paulo: HUCITEC, 1978. p. 1-14

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.

_____. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: In: STÉDILE, J. P. **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 45-67.

OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2004.

PESSÔA, V. L. S. Alternativas econômicas para a agricultura familiar: uma reflexão sobre as "novas" atividades (agrícolas e não agrícolas). In: MENEZES, A. V. C. de et al. (Org.). **Organização e dinâmica do espaço agrário regional.** São Cristóvão: NPGEO, UFS, 2003. p. 111-124.

_____. A agricultura familiar e as estratégias de sobrevivência na virada do milênio. **Espaço em Revista,** Catalão, v. 2, n. 2, p. 36-41, set. 1999.

_____. **Ação do estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba-MG**. 1988. 237 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1988.

_____. **Fundamentos de metodologia científica para elaboração de trabalhos acadêmicos:** material para fins didáticos. Uberlândia: UFU, 2007.130 p. Apostila.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1962.

PEDROSA, L. E. **A apropriação do relevo urbano e suas implicações sócio-ambientais:** um estudo de caso em Catalão (GO). 2001. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

QUEIROZ, M. I. P. **O campesinato brasileiro.** Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. C. R. **Ratzel.** São Paulo: Ática, 1990. p. 32-82.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução de M. C. França. São Paulo: Ática, 1980.

REIS FILHO, P. R.; MESQUITA, H. A. de. A questão cidade/campo em Catalão (GO): uma leitura a partir da experiência dos atingidos pela Barragem Serra do Facão – Rio São Marcos. **Espaço em Revista,** Catalão, v. 7/8, n. 1, p. 53-63, jan./dez. 2005/2006.

RIBAS, A. D.; SPÓSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. 5. ed. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de Extensão Rural no Brasil. **Cadernos de Ciência e Tecnologia,** Brasília, v.14, n.1, 1997, p.113-154. Disponível em: http://atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/v14/cc14n104.pdf. Acesso em: Janeiro de 2008.

RUA, J. Urbanidades e no rural: em um trecho da região serrana fluminense – a rodovia Teresópolis, Nova Friburgo. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, I, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2005. 1 CD-ROM.

_____. Urbanidades e as novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense.** Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, 2002. p. 27-42.

SAMPAIO, C. P. da S. Agricultura familiar: bloqueios e precariedades. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XL., 2002. Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: SOBER/UPF, 2002. CD-ROM.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **A natureza do espaço:** espaço e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SANTOS, M. P. dos. **O campo (re)inventado:** transformações da cultura popular no Sudeste Goiano (1950-1990). 193 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

SAQUET, M. A. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de Geografia Agrária,** Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006. Disponível em: http://www.ig.ufu/campoterritorio/ Acesso em: 10 de maio de 2006.

_____. Por uma abordagem territorial das relações urbanos-rurais no Sudoeste Paranaense. In: SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo:** relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 157-186.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana:** o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Est Edções, 2003.

_____. **Colonização italiana e agricultura familiar.** Porto Alegre: Est Edições, 2002.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização:** pluriatividade e descentralização industrialização no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999.

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE CIÊNCIAS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS NO BRASIL – SSR, 1., 1960, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SSR. 1960. 347 p.

SILVA, J. V. da. et al. Sementes crioulas e a revanche camponesa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, XVIII., 2006. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. CD-ROM.

SILVA, R. da. **A implantação da Mitsubishi em Catalão:** estratégias políticas e territoriais da indústria automobilística brasileira nos anos 90. 2002. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2002.

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. de F.; FREITAS, N. E. de. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos**: projetos de pesquisa, monografias, dissertações e teses. 5. ed. rev. e ampl. Uberlândia: UFU, 2006.

SOARES, A. C. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Proposta,** Rio de Janeiro, n. 87, p. 40-49, dez. 2000/fev./2001.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SPÓSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPÓSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.) **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. 2. ed. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 15-36.

STACCIARINI, J. H. R. **Soja**: uma "pequena" rede geográfica "sem fim" dentro da agricultura do município de Catalão-GO. Presidente Prudente: UNESP, 1999. 14 p. (Inédito).

STÉDILE, J. P. **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TEDESCO, J. C. Introdução. In: **_____Terra, trabalho e família:** racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: Editora UPF, 1999. p. 15-42.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VENÂNCIO, M.; PESSÔA, V. L. S. A agricultura familiar em Catalão (GO): impasses e perspectiva. In: SIMPÓSIO NACIONAL "REFORMA AGRÁRIA: BALANÇO CRÍTICO E PERSPECTIVAS", 2006, Uberlândia: UFU, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2006. Disponível em: http://www.simposioreformaagraria.propp.ufu.br/trabalhos/. Acesso em: Setembro de 2006. p. 1-10.

VENÂNCIO, M.; PESSÔA, V. L. S. Vamos perder os vizinhos, o lugar de trabalho: a construção de barragens e agricultura familiar – vale do Rio São Marcos em Catalão (GO). In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, II, 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Laboratório de Geografia Agrária: Instituto de Geografia/Universidade Federal de Uberlândia, 2006. (CD-ROM). p. 1-12.

_____. Agricultura familiar na comunidade rural São Domingos: do território à formação de territorialidades. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA/ SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA/JORNADA ORLANDO VALVERDE, III, IV. 2007, Londrina. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. (CD-ROM). p. 1-10.

WAGNER, P. L.; MIKESELL, M. W. Os temas da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 27-61.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 200. p. 21-56.

WHITAKER, D. C. A. **Sociologia rural:** questões metodológicas emergentes. São Paulo: Letras à Margem, 2002.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres:** herdeiros do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo: HUCITEC, 1995.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra:** a lógica simbólica da lavoura camponesa. Brasília: EDUnB, 1997.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/Mestrado/Doutorado

Projeto de Pesquisa: TERRITÓRIO DE ESPERANÇA: a produção, as lutas e as festanças na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO).

Mestrando: Marcelo Venâncio

ANEXO A - Roteiro de entrevistas com os moradores mais antigos da comunidade rural São Domingos*

Elaboração: Marcelo Venâncio

1) Nome:
2) Idade:
3) Há quanto tempo mora na comunidade?
4) Qual é o tamanho da propriedade?
5) Como adquiriu essa propriedade?
6) Quando sua família migrou para a comunidade rural São Domingos? Porquê vieram?
7) Como surgiu a comunidade?
8) Por que o nome, comunidade rural São Domingos?
9) Quais as construções mais antigas da comunidade?
10) Como era organizada a família (deveres, obrigações, afetividades)? Qual era o papel de cada membro da família na comunidade (homem, mulher, filho)?
11) Havia agregados? Qual era a sua relação com os proprietários de terras? O que produzia? Qual o horário de trabalho? Forma de pagamento? Como eram suas residências?
12) Qual era o tamanho médio das famílias?

---

* Adaptado de MENDES, E. P. P. **A produção rural familiar em Goiás:** as comunidades rurais no município de Catalão (GO). 2005. 321 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

13) Qual o tamanho médio das propriedades? O que produziam? O que e onde comercializava? Como era feito o transporte?
14) O que compravam no comércio da rede urbana?
15) Havia mutirões/demão? Tipo de serviço realizado? Como era esses mutirões? E hoje eles continuam?
16) Quais os principais eventos religiosos da comunidade (missas, terços...)? como são esses eventos?
17) E quanto a festa de São Sebastião, há quanto tempo é realizada? E a festa do arroz? Como são essas festas?
18) Onde são/eram realizados os enterros?
19) Quais os principais problemas aqui da comunidade?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/Mestrado/Doutorado

Projeto de Pesquisa: TERRITÓRIO DE ESPERANÇA: a produção, as lutas e as festanças na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO).

Mestrando: Marcelo Venâncio

ANEXO B - Roteiro de entrevistas com os pequenos produtores da comunidade rural São Domingos*

Elaboração: Marcelo Venâncio

I – Identificação do produtor e da propriedade

1) Nome? Idade?
2) Nome da esposa? Idade?
3) Tamanho da propriedade?
4) Grau de parentesco com a esposa? ( ) sim ( ) não. Qual é o grau de parentesco?
5) Número de irmãos? ( ) esposa ( ) esposo
6) Número de filhos? Idade? Onde moram? Profissão dos filhos? Grau de escolaridade dos filhos?
7) Grau de escolaridade do produtor? E da esposa?
8) Situação do produtor? ( ) proprietário ( ) arrendatário ( ) parceiro ( ) ocupante
9) De que forma adquiriu a propriedade? ( ) herança ( ) compra ( ) concessão de uso
10) Há quanto tempo está na propriedade?
11) Possui outra fonte de renda? Qual?
12) A residência possui: ( ) banheiro ( ) energia elétrica ( ) água encanada ( ) lavadora

* Adaptado de MENDES, E. P. P. **A produção rural familiar em Goiás:** as comunidades rurais no município de Catalão (GO). 2005. 321 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

( ) televisão ( ) geladeira ( ) refrigerador ( ) telefone ( ) microondas ( )computador
( ) vídeo game ( ) outros.

II – Dados sobre a produção

1) Quais os produtos cultivados na propriedade? Que área ocupa cada um?
2) Quais produtos cultivados para o consumo da família
3) Quais os produtos cultivados para comercialização?
4) O que estimulou a se dedicar a essas atividades produtivas para comercialização?
5) Qual a quantidade produzida?
6) Qual é a renda aproximada?

III – Dados sobre a comercialização de produtos

1) Quem compra esses produtos? ( ) consumidores diretos ( ) frutarias ( ) supermercados ( ) CEASA/Udia ( ) feira ( ) COACAL ( ) outros: qual?
2) Quantidade comercializada? ( ) diariamente ( ) semanalmente ( ) mensalmente ( ) anualmente
3) Qual é o valor alcançado pelo produto?
4) Possui transporte próprio? Qual
5) Em caso de negativo, quem faz o transporte e qual o custo?
6) Tem acesso as informações (preço, mercado, exigências do consumidor, demandas...)?
7) Como obtém essas informações?
8) Existem problemas na comercialização? Quais? Por quê?

IV – Dados sobre a força de trabalho

1 - Familiar

Número de pessoas?

Grau de parentesco? ( ) filhos ( ) irmãos ( ) esposa

Idade? ( ) menos de 10 anos ( ) 11-15 ( ) 16-21 ( ) 22-27 ( ) 28-33 ( ) 34-39 ( ) 40-50 ( ) acima de 50 anos

Qual período do ano em que trabalham?

Qual o tipo de serviço em que trabalham?

2 – Assalariados permanentes

Número de pessoas?
Faixa etária e sexo?
Origem?
Forma de contratação?
Forma de pagamento?
Qual o tipo de serviço que realizam?

3 – Assalariados temporários

Número de pessoas
Qual a idade e o sexo?
Qual a origem desses trabalhadores?
Forma de contratação?
Forma de pagamento?
Período do ano em que trabalham?
Tipo de serviço que realizam?
Existem outras formas de trabalho? Quais?

V - Dados sobre a tecnologia e a utilização de recursos

1) Utiliza sementes selecionadas? Quais?
2) Possui irrigação? De que tipo?
3) Como adquiriu o equipamento?
4) Possui máquinas e equipamentos próprios? Quais?
5) Faz adubação?
6) Utiliza defensivos? Que tipo e para que finalidade?
7) Como é feita a pulverização?
8) Faz ou já fez análise do solo?
9) Faz correção do solo?
10) Utiliza curva de nível ou outra forma de conservação do solo?

VI – Dados sobre assistência técnica

1) Conta com assistência técnica?
2) Quais órgãos?
3) Como é feita a assistência técnica?

VII - Dados sobre a organização política dos produtores

1) Você é filiado a alguma associação, sindicato ou cooperativa? Quais?
2) Como você chegou a filiar na entidade? Convite ou iniciativa própria?
3) Qual a importância dessa entidade para a sua produção?
4) Quais são suas perspectivas para com essa entidade?
5) E quanto aos movimentos sociais, você participa do MPA? Em caso de negativo, por que não participa?
6) Qual é importância de participar do movimento?
7) O que você espera do movimento?

VIII – Dados sobre os aspectos culturais

1) Você participa das atividade culturais da comunidade?
2) Quais as atividades que você participa?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/Mestrado/Doutorado

Projeto de Pesquisa: TERRITÓRIO DE ESPERANÇA: a produção, as lutas e as festanças na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO).

Mestrando: Marcelo Venâncio

ANEXO C – Roteiro de entrevistas com os técnicos da Agenciarural

Elaboração: Marcelo Venâncio

1) Quando surgiu a EMATER em Catalão? Quais os Objetivos?
2) Como foi o processo de criação de comunidades rurais no município de Catalão? Quantas comunidades rurais há no município de Catalão?
3) Qual é o papel da Agenciarural junto aos Pequenos Produtores em Catalão (GO)?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA/Mestrado/Doutorado

Projeto de Pesquisa: TERRITÓRIO DE ESPERANÇA: a produção, as lutas e as festanças na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO).

Mestrando: Marcelo Venâncio

ANEXO D – Roteiro de entrevistas com os foliões da festa em louvor a São Sebastião

Elaboração: Marcelo Venâncio

1) Nome:
2) Idade:
3) Profissão:
4) Local de residência:
5) Há quantos anos você participa da festa aqui na comunidade?
6) Porque você participa dessa festa?